

2º CICLO DE ESTUDOS

Criminologia

A importância de uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil: um estudo exploratório

Viviana Filipa Moreira Magalhães

M

2021

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia elaborada sob orientação da Professora Doutora Carla Sofia de Freitas Lino Pinto Cardoso e coorientação da Professora Doutora Vera Mónica da Silva Duarte



Resumo

Apesar de as raparigas permanecerem um grupo minoritário dentro dos Sistemas de Justiça Juvenil, as suas necessidades idiossincráticas e as exigências das respostas e programas de intervenção requerem particular atenção e interesse em termos de investigação e política pública. Integrado num Projeto em curso *Intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil - “Se as necessidades parecem ser diferentes, então não valia a pena tentar perceber o que isso é?”*, o presente estudo visa analisar a importância de uma intervenção focada no género no Sistema de Justiça Juvenil. Procurou-se fazer um levantamento das respostas de intervenção (políticas, serviços, programas, práticas e instrumentos) com vista a compreender de que forma estas são percebidas pelos/as profissionais como responsivas ao género e a importância que atribuem a uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil português. Para alcançar estes objetivos, recorreu-se a uma metodologia mista, com a administração de um questionário a uma amostra de 25 profissionais da Direção-Geral de Reinserção Social, seguida da realização de 9 entrevistas semiestruturadas a profissionais dos dois Centros Educativos mistos que existem no país.

As principais conclusões deste estudo apontam para a importância da intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil realçando a necessidade identificada pelos respondentes dessa mesma intervenção e de capacitar os profissionais, designadamente através da formação. Os profissionais sentem que é mais difícil trabalhar com as raparigas, que elas têm características diferentes dos rapazes, que precisariam de mais formação, que não sabem como lidar com esta questão de tratar igual o que é diferente. Há de facto um caminho a percorrer para se ajustar e/ou adequar as respostas (políticas, serviços, programas e instrumentos) baseadas de género no Sistema de Justiça Juvenil.

Palavras-Chave: Delinquência Juvenil Feminina, Intervenção Responsiva ao Género

Abstract

Although girls remain a minority group within Juvenile Justice Systems, their idiosyncratic needs and demands of responses and intervention programs require particular attention and interest in terms of research and public policy. Integrated in an ongoing project *Intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil - “Se as necessidades parecem ser diferentes, então não valia a pena tentar perceber o que isso é?”*, the main objective of this dissertation was to analyze the importance of a gender-focused intervention in the Juvenile Justice System. We sought to survey intervention responses (policies, services, programmes, practices and instruments) in order to understand that this form is perceived by reasons/as professionals as responsive to gender and the importance they attribute to a responsive intervention in the Portuguese Juvenile Justice System. To achieve these objectives, a mixed methodology was used, with the administration of a questionnaire to a sample of 25 professionals from the Directorate-General for Social Reintegration, followed by 9 semi-structured interviews with professionals from the two mixed Educational Centers that exist in the country.

The main conclusions of this study point to the importance of gender-responsive intervention in the Juvenile Justice System, highlighting the need identified by respondents of this same intervention and to train professionals, particularly through training. Professionals feel that it is more difficult to work with girls, that they have different characteristics from boys, that they would need more training, who do not know how to deal with this issue of treating equally what is different. There is indeed a way to go to adjust and/or adapt gender-based responses (policies, services, programmes and instruments) in the Juvenile Justice System.

Key-words: Female Juvenile Delinquency, Gender-Responsive Intervention

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Santos, 2003, p. 56)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora e coorientadora pela total disponibilidade com que sempre acompanharam o meu trabalho, pelas palavras de incentivo e de apoio que sempre me dirigiram e por contribuírem com a minha evolução acadêmica.

À minha orientadora, Professora Doutora Carla Cardoso, agradeço as sugestões e críticas construtivas que me foi transmitindo, não só na realização da presente dissertação, mas ao longo destes últimos dois anos desde que ingressei no mestrado em Criminologia que me motivaram a “fazer melhor”.

À minha coorientadora, Professora Doutora Vera Duarte, por todo o conhecimento transmitido, pela confiança depositada e um obrigado por me ter despertado a curiosidade pelo tema trabalhado.

Um agradecimento especial a todos os/as profissionais que participaram neste estudo. As suas partilhas ajudaram a compreender a importância de uma intervenção baseada no gênero no Sistema de Justiça Juvenil.

Depois, queria agradecer às minhas amigas pelo incentivo e reconforto que transmitiram aquando das dificuldades sentidas na realização desta dissertação. O vosso apoio foi importante.

Finalmente, agradeço à minha Mãe e ao meu Pai por todo o apoio e pelas palavras de incentivo durante o meu percurso e em todos os momentos da minha vida, e por sempre acreditarem em mim. Obrigada!

Lista de Siglas e Abreviaturas

CE – Centro Educativo

DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

ITE – Intervenção Tutelar Educativa

TPRS - Técnico Profissional de Reinserção Social

TSRS - Técnico Superior de Reinserção Social

Índice Geral

Resumo	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos	iv
Lista de Siglas e Abreviaturas	v
Índice Geral	vi
Índice de Tabelas	viii
Introdução.....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1. Delinquência juvenil feminina.....	3
2. As Raparigas no Sistema de Justiça Juvenil	4
2.1. Necessidades idiossincráticas.....	5
2.2. Teorias.....	8
3. Intervenção baseada no género	10
3.1. Intervenção responsiva ao género	10
3.2. Abordagens e princípios responsivos ao género	15
3.3. Realidade Portuguesa	19
CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)	21
1. Objetivos gerais e específicos.....	21
2. Material e Método	21
2.1. Caracterização do estudo.....	21
2.2. Constituição da amostra	22
2.3. Instrumentos e variáveis de estudo.....	23
2.3.1. Questionário	23
2.3.2. Entrevistas	23
3. Procedimentos	24
3.1. Processo de recolha de dados	24
3.2. Procedimentos de análise de dados	25
3.2.1. Procedimentos de análise estatística descritiva.....	25
3.2.2. Procedimentos de análise de conteúdo.....	27
CAPÍTULO III - ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	27
I. Resultados quantitativos.....	27
1. Caracterização da amostra.....	27
1.2. Caracterização segundo as variáveis	28
2. Relação entre as variáveis.....	43

3. Diferenças entre as repostas em função do género e função desempenhada nos centros educativos mistos	45
II. Resultados qualitativos das entrevistas aos/às profissionais de Reinserção Social do Tutelar Educativo	45
1. Políticas da DGRSP	45
2. Instalações e Espaços dos centros educativos.....	47
3. Prática Profissional	50
4. Intervenção Tutelar Educativa	54
Temas Emergentes	60
CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	61
Limitações.....	67
CONCLUSÃO.....	69
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXOS	81
Anexo I: QIRG.....	81
Anexo II: Consentimento Informado	87
Anexo III: Grelha de Categorização	89
Anexo IV: Diferenças entre as repostas em função do género e função desempenhada nos centros educativos mistos.....	91

Índice de Tabelas

Tabela 1: Caracterização Socio-profissional da amostra

Tabela 2: Variável Missão da DGRSP comprometida com a igualdade de género

Tabela 3: Variável Instrumentos e respostas responsivos ao género

Tabela 4: Variável Espaço estrutural e visual dos centros educativos

Tabela 5: Variável Partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE

Tabela 6: Variável Ação dos/as profissionais

Tabela 7: Variável Contratação dos/as profissionais

Tabela 8: Variável Formação dos/as profissionais

Tabela 9: Variável Intervenção responsiva ao género

Tabela 10: Variável Características gerais da Intervenção Tutelar Educativa

Tabela 11: Variável Avaliação da intervenção

Tabela 12-Variáveis chave em função da variável género

Tabela 13-Variáveis chave em função da função desempenhada nos centros educativos mistos

Introdução

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Criminologia, pretende explorar a importância de uma intervenção baseada no género no Sistema de Justiça Juvenil.

É necessário refletir a delinquência juvenil feminina como um fenómeno heterogéneo para contribuir com uma recategorização conceptual e atender a esta heterogeneidade pode ter implicações na conceção de políticas e práticas de intervenção (Duarte, 2012). Pois, a delinquência no feminino é um fenómeno múltiplo e encerra muitas expressões que não são devidamente tidas em consideração em debates (Duarte & Carvalho, 2013), mas que deve passar a ser alvo de para colocar as jovens delinquentes nos olhares do sistema juvenil e para se produzir futuras questões teóricas e metodológicas (Duarte, 2012).

A intervenção direcionada à delinquência juvenil tem se baseado na literatura existente, que aborda principalmente a figura masculina (Foley, 2008; Garcia & Lane, 2013, Sherman, 2005), sem dar atenção às questões da desigualdade de género e como esta pode moldar a própria intervenção (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015; Foley, 2008). Por existir uma ausência de investimento em respostas que sejam sensíveis às questões do género (Carlen, 2007; Ravoira, Lydia, Graziano, Glesmann & Baker, 2012b) as disparidades na intervenção de género devem ser reconhecidas em vez de inexplicadas (Garcia & Lane, 2013). Debater a relação existente entre género e delinquência, e as suas implicações nas agendas políticas e de intervenção será importante para futura discussão da dimensão do género na intervenção no Sistema de Justiça Juvenil (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015). Para que haja uma nova visão no Sistema de Justiça Juvenil é necessário reconhecer as necessidades idiossincráticas das/os jovens que proporcionará implicações específicas nas políticas e práticas responsivas ao género (Bloom, Owen & Covington, 2003a; Covington & Bloom, 2006). Além disso, as diferenças de género existentes impulsionam também para que o Sistema de Justiça Juvenil adote uma abordagem responsiva ao género (Anderson, Hoskins & Rubino, 2019).

Grande parte dos programas de intervenção não estão pensados para responder à multidimensionalidade da sua população e, especificamente aos problemas específicos de género, uma vez que atentam, predominantemente, a população masculina. Neste sentido, um trabalho de investigação que faça um levantamento/inventário sobre o que está a ser realizado a este nível pode ser de grande importância e oportunidade para a Direção-

Geral, para os fazedores de políticas e programas e para os próprios profissionais que trabalham diariamente com rapazes e raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas. Além disso pode informar procedimentos, intervenções, tratamentos, programas vocacionais e determinar a alocação de financiamento. É precisamente esta importância que reflete a presente investigação que pretende analisar a importância de uma intervenção focada no género no Sistema de Justiça Juvenil. Procurou-se fazer um levantamento das respostas de intervenção (políticas, serviços, programas, práticas e instrumentos) com vista a compreender de que forma estas são percebidas pelos/as profissionais como responsivas ao género e a importância que atribuem a uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil português. Para alcançar estes objetivos, recorreu-se à aplicação de metodologias mistas, primeiramente realizou-se uma análise de questionários e posteriormente realizou-se entrevistas semiestruturadas aos/às profissionais de dois Centros Educativos mistos.

A estrutura do trabalho compõe-se em quatro capítulos principais, dos quais emergem subcapítulos. O primeiro capítulo traduz-se por um enquadramento teórico, no qual irá ser desenvolvido o estado de arte de estudo sobre o fenómeno da delinquência juvenil feminina, sobre a situação que as raparigas se encontram no Sistema de Justiça Juvenil e sobre a intervenção baseada no género apresentado uma revisão bibliográfica com artigos referentes sobre o assunto. O segundo capítulo, este debruça-se sobre o estudo empírico elaborado na presente investigação, mais concretamente, dar a conhecer os seus objetivos, a caracterização do estudo, os seus procedimentos, a caracterização da amostra, a explicação do instrumento e suas variáveis e o procedimento de análise estatística. O terceiro capítulo apresenta-se os principais resultados quantitativos e qualitativos obtidos do estudo empírico. Por fim, o quarto capítulo debruça-se sobre a discussão dos resultados desenvolvidos através de uma triangulação agregando literatura com os resultados da vertente quantitativa e qualitativa. Neste capítulo, também, se tenta apresentar limitações encontradas, assim como sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Delinquência juvenil feminina

O fenómeno da delinquência juvenil feminina começa a ganhar relevo a partir da década de 70, do séc. XX, evidenciado nos trabalhos de Freda Adler, em 1975, que abordam o tema da emancipação/libertação das mulheres, e com a utilização de inquéritos de delinquência autorrevelada, que decompõem a construção social deste fenómeno ao prever a diminuição do desvio entre os géneros para a metade quando este é avaliado através destes inquéritos (Duarte & Cunha, 2014; Holsinger, 2000). Durante muito tempo a delinquência juvenil feminina foi explicada pelas teorias da delinquência masculina (Moffitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001) e só a partir desta altura começa a haver um interesse em olhar para as especificidades de género dentro das trajetórias da delinquência. Este interesse crescente pela investigação sobre a delinquência juvenil feminina surge durante a década de 80, onde esta está mais visível no Sistema de Justiça Juvenil (Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014; Zahn, Hawkins, Chiancone & Whitworth, 2008), e segundo Miller, Malone e Dodge (2010), as jovens têm ganho visibilidade no Sistema de Justiça Juvenil devido a um aumento de detenções por crimes praticados por elas.

Tradicionalmente, os estudos sobre o crime apresentam uma natureza androcêntrica e, coube à criminologia feminista questionar esta natureza da criminologia tradicional, que remete as raparigas para nota de rodapé (Duarte, 2012). Inicialmente os estudos sobre o desenvolvimento do comportamento antissocial basearam-se no universo masculino como se verifica na teoria taxonómica da autora Moffitt que salienta duas principais trajetórias, como a trajetória persistente e a limitada à adolescência (Moffitt, 1993). A evolução dos estudos continuou centrado no universo masculino identificando padrões de trajetórias de comportamento agressivo e disruptivo durante a infância e na pré-adolescência (Broidy, Tremblay, Brame, Horwood, Fergusson, Laird, Moffitt, Nagin, Bates, Dodge, Loeber, Lynam & Pettit, 2003), contribuindo para uma carência de estudos, sobre os padrões de trajetórias, em universo feminino e, para além disso, uma carência de estudos sobre as diferenças de género nas trajetórias da delinquência (Miller et al., 2010). No entanto, os estudos de Chesney-Lind, Morash e Stevens (2008), Holsinger (2000), Moore e Padavic (2010) e Wong, Slotboom e Bijleveld (2010) demonstram as várias tendências de estudos que são feitas no âmbito das trajetórias da delinquência feminina. Autores/as como Fergusson e Horwood (2002), Landsheer e Van Dijkum (2005), Miller et al. (2010) e Odgers, Moffitt, Broadbent, Dickson, Hancox, Harrington, Poulton, Sears,

Thomson e Caspi (2008) contribuíram com estudos sobre as diferenças de gênero nas trajetórias da delinquência. Andersson, Levander, Svensson e Levander (2012) refere que existem diferenças de gênero nas trajetórias da delinquência, e o estudo de Miller et al. (2010) encontra respostas e evidencia diferenças na proporção entre os/as jovens em determinados padrões/grupos de trajetórias. Existem quatro padrões/grupos de trajetórias da delinquência denominadas por *increasing*, *desisting*, *chronic* e *nonproblem*. Ambos os gêneros estão representados nestas trajetórias embora, os jovens estão incluídos nas trajetórias *desisting* e *chronic* enquanto as jovens incluem-se na trajetória *nonproblem*. Contudo, a proporção de gênero é similar na trajetória *increasing*, porque devido a uma diferenciação entre gêneros os efeitos nos domínios problemáticos de depressão e de relacionamento, como violência entre parceiros, gravidez relatada e comportamento sexual de alto risco, estão fortemente associados às jovens, e esta trajetória assemelha-se a indivíduos que começam os comportamentos desviantes na adolescência, sendo que as jovens apresentam um aumento notório de comportamentos desviantes no início da adolescência, quer isto dizer, elas no início da adolescência apresentam maior período de risco. Os padrões/grupos da trajetória *desisting* salientam que a atividade delincente pode ser transitória e apresentar uma curta duração durante a adolescência, contudo são necessário mais estudos científicos e académicos para identificar quais os indivíduos que apresentam maior risco a ter comportamentos desviantes persistentes. Observou-se que a violência por parceiros, depressão e comportamentos sexuais de risco não variaram entre os/as jovens nas trajetórias *increasing* e *chronic*, quer isto dizer, apesar de os/as jovens na trajetória *increasing* não cometerem tantos comportamentos delinquentes em comparação com os/as na trajetória *chronic*, estes/as podem estar em risco em outros domínios.

2. As Raparigas no Sistema de Justiça Juvenil

Na temática tradicional, a figura feminina tem sido remetida à invisibilidade ou enquadrada em estereótipos de gênero, tendencialmente, não sendo retratada como agressora, mas sim enquanto vítima, e quando surge inserida na delinquência tende a estar associada a representações estereotipadas, por questões de biologização, de sexualização, de patologização e de masculinização dos comportamentos (Duarte, 2012, Matos, 2008).

A partir de 1970, quando a delinquência juvenil feminina passou a ter relevância na área da investigação científica e académica identificou-se que as jovens se envolvem menos em comportamentos antissociais do que os jovens (Moffitt et al., 2001; Steketee, Junger & Junger-Tas, 2013) e essa diferença é visível desde a infância (Fonseca, 2004).

Contudo, o *gender-gap*, diminuiria ao longo do tempo tendo sido observado através dos números oficiais da criminalidade e da delinquência auto reportada (Wong, 2012).

O aumento da delinquência juvenil feminina e o envolvimento das jovens no Sistema de Justiça Juvenil tem sido notório, sendo isto percecionado como um reflexo de mudança nas práticas e políticas ao nível do Sistema de Justiça (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Stevens, Morash & Chesney-Lind, 2011), que fez espoletar um interesse e desenvolvimento na temática responsiva ao género (Chesney-Lind & Irwin, 2008; Chesney-Lind & Shelden, 2004 cit in Anderson, Walerych, Campbell, Barnes, Davidson II, Campbell, Onifade & Petersen, 2016). O facto de haver um aumento das jovens envolvidas no Sistema de Justiça Juvenil pressiona o sistema a transformar as respostas advindas do universo masculino em respostas que atendam às necessidades das jovens (Sherman, 2005).

2.1. Necessidades idiossincráticas

As respostas às necessidades idiossincráticas são formas de abordar as diferenças de género no comportamento delinvente, sugerindo que estas diferenças existem nas trajetórias na delinquência, na prática criminal e no próprio processo do Sistema de Justiça Juvenil (JJDP, 2018).

Investigações centradas no fenómeno da delinquência juvenil feminina revelam que os comportamentos delinquentes possuem diferenças de género (Farrington & Painter, 2004; Zahn et al., 2008, 2010; Zahn, Day, Mihalic & Tichavsky, 2009). Contudo a ausência de atenção às diferenças de género no desenvolvimento da delinquência é uma lacuna importante a combater para a prevenção de comportamentos desviantes (Fagan, Van Horn, Hawkins & Arthur, 2007).

Existem algumas explicações possíveis para as diferenças de género na delinquência, como o facto de abordagens teóricas, como as teorias do controlo social, do autocontrolo, das atividades de rotina e da desorganização social, serem aplicadas para explicar o comportamento delinvente entre os jovens e as jovens (Steketee et al., 2013), contudo as jovens são menos expostas a fatores de risco do que os jovens (Wong, 2012; Wong et al., 2010) e mais expostas a fatores de proteção (Steketee et al., 2013). Além disso, o facto dos/as jovens apresentam díspares níveis de sensibilidade quando se trata de fatores de risco (Moffitt et al., 2001), quer isto dizer, que os fatores de risco podem ser relevantes para as jovens e não necessariamente para os jovens, e vice-versa. Os fatores de risco podem ser, também, denominados por indicadores sensíveis ao género (Steketee et al., 2013). Por último, a explicativa de que apesar de as jovens serem expostas aos mesmos

fatores de risco do que os jovens, as jovens têm de experienciar maior exposição para iniciarem a prática delinvente (Steketee et al., 2013; Wong, 2012; Wong et al., 2010). Identifica-se diferenças de gênero no comportamento delinvente em que comparativamente com os rapazes, as raparigas têm menos tendência a cometer menos crimes (Steketee et al., 2013) mas crimes mais violentos (Moffit et al., 2001) e, menos propensas a comportamentos agressivos (Archer, 2004). As diferenças de gênero no comportamento delinvente podem ser também evidenciadas pela diferente socialização que as raparigas e os rapazes têm, como por exemplo, se os jovens como as jovens ao serem criados de maneira diferente não vão criar vínculos de forma igual com a sociedade (Steketee et al., 2013).

Há fatores de risco que têm sido identificados por diferirem em função do gênero, é o caso nos estudos de Wong (2012) e Wong et al. (2010). Segundo as autoras, fatores de risco individuais como as complicações no nascimento estão associadas exclusivamente à delinquência juvenil masculina e os problemas de saúde mental estão associados à delinquência juvenil feminina. A relação entre baixos níveis de autocontrolo, um baixo QI, baixa autoestima e o comportamento delinvente está ligada exclusivamente às raparigas. O número de eventos de vida negativos e os abusos físicos por parte familiar apresentam ser um maior risco para as raparigas praticarem atos delinquentes. Nos fatores de risco familiares, as raparigas, comparativamente com os rapazes, estão mais propícias à delinquência quando a parentalidade é inadequada, se não houver um apoio por parte da mãe e a existência de uma fraca relação entre a mãe e a jovem na idade infantil. O estilo de parentalidade da mãe demonstra ser um fator de risco para as raparigas enquanto o estilo de parentalidade por parte do pai, a negligência parental, o ter uma mãe presa (Farrington & Painter, 2004) e ter um/a pai/mãe solteiro/a demonstra ser um fator de risco para os rapazes. O conhecimento que os pais têm acerca dos amigos (Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004) está relacionado com a delinquência juvenil masculina, invés da delinquência juvenil feminina. Nos fatores de risco escolares em que a relação entre a baixa performance académica e o comportamento delinvente está exclusivamente ligado aos rapazes, e a relação entre a falta de ligação com os/as professores/as e o comportamento delinvente está exclusivamente ligado às raparigas (Junger-Tas et al., 2004).

No estudo de Zahn et al. (2008), evidenciam fatores que aumentam ou diminuem o risco das raparigas perpetuarem comportamentos delinquentes comparativamente aos rapazes. Assim, evidencia-se que a puberdade precoce nas raparigas relaciona-se

positivamente com determinados comportamentos delinquentes se estas morarem em comunidades problemáticas e estiverem inseridas em famílias disfuncionais. As raparigas, comparadas com os rapazes, experienciam mais experiências traumáticas (JJDP, 2018), vitimação sexual, problemas mentais (como depressão e ansiedade). As raparigas são mais influenciadas pelos seus parceiros a praticar atos delinquentes (em crimes considerados menos graves), no entanto para crimes considerados mais graves tanto os rapazes como as raparigas são influenciados de igual forma pelos seus parceiros/as. As problemáticas na relação familiar e o comportamento do grupo de pares desviante apresentam uma forte relação para o aumento de comportamentos delinquentes nas jovens, no entanto a relação entre a delinquência e o autocontrolo (Steketee et al., 2013), o ter atitudes positivas face à delinquência e o uso de drogas apresentam uma forte relação para o aumento de comportamentos delinquentes nos jovens (Fagan et al., 2007). Já Zahn et al. (2008) refere que a dinâmica familiar (monitorização da criança, histórico criminal na família, maus-tratos familiares), o envolvimento com a escola, o viver numa comunidade problemática (associado à pobreza, criminalidade e desemprego), a (in)disponibilidade de programas baseados na comunidade e os maus-tratos (a nível sexual, físico e negligência) são fatores que aumentam o risco de delinquir em ambos os géneros.

Além das diferenças de género presentes, os estudos têm encontrado, também, semelhanças (Fonseca, 2004), como por exemplo em certos fatores de risco familiares, como a forte ligação familiar (Steketee et al., 2013) e as características específicas de parentalidade (supervisão parental, disciplina mais severa, poucas regras em casa, não envolvimento da família na escola) (Wong (2012)). Já Farrington e Painter (2004) refere que tanto os rapazes como as raparigas estão propícios/as à delinquência se tiverem um pai preso ou um irmão delinvente. Tanto as raparigas como os rapazes partilham dos mesmos fatores de risco escolares, como a ligação à escola, uma desorganização na escola e absentismo escolar (Steketee et al., 2013). Segundo Wong et al. (2010) tanto as raparigas como os rapazes partilham dos mesmos fatores de risco em relação ao grupo de pares, como ter amigos associados à delinquência, com contacto com a polícia, e o facto de os pais não apreciarem certas amizades. Em relação aos fatores de risco individuais, tanto os rapazes como as raparigas têm características da personalidade semelhantes, quer isto dizer, tanto os/as jovens que exibem temperamento difícil e comportamentos hiperativos apresentam um maior risco de desenvolver comportamentos delinquentes na adolescência (Moffitt et al., 2001), e o estudo de Svensson (2004) evidenciou que tantos

os rapazes como as raparigas não apresentam sentimentos de vergonha na prática de atos delinquentes.

No entanto, apesar de os rapazes e raparigas experienciarem fatores de risco semelhantes, a “variação nos processos biológicos, as características psicológicas e as interpretações sociais” (JJDP, 2018, p.3) e os níveis de exposição a esses fatores (Zahn et al., 2010), podem ser explicativas das diferenças entre as raparigas e os rapazes em relação aos tipos e taxas dos comportamentos delinquentes (Zahn et al., 2010).

Segundo Sampson e Laub (2005) há acontecimentos de vida, positivos e negativos, que vão influenciar a sua trajetória individual. Contudo Zahn et al. (2008), afirmam que algumas jovens conseguem ultrapassar os obstáculos que surgem nos seus percursos de vida e esta aptidão de reagir de forma positiva a situações problemáticas é chamada de resiliência, sendo que com base nesta capacidade, as jovens, em comparação com os jovens, conseguem lidar com estas situações que poderiam levá-las ao delito de uma forma mais resiliente. As autoras argumentam que existem fatores de proteção que poderão prevenir a delinquência sendo estes a supervisão parental, a conetividade escolar, o sucesso escolar e a devoção à igreja (Zahn et al., 2008), ou seja, as jovens que possuem uma supervisão parental, que estão propensas ao sucesso escolar e que são devotas à religião, durante a adolescência, são menos propícias a delinquir (Zahn et al., 2008).

2.2. Teorias

A estruturação de teorias sobre a relação entre gênero e delinquência vigora em torna destas diferenças e/ou semelhanças dos fatores de risco e de proteção para a delinquência e necessidades de intervenção, onde as explicações dividem-se em duas grandes literaturas: as teorias *Gender-Responsive* e do *What Works* (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015) e que a literatura *Gender-Responsive* vem contrapor e criticar a literatura *What Works* por ignorar a importância de gênero na delinquência, quer isto dizer, por esta última ao defender uma intervenção *gender-neutral* ignora que os comportamentos e as oportunidades sociais são diferentes em razão da categoria gênero (Duarte, 2016; Hubbard & Matthews, 2008). Segundo Foley (2008) o corpo teórico da literatura *gender-responsive* tem como orientações centrais a teoria feminista dos percursos e a teoria relacional/cultural.

Teoria feminista dos percursos

A teoria dos percursos fornece uma perspetiva holística e contextualizada sugerindo que a criminalidade feminina está incorporada nas condições mais amplas das suas vidas (Bloom, Owen, Rosenbaum & Deschenes, 2003b). Isto abrange a violência contra

mulheres e raparigas, a interseccionalidade e ocorrências de vida específicas que atuam de forma diferenciada, proporcionando um rumo em caminhos delinquentes, e a marginalidade múltipla sustentadas em circunstâncias familiares, educacionais e profissionais (Bloom et al., 2003b). Para se compreender a vitimação feminina, a prática criminal e os avanços da teoria, política e prática, as autoras Wattanaporn e Holtfreter (2014) analisaram esta teoria e concluíram que o percurso feminino numa perspectiva criminal assenta num quadro empiricamente rigoroso e teoricamente fundamentado para se analisar os padrões de vitimação e de atos delinquentes cometidos pelo gênero feminino.

A forma como o Sistema de Justiça respondia ao processo de avaliação e de decisão de implementação de programas foi incitado a mudança por investigações baseadas na teoria feminista dos percursos (Bloom et al., 2003a,b; Wattanaporn & Holtfreter, 2014). Esta teoria quantifica a envolvimento das raparigas no Sistema de Justiça (Belknap, Holsinger & Dunn, 1997b), e refere que é durante a infância que os acontecimentos mais significativos, especificamente o trauma e a vitimação, constituem os antecedentes da manifestação dos fatores de risco para a delinquência feminina (Foley, 2008). A natureza e a extensão do comportamento delinvente da jovem são evidenciadas através da ligação entre o seu histórico de vitimação e envolvimento no Sistema de Justiça Juvenil (Mallicoat, 2007). Para se compreender melhor a delinquência juvenil esta teoria evidencia as diferenças existentes nas experiências femininas e masculinas (Holsinger, 2000).

Teoria relacional/cultural

A teoria relacional aborda o desenvolvimento feminino e enfatiza a importância das relações na vida das jovens (Bloom et al., 2003a,b) abordando as dinâmicas de poder que se estabelecem nessas relações (Comstock, Hammer, Strentzsch, Cannon, Parsons & Salazar II, 2008). As relações e experiências traumáticas são predominantes nas raparigas, comparativamente com os rapazes, e a maneira como se manifesta e se processa estas relações difere por gênero (Garcia & Lane, 2012). Acresce ainda que esta teoria esclarece que o bem-estar das pessoas pode ser afetado pelas dinâmicas de poder na cultura e na família (Jordan, 2008), e destaca a relevância do contexto, e como as questões culturais são fulcrais no funcionamento dos indivíduos (Jordan, 2000). Esta teoria refere que é através da influência dos contextos socioculturais que os indivíduos evoluem no contexto relacional (Jordan & Hartling, 2002). A abordagem relacional de Gilligan (1982)

incorpora o conceito de responsividade de género no desenvolvimento feminino, referindo que é com as relações que a identidade da jovem é moldada.

Esta teoria afirma que a evolução e o desenvolvimento das raparigas decorrem pela conexão que estas estabelecem com os outros num contexto cultural (Foley, 2008), e que os traumas relacionais, como o isolamento, a opressão e a exclusão, que estão presentes no quotidiano na vida da mulher e da jovem (Comstock et al., 2008). A autora Jordan sugere que se consegue uma sensação de bem-estar e de segurança através da construção de boas conexões e que durante a vida é necessário adquirir relações, evoluindo através e em direção a estas, porém nas relações poderá ocorrer também desconexões pois estas são omnipresentes nas relações (Jordan, 2000, 2008). Esta teoria evidencia uma compreensão dos padrões de (des)conexões, tentando compreender estas ligações voltando a interligá-las para se atingir a mudança (Jordan, 2000).

3. Intervenção baseada no género

3.1. Intervenção responsiva ao género

Em contexto internacional tem-se investido e desenvolvido ideias bem estruturadas do que significa uma intervenção baseada no género no Sistema de Justiça Juvenil (Bloom & Covington, 2001; Zahn et al., 2009), principalmente devido a várias conquistas de visibilidade, reconhecimento público e avanços conceptuais (Duarte, 2016). As conquistas de visibilidade foram surgindo através da preocupação de “tornar a figura feminina visível nos discursos do *sentencing*”, na “luta por criar espaço para mulheres ofensoras e raparigas delinquentes (por esta ordem) no âmbito das políticas de intervenção” (Duarte, 2016, p.17) e, na avaliação do risco, em resistir às respostas *gender-neutral* (Sharp & Gelsthorp, 2009). As conquistas de reconhecimento público destacam-se pelos trabalhos realizados pelo OJJDP Girls Study Group (Zahn et al., 2008) ou pelo National Girls Institute (Ravoira et al., 2012b) quando se reconheceu a necessidade de prestar serviços orientados para atender às necessidades idiossincráticas. Pode-se verificar os avanços conceptuais na variedade de terminologias que a literatura nos oferece recorrendo à *Gender Responsive Assessment Scale*¹ (GRAS) (WHO, 2011), que

¹ *Gender Responsive Assessment Scale* (GRAS) é composta por 5 níveis de respostas em que as duas primeiras não vão de encontro à igualdade de género, ignorando a importância do género, e as restantes respostas promovem estratégias para igualar as relações de poder entre homens e mulheres (WHO, 2011). O primeiro nível de resposta (*gender-unequal*) promove a desigualdade de género evidenciando normas, papéis e relações de género desequilibradas/os, privilegiando um dos géneros. O segundo nível de resposta (*gender-blind*) reforça uma discriminação de género desvalorizando as normas, relações e papéis de género. O terceiro nível de resposta (*gender-sensitive*-sensíveis ao género) indica um entendimento sobre a noção de género, contudo não aborda a desigualdade de género e não desenvolve ações corretivas. O quarto nível

indica cinco níveis de respostas em direção à igualdade de género. Contudo, terminologias como, *gender-responsive*, *gender-specific*, ou *gender-sensitive* coadjuvam a ordenar e a especificar os níveis de resposta e de intervenção (Duarte, 2016). Estudos direcionados nas diferenças de género impulsionaram a criação de termos apropriados a esta temática, como *gender-specific* (específicas do género) e *gender-responsive* (responsivo ao género) no entanto, estes termos são equivocadamente utilizados como *gender-based*, *gender-appropriate*, *gender-sensitive*, *girl-specific*, *female-specific* (Anderson et al., 2019). Este equívoco poderá proporcionar ambiguidade no desenvolvimento e na implementação de respostas responsivas ao género e contribuir também para a heterogeneidade nestas repostas classificadas de responsivas ao género (Anderson et al., 2019). *Gender-specific*² e *gender-responsive*³ são termos com as suas próprias concetualizações, assim, é necessário abordar a junção destes termos para uma melhor divulgação e implementação de abordagens responsivas ao género (Anderson et al., 2019) porque segundo Smith (2016), nota-se uma não clareza na forma como esta temática é definida e operacionalizada.

A literatura mais sensível ao género tem evidenciado que as respostas com foco no género resultaram do reconhecimento de que as raparigas apresentam necessidades específicas e percursos distintos, em comparação com os rapazes na mesma situação (Holsinger, Like & Hoge, 2010 cit in Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015). Segundo as autoras Bloom e Covington (2001), o Sistema de Justiça Juvenil não tem proporcionado respostas às necessidades específicas das raparigas por idealizações de que a delinquência feminina pode ser explicada e intervencionada abordando principalmente a figura masculina, sustentando o androcentrismo nas explicações do crime e da delinquência (Foley, 2008; Garcia & Lane, 2013), sem dar atenção às questões da desigualdade de

de resposta (*gender-specific*-específicas do género) visam as necessidades idiossincráticas das mulheres e dos homens e favorecem grupos específicos para alcançarem objetivos políticos ou satisfazer determinadas necessidades. O quinto nível de resposta (*gender-transformative*) promove a igualdade de género e estratégias para igualar as relações de poder entre homens e mulheres. O *mainstreaming* de género recai na implementação de estratégias das respostas *gender-transformative*.

² o termo *gender-specific* refere o risco das jovens se envolverem na delinquência, diferindo dos jovens, como vitimação ou episódios traumáticos, famílias desproporcionais, comunidades problemáticas, escola que não proporciona segurança, assuntos relacionados com o consumo de substâncias, de saúde e também referentes a certas limitações académicas (Chesney-Lind et al., 2008; Ravoira, Graziano & Lydia, 2012a).

³ o termo *gender-responsive* refere na criação de um ambiente que reflita uma compreensão situada da vida das raparigas (Bloom, Owen & Covington, 2004) incluindo fatores relacionados com o conteúdo e contexto (Anderson et al., 2016; Walker, Munoz & Sullivan-Colglazier, 2015) sendo que estes fatores reconhecem que o género é relevante, que é necessário integrar e atender às necessidades de saúde física e mental, priorizar a segurança, valorizar as relações positivas, promover oportunidades para melhorar condições socioeconómicas, e criar serviços baseados na comunidade através destes componentes-chave (Covington & Bloom, 2006).

gênero e como estas podem enformar a resposta à própria intervenção (Foley, 2008; Goodkind, 2005).

A temática da delinquência juvenil feminina e a implementação de práticas baseadas na evidência em contextos de justiça juvenil veio evidenciar a necessidade de políticas responsivas ao gênero no âmbito da justiça juvenil (Walker, Muno & Sullivan-Colglazier, 2015). A responsividade de gênero pode ser interpretada como um paradigma para atender às necessidades idiossincráticas das jovens no Sistema de Justiça Juvenil (Anderson et al., 2016), e é uma política ou programa que aborda as normas, os papéis, as relações e as desigualdades de gênero aplicando medidas que reduzam os seus efeitos prejudiciais (WHO, 2011). Determina-se que a responsividade de gênero se baseia num modelo teórico e empírico que aborda questões baseadas no gênero direcionando maneiras de o Sistema de Justiça responder às necessidades específicas das jovens (Salisbury, 2015).

A literatura *Gender Responsive* advém da influência de perspectivas feministas, foca-se em explicar as razões da (in)visibilidade social e científica das raparigas na delinquência (Holsinger, 2000), identifica as causas e os padrões da delinquência cometida pela figura feminina (Greene, Peters & Associates, 1998; Zahn et al., 2008, 2010) e debate sobre as respostas sexistas e paternalistas do Sistema de Justiça Juvenil (Moore & Padavic, 2010). Esta literatura propõe que respostas de intervenção devem basear-se em programas focalizados na construção de relações saudáveis, no desenvolvimento de competências específicas como as de comunicação, coping, tomada de decisão e autoestima, que deem voz às raparigas (Foley, 2008; Javdani & Allen, 2016), ter em consideração as experiências, as expressões e os comportamentos idiossincráticos de gênero (Duarte, 2017) e ter como base teórica uma explicação societal, com o objetivo de empoderar e melhorar a qualidade de vida (Hubbard & Matthews, 2008).

Acadêmicos e investigadores ao solicitar uma intervenção responsiva ao gênero no Sistema de Justiça Juvenil basearam-se na literatura da delinquência juvenil feminina (Anderson et al., 2016) que se centra, sucintamente, sobre os fatores de risco que despoletam a jovem para a delinquência, sobre o tratamento, políticas e práticas desiguais proporcionada às jovens e sobre uma avaliação de programas desajustados (Chesney-Lind et al., 2008). Atualmente, existem algumas recomendações de políticas, práticas e investigações para implementar responsividade de gênero (Walker et al., 2015).

Segundo Bloom et al. (2003a) desenvolver uma intervenção (políticas, práticas, programas e serviços) responsiva ao gênero recai em alguns pontos fulcrais como,

reconhecer que para haver um sistema eficiente para as raparigas é necessário estruturá-lo de forma distinta de e para um sistema para os rapazes; abordar os percursos criminais femininos, e as intervenções serem dirigidas ao consumo de substâncias, ao trauma, à saúde mental e à marginalidade económica; ter em consideração as relações familiares e o papel na sociedade quando se determinam as sanções penais. Já Watson e Edelman (2012) refere que uma intervenção responsiva ao género deve incluir algumas componentes-chave como, compreensão, segurança, empoderamento, e suporte familiar e relacional. As componentes-chave de uma intervenção responsiva ao género advém dos princípios orientadores de Covington e Bloom (2006) que recaem no reconhecimento da importância do género, na priorização da segurança, na promoção de relações positivas, na abordagem da saúde mental e do trauma, na criação de oportunidades melhorando condições socioeconómicas e no desenvolvimento de serviços compreensivos baseados na comunidade para mulheres e raparigas. No entanto, Bloom e Covington (2001) referem que este tipo de intervenção passa por criar um ambiente (pela seleção do espaço, pelo recrutamento dos/as profissionais, pelo desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais) que reflita uma compreensão situada da vida das raparigas, e dos rapazes, e responda aos seus pontos fortes e desafios, utilizando um modelo multidimensional, baseado no desenvolvimento de competências e pontos fortes, que tenha em consideração fatores sociais, culturais e psicológicos (Wolf, Graziano & Hartney, 2009).

Segundo Sherman (2005), uma intervenção responsiva ao género deve conter práticas, políticas e programas que abordem as desigualdades sistémicas resultantes de uma institucionalização desajustada, e abordem as necessidades idiossincráticas das jovens e os seus percursos na institucionalização que são ambos diferentes dos jovens. Um dos grandes objetivos de intervenção com esta dimensão é, segundo Sherman (2005), reduzir o *gender bias*, ou viés de género, quer isto dizer, reduzir a tendência de preferência de um dos géneros e fomentar a responsividade de género através da legislação, promovendo uma intervenção equitativa e responsiva para as raparigas e assegurando que as instituições e os seus funcionários prestam serviços ajustados às raparigas. Assim, para que o Sistema de Justiça seja responsivo ao género tem que ter em consideração a realidade da vida das jovens, os percursos que as levam para a criminalidade e as relações que moldam as suas vidas (Bloom et al., 2003a). Implementar estas abordagens reduz a minimização do retorno das jovens ao Sistema de Justiça Juvenil (Sherman, 2005).

Apesar de a intervenção responsiva ao género continuar a ser uma temática em desenvolvimento no Sistema de Justiça Juvenil tem apresentado resultados positivos em

áreas como sistemas de apoio, emprego, autoestima, empoderamento e na redução da reincidência (Day, Zahn & Tichavski, 2015; Zahn et al., 2009).

A literária sobre a temática responsiva ao género orienta-se em temas abrangentes e em diretrizes relacionadas com as melhores práticas no universo feminino (Walker et al., 2015). Embora os esforços conceptuais e teóricos proponham técnicas para se trabalhar de forma eficaz com as jovens, existe uma certa carência de estudos sobre a eficácia nesta vertente (Anderson et al., 2016), nomeadamente a falta de avaliação de programas responsivos ao género e de programas desagregados por género (Hubbard & Matthews, 2008; Kerig & Schindler, 2013; Walker et al., 2015), portanto para que a temática de responsividade de género seja notória é necessário contribuir com a etapa da avaliação, pois a avaliação adequa os princípios responsivos de género à implementação do programa (Bloom et al., 2003a). À medida que esta temática é tida em consideração é preciso registar a eficácia da prática, o que contribuirá para investigações empíricas sobre resultados de programas responsivos ao género (Bloom et al., 2003a). O processo de avaliação deve ter em conta as relações das raparigas com os profissionais, as relações entre elas e com as regras e os regulamentos impostos, para se determinar possíveis limitações nos programas, e obter a opinião das jovens sobre os serviços oferecidos (Bloom et al., 2003a). A avaliação vai ser importante para determinar o sucesso ou o fracasso do programa e analisar os efeitos a curto e a longo prazo da intervenção com as jovens (Bloom et al., 2003a). Segundo Anderson et al. (2016), um estudo feito à avaliação da intervenção responsiva ao género, concluiu que existe uma relação efetiva entre este tipo de intervenção e a reincidência. Na verdade, no grupo de raparigas que receberam tratamento responsivo ao género num ambiente baseado na comunidade verificou-se que houve uma redução significativa da reincidência após 2 anos do término da intervenção. Javdani e Allen (2016) evidenciaram que a utilização de uma intervenção responsiva ao género resulta, para as jovens, num aumento das capacidades para resolver problemas e na redução dos níveis de risco de violência, do uso de substâncias, da prática delinvente, de depressão, de ansiedade, de angústia e de raiva. Estes estudos salientam a importância de desenvolver estudos que avaliam a eficácia destas intervenções responsivas ao género que são escassos na literatura (Chesney-Lind et al., 2008; Kerig & Schindler, 2013; Zahn et al., 2009).

Apesar dos discursos teóricos irem ao encontro de respostas com foco no género, materializando-as em políticas, serviços, programas e instrumentos designados por *gender-responsive*, contudo, na prática o reconhecimento do papel de género no desenho,

implementação e avaliação dos programas, continua insuficiente e baseado em modelos tradicionais de papéis de gênero (Zahn et al., 2009), não desenvolvendo investigação empírica suficiente sobre a eficácia de tais programas (Day et al., 2015; Zahn et al., 2009). A este respeito, Lipsey (2009) a partir de uma base de dados compreensiva de avaliação de programas na justiça juvenil concluiu que 87% desses programas eram dirigidos para rapazes e apenas 4% para raparigas. Zahn et al. (2009), por sua vez, ao analisarem 62 programas identificados como sendo desenhados para raparigas, mostram que apenas 18 tinham sido sujeitos a avaliação, e destes, apenas 9 programas foram sujeitos a uma avaliação rigorosa da sua eficácia. Além disso, as autoras Brumbaugh, Walters e Winterfield (2010) realizaram um estudo de avaliação de 143 instrumentos de avaliação do risco concluindo que 73 são favoráveis (têm informação sobre desempenho de gênero), em 7 essa informação não é clara, 8 têm informação negativa e 55 não têm qualquer informação. Acresce ainda que a maioria das intervenções não abordam suficientemente os fatores interligados relacionados ao envolvimento da figura feminina no sistema, centrando-se apenas numa única questão específica, como a gravidez na adolescência (Kerig & Schindler, 2013). Segundo Chesney-Lind et al. (2008) a maioria dos programas não são orientados para as necessidades únicas das raparigas e referem a necessidade de uma abordagem baseada no gênero. Além disso, os serviços disponíveis para as jovens não são concebidos para corresponder às suas necessidades idiossincráticas, portanto é necessária uma sensibilidade a estes assuntos para se proporcionar programas eficazes a longo prazo (Covington & Bloom, 2006). Autores como Zahn et al. (2009) constatarem que nos programas de intervenção e tratamento, as jovens respondem de maneira díspar a estes em relação aos jovens, logo é necessário dar visibilidade trabalhando as especificidades de gênero (Duarte, 2012). Contudo, a vontade política para tal implementação de respostas com foco no gênero tem sido influenciada por limitações económicas, uma tendência geral no sentido do endurecimento penal de jovens infratores e por os modelos de intervenção no Sistema de Justiça Juvenil não diferirem em razão de gênero (*gender-neutral*) (Zahn et al., 2009).

3.2. Abordagens e princípios responsivos ao gênero

O conceito de uma abordagem responsiva ao gênero ainda não foi amplamente implementado no contexto de justiça juvenil (Salisbury, 2015; Walker et al., 2015), sendo que isto deve-se à vasta de princípios que a literatura responsiva ao gênero oferece traduzindo-se na dificuldade em identificar quais destes são os mais relevantes (Walker et al., 2015). Contudo, Bloom et al. (2003a) e Covington e Bloom (2006) indicam

princípios, que juntamente com estratégias para a sua implementação, orientam uma abordagem responsiva ao género para darem respostas às preocupações que o Sistema de Justiça apresenta sobre assuntos de gestão, supervisão e tratamento com a jovem. Estes princípios foram desenvolvidos para fundamentar os serviços e tratamentos responsivos ao género (Covington & Bloom, 2006). Segundo Bloom et al. (2003a), é necessário que haja uma agenda política e profissionais interessados na implementação dos princípios e estratégias responsivos ao género no Sistema de Justiça, a saber: género, ambiente, relação, serviços e supervisão, estatuto socioeconómico e comunidade.

O princípio 1 refere que a diferença passa pelo reconhecimento das especificidades de género. É necessário reconhecer as suas implicações em toda a vertente do Sistema de Justiça pois este tem sido dominado pela regra da paridade, contudo isto não significa que haja uma adequação ao género, então para providenciar esta adequação é necessário reconhecer as diferenças de género (Bloom et al., 2003a). Segundo Bloom et al. (2003a) as orientações para se implementar este princípio, nomeadamente, disponibilização de recursos humanos e financeiros para se criar serviços específicos para a figura feminina; designar um cargo administrativo para monitorizar a gestão, supervisão e serviços; especializar os/as profissionais para intervirem com o género feminino.

O princípio 2 refere que o ambiente deve ser baseado na segurança, no respeito e na dignidade. A segurança, o respeito e a dignidade são essenciais para ocorrer mudanças de comportamento e proporcionar um ambiente seguro e de apoio em todos os serviços efetuados, melhora os comportamentos exercidos pelo sexo feminino, pois este tipo de ambiente é o alicerce de um processo interventivo (Bloom et al., 2003a). Os/as profissionais têm de estar conscientes do padrão abusivo possivelmente experienciado na vida da delinvente quando interagem no universo feminino, e deve-se garantir que o contacto com a justiça não recrie um ambiente abusivo (Bloom et al., 2003a). Segundo Bloom et al. (2003a) sugerem orientações para se implementar este princípio, nomeadamente, proceder a uma análise do ambiente institucional para fornecer uma avaliação contínua da cultura atual; desenvolver uma política que proporcione uma reflexão sobre a importância da segurança (física e emocional); compreender os efeitos do trauma; estipular protocolos para se reportar possíveis alegações de má conduta de trabalho; desenvolver sistemas de avaliação e classificação que sejam validados com coortes de amostras femininas.

O princípio 3 refere-se às relações, ou seja, desenvolver políticas, práticas e serviços/programas focados nas relações familiares e nos vínculos de apoio comunitário.

Incorporar o termo e a noção de relacionamento nas/os políticas, práticas e programas favorece a eficácia do sistema, portanto é fundamental compreender o papel das relações na vida da delinquente (Bloom et al., 2003a). Segundo Bloom et al. (2003a) sugerem orientações para se implementar este princípio, nomeadamente, proporcionar formação aos/às profissionais em temas de relacionamento; promover relações de apoio entre as delinquentes; criação de networking entre a comunidade.

O princípio 4 refere que devem ser oferecidos serviços/programas com foco em temas relacionados com o consumo de substâncias, traumas e saúde mental, e haver uma supervisão adequada. O consumo de substâncias, o trauma e a saúde mental são áreas críticas na vida das delinquentes colocando estes temas com grande impacto na necessidade de intervenção (Bloom et al., 2003a). Bloom et al. (2003a) sugerem orientações para se implementar este princípio, nomeadamente, os/as profissionais devem receber formação especializada na área do consumo de substâncias, do trauma e da saúde mental; disponibilizar recursos; quando se providencia os serviços o ambiente deve ser assegurado para garantir a segurança (física e emocional); sensibilizar a nível de questões culturais.

O princípio 5 refere-se ao estatuto socioeconómico, ou seja, para se melhorar as condições socioeconómicas deve-se proporcionar oportunidades. Um aspeto importante para a intervenção é abordar as realidades sociais e materiais da delinquente porque é a partir do estatuto económico, da experiência a nível de trauma e abuso de substâncias, e a relação com os outros que a vida da delinquente é moldada (Bloom et al., 2003a). A maioria das delinquentes encontra-se em desvantagem aos níveis económico e social portanto para melhorar estas vertentes é necessário proporcionar oportunidades a nível educacional e de capacitação (Bloom et al., 2003a). Segundo Bloom et al. (2003a) sugerem orientações para se implementar este princípio, nomeadamente, disponibilizar recursos em serviços compreensivos, que foquem as necessidades socioeconómicas das delinquentes, e serviços educacionais e de capacitação; providenciar um espaço de vivência adequado e ajustado na instituição e na comunidade.

O princípio 6 refere-se à comunidade, ou seja, instituir serviços compreensivos e colaborativos após regresso à comunidade. A figura feminina defronta-se com desafios após o seu regresso à comunidade advindo do estigma feminino, de problemas socioeconómicos e até da falta de apoio da própria comunidade, então é necessário criar serviços compreensivos, holísticos e culturalmente responsivos (Bloom et al., 2003a). As autoras sugerem orientações para se implementar este princípio, nomeadamente,

providenciar planos de apoio individualizados garantindo os recursos necessários; utilizar um modelo baseado na gestão de caso aquando inserção na comunidade.

As autoras Bloom et al. (2003a) indicam 8 estratégias gerais que podem ser aplicadas para implementar os princípios, nomeadamente, instaurar cada princípio como política sistemática; proporcionar apoio para a adoção e implementação dos princípios; fazer uma avaliação dos recursos financeiros e humanos para garantir que a implementação seja apropriada na adoção de possíveis novas políticas e práticas; proporcionar formação especializada de forma contínua; fomentar monitorização aquando da criação de novas políticas e práticas; efetuar uma análise contínua para se certificar que os procedimentos sejam adaptados para novas políticas; efetuar uma avaliação e análise contínua para monitorizar atitudes, conhecimentos, competências dos/as profissionais; desenvolver um sistema de avaliação que avalie a gestão, a monitorização e os serviços.

Uma abordagem responsiva ao género precisa de incluir programas e serviços que tenham em conta o conteúdo, o contexto da vida das raparigas, o valorizar de relações (Bloom et al., 2003a) e as suas origens culturais (Bloom & Covington, 1998). É também importante proporcionar um *continuum of care*, ou seja, proporcionar uma abordagem/modelo contínua de cuidados em serviços de tratamento, recuperação e apoio, desde o contacto com as instituições até à transição para a sociedade (Bloom et al., 2003a). Com isto, utilizar este tipo de abordagem acarreta um impacto positivo no sistema, nas comunidades e em investigações futuras devido ao facto de haver resultados positivos na redução da reincidência das jovens (Anderson et al., 2019; Bloom et al., 2003a; Javdani & Allen, 2016; Salisbury, 2015).

Segundo Smith (2016), o conhecimento adquirido sobre perfis criminógenos, desenvolvimentais e históricos de raparigas delinquentes fomentou a necessidade de planear um programa responsivo ao género. Para se desenvolver programas e serviços responsivos ao género são necessárias abordagens que estão planificadas em categorias, como estrutura, conteúdo e no contexto/ambiente (Bloom et al., 2003a). A categoria estrutura indica que o atender das necessidades psicológicas e sociais, e a reflexão de vida da pessoa é devido às perspetivas teóricas sobre os percursos criminais femininos no Sistema de Justiça; que o tratamento e os serviços devem consistir nas capacidades e pontos fortes das raparigas, e num promover de empoderamento; profissionais que sejam sensíveis à questão do género, etnia e orientação sexual; proporcionar modelos femininos que refletem as origens étnicas e culturais das raparigas; promover sensibilidade e consciência cultural; que os instrumentos de avaliação responsivos ao género e

intervenções individualizadas sejam utilizados de acordo com as necessidades idiossincráticas; que os programas focados na reconstrução do vínculo de apoio comunitário sejam incluídos nas práticas responsivas ao género (Bloom et al., 2003a). Relativamente à categoria conteúdo e contexto/ambiente, esta refere que os programas responsivos ao género utilizam intervenções com abordagens comportamentais, cognitivas, dinâmicas e sistémicas para dar resposta às necessidades das raparigas; os serviços abordam as necessidades das raparigas; proporcionar às raparigas competências nas áreas educacionais e vocacionais equitativas (Bloom et al., 2003a).

3.3. Realidade Portuguesa

A prática da intervenção tutelar educativa em Portugal tem-se constituído, desde 2001⁴, entre o “modelo de proteção e o modelo penal, por ser um sistema que assenta na responsabilização e não na punição, orientado para uma mudança sustentada na interiorização de valores e normas socialmente aceites, apostando na reabilitação do/a jovem do ponto de vista educacional” (Duarte, 2016, p. 75). Com esta alteração legislativa a intervenção com jovens delinquentes passa a ter como referência uma perspetiva desenvolvimentista da delinquência, ajustada ao nível de risco de reincidência e às necessidades criminógenas, associada a uma perspetiva de igualdade de tratamento e com uma base de intervenção politicamente neutra em termos de género (Azevedo & Duarte, 2014; Duarte, 2016).

Na verdade, como mostra Duarte (2016), não existe muita literatura que fale sobre a evolução da intervenção tutelar educativa com raparigas. O que sabemos é sobre a intervenção com mulheres ofensoras nas prisões portuguesas (Cunha, 1994), em que se tentava incutir nelas a sua natureza feminina, direcionada às competências e/ou responsabilidades domésticas e maternas, reforçando assim a ideologia dos papéis tradicionais femininos. E que esta nova perspetiva da igualdade de tratamento veio invisibilizar, ainda mais, um grupo sobre o qual se sabia muito pouco. A importância científica e académica dada à delinquência perpetrada por raparigas tem sido ainda limitada, quer ao nível estatístico, que continua a fazer pouca desagregação por género (como é exemplo os dados do RASI⁵), quer no desenvolvimento de estudos sobre as

⁴ Que deve ser enquadrada nas alterações legislativas que foram introduzidas em Portugal a partir de 2001, com a introdução de duas novas leis: a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) –, Lei n.º 149/99, de 1 de setembro, e a Lei Tutelar Educativa (LTE) –, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, que entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2001.

⁵ Relatório Anual de Segurança Interna

trajetórias das raparigas na delinquência e no Sistema de Justiça Juvenil (Duarte, 2012, 2017; Duarte & Cunha, 2014; Duarte & Carvalho 2017; Gomes & Duarte, 2018).

O debate e a criação de uma agenda de investigação e de intervenção com foco no género em Portugal, a par do que já tinha acontecido em outros países, foi impulsionado pelo aumento da investigação científica, por preocupações políticas, como as que foram sublinhadas pelos Relatórios da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos de 2012 e 2017, que diziam que as raparigas estavam em espaços criados e pensados para rapazes, e pela maior presença das raparigas no Sistema de Justiça Juvenil (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015). Segundo a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, apesar de as jovens continuarem a estar menos representadas estatisticamente do que os jovens, a sua presença tem vindo a aumentar paulatinamente aos longo dos últimos anos. Aliás, entre 2018 e 2020, verificamos um aumento das jovens internadas em CE (2018: n(19)12,34%; 2019: n(17)11,04%, 2020: (12)13,33%) contrariando a tendência geral do número de jovens em CE que é de diminuição.

Segundo Garcia e Lane (2013), se no passado as respostas focadas no género foram escassas, hoje académicos e profissionais concordam que as diferenças de género na intervenção devem ser reconhecidas e que já existe investigação, em crescimento, que suporta direções úteis para uma agenda de investigação e de intervenção a esta problemática (Duarte, 2012, 2015, 2016; Duarte & Carvalho, 2013; Duarte & Cunha, 2014). No caso Português, acresce um desafio político nacional⁶, enquadrado nas recomendações internacionais impostas à agenda política, onde é necessário garantir um tratamento equitativo no Sistema de Justiça e uma intervenção que tenha em consideração os princípios do *mainstreaming*⁷ de género (Duarte, 2016), cujo principal objetivo é atingir uma igualdade de género (WHO, 2011).

Embora haja esforços na adoção de ações e/ou iniciativas mais específicas para o género, ainda nos encontramos numa fase inicial para adoção e implementação deste tipo de respostas (políticas, serviços, programas, práticas e instrumentos), por não se especificar a implementação de um tratamento orientado para o género, e também não se

⁶ O novo desafio político estabelecido pela DGRSP de integrar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação em todas as suas valências.

⁷ O *mainstream* de género refere o “processo de avaliar as implicações para mulheres e homens das ações planeadas, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações de mulheres e homens numa dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, económicas e sociais para que as mulheres e homens beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada” (Nações Unidas, 1999 p. 24).

clarificar que fatores são considerados mais relevantes na priorização em direcionar uma intervenção (Walker et al., 2015). O facto de não haver um conjunto de critérios e a amostra de raparigas envolvidas no Sistema de Justiça Juvenil ser limitada coloca limitações na fundamentação da eficácia de programas responsivos ao género (Zahn et al., 2009).

CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)

1. Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral deste estudo terá enfoque numa compreensão da importância de uma intervenção baseada no género no Sistema de Justiça Juvenil, levando em consideração a perspetiva dos/as profissionais da DGRSP. Deste objetivo geral decorrem uma série de objetivos específicos aos quais este estudo vai tentar responder, nomeadamente:

- a) Fazer um levantamento das respostas de intervenção, ao nível das políticas, dos serviços, dos programas, das práticas e dos seus instrumentos, e perceber se estas são percebidas pelos/as profissionais como responsivas ao género;
- b) Perceber as perceções dos/as profissionais relativamente à importância de uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil Português.

2. Material e Método

2.1. Caracterização do estudo

O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto *Intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil - “Se as necessidades parecem ser diferentes, então não valia a pena tentar perceber o que isso é?”*, coordenado pela Professora Doutora Vera Duarte, e que está a ser desenvolvido na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento da Universidade da Maia (UICCC.ISMAI) em parceria com a DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

O estudo insere-se no âmbito de uma investigação com recurso a uma metodologia mista e como afirma Maruna (2010, p. 127):

“A pesquisa de método misto, quase por definição, é mais demorada, difícil e complexa do que estudos monometodológicos.... Como tal, é necessário um motivo bastante convincente para se envolver em tal esforço.”

Opta-se por este tipo de metodologia devido à sua complementaridade metodológica, que combina métodos quantitativos e qualitativos, descartando o confronto paradigmático entre as dicotomias quantitativas e qualitativas (Coutinho, 2019). Além disso, este estudo

procura a convergência e corroboração de resultados através da utilização de métodos quantitativos e qualitativos, em que os resultados dos métodos quantitativos vão servir para aprimorar e/ou auxiliar a utilização dos métodos qualitativos, designadamente através dos resultados da análise conteúdo com recurso à entrevista (Greene, Caracelli & Graham, 1989).

Neste sentido, optou-se por duas técnicas de recolha de dados. A análise dos resultados de um questionário concebido e já administrado no âmbito do Projeto e a realização de entrevistas semiestruturadas, cujo guião foi construído a partir da análise dos questionários.

Trata-se de um estudo de carácter exploratório e descritivo visto que se pretende explorar a importância atribuída pelos atores chave do Sistema de Justiça Juvenil de uma intervenção baseada no género, e fornecer uma descrição das perceções e discursos dos profissionais a um conjunto de dimensões relativas à intervenção com os jovens e às especificidades atribuídas ao género.

2.2. Constituição da amostra

Na primeira fase, que consistiu na administração do inquérito por questionário, foi constituída uma amostra de conveniência composta por Dirigentes dos Centros Educativos mistos, Técnicos/as Profissionais de Reinserção Social e Técnicos/as Superiores de Reinserção Social com experiência a trabalhar com rapazes e raparigas. Os/As participantes foram selecionados com base na sua disponibilidade e voluntarismo. A amostra é constituída por 25 participantes do género masculino e feminino.

Numa segunda fase, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas ao mesmo grupo-alvo, com os mesmos critérios de inclusão. A amostra nesta segunda fase foi constituída por 9 participantes. Estes atores são particularmente informativos para concretizar os objetivos do estudo, uma vez que constituem uma fonte de informação imprescindível para a perceção quanto à adoção de respostas com foco de género no Sistema de Justiça Juvenil e do que significa desenvolver este tipo de intervenção no Sistema de Justiça Juvenil, sendo que também lidam com estas realidades no seu quotidiano em diferentes níveis no(s) Centro(s) Educativo(s), e assim tendo claramente uma perceção muito próxima do objeto de estudo.

2.3. Instrumentos e variáveis de estudo

2.3.1. Questionário

Visto que este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto supramencionado, o instrumento de recolha de dados já estava construído. O QIRG – Questionário de Intervenção Responsiva ao Género (ver anexo I) – foi criado para ser um instrumento que pretende caracterizar a intervenção para poder perfilar necessidades e, apesar de ter sido construído de raiz, inspirou-se em alguns estudos e instrumentos internacionais (Brumbaugh et al., 2010; Owen & Bloom, 2000; Ravoira, Graziano & Lydia, 2012a; Ravoira et al., 2012b; Sokoloff et al., 2008).

O QIRG começa com uma parte introdutória onde se explica o objetivo do questionário e se apresenta a sua estrutura, escala e pontuação, bem como se define o que se entende, para este estudo, por intervenção responsiva ao género. O questionário está dividido em cinco grandes partes, a saber: uma primeira que pede a caracterização socio-profissional dos/as respondentes; e da parte dois à cinco surgem os grandes temas que irão estruturar o levantamento dos dados. As repostas aos itens correspondentes da parte dois à cinco, foram feitas de acordo com uma escala de Likert que vai desde 1 a 4 em que o valor 1 corresponde a “não concordo”; o valor 2 corresponde a “concordo, mas precisa de melhorias”; o valor 3 corresponde a “concordo, e funciona bem”; e o valor 4 corresponde a “não sei/não se aplica”. À frente de cada item foi colocado um espaço em branco onde é solicitado ao/à inquirido/a que demonstre ou dê exemplos da sua resposta. Na parte final do questionário faz-se uma questão aberta pedindo a opinião sobre se faz sentido desenvolver uma Intervenção responsiva ao género em Centro Educativo. Como as respostas à questão aberta do questionário, não foram significativas, optou-se por não se fazer análise de conteúdo. Esta situação levou à necessidade de se fazer entrevistas para melhor poder compreender aprofundadamente as perceções e experiências dos profissionais relativamente às dimensões abordadas pelo questionário.

2.3.2. Entrevistas

Depois da aplicação dos questionários e da realização de análises estatísticas preliminares dos dados avançou-se com a construção do guião de entrevista. Entender o ponto de vista dos atores e descobrir o significado das suas experiências e perceções parecia ser um passo fundamental na leitura dos resultados estatísticos e para complementar a informação já recolhida. Segundo Haguette (1995, p. 86), a entrevista é “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador,

tem por objetivo a obtenção de informação por parte do outro, o entrevistado”, é também uma conversação estruturada com o intuito de aprender sobre experiências e pontos de vistas (Tewksbury, 2011). Considera-se pertinente a utilização da entrevista semiestruturada por proporcionarem mais oportunidades na dinâmica de diálogo e flexibilidade na ordem das questões (Noaks & Wincup, 2004).

Em relação ao guião de entrevista, é composto por duas partes, a primeira pelos dados sociodemográficos e a segunda pelos seus grandes temas, a saber: intervenção responsiva ao gênero; políticas da DGRSP; partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE; ação, contratação e formação dos/as profissionais e características gerais da ITE.

3. Procedimentos

3.1. Processo de recolha de dados

Em relação aos procedimentos adotados, a primeira fase deste estudo consistiu, então, na análise estatística dos dados do QIRG, que foi administrado no final de 2019 (novembro e dezembro) a uma amostra de 25 indivíduos. Numa segunda fase, a coordenadora do Projeto pediu autorização à DGRSP para a realização das entrevistas. Recebida a resposta positiva foram iniciadas as diligências juntos dos Centros Educativos (CE) Navarro de Paiva e Santa Clara, que são os únicos CE mistos. Foi explicado o propósito da investigação aos diretores dos respetivos centros e foi dada a garantia de que a participação dos/as técnicos/as seria sempre voluntária, ainda que previamente combinada com o diretor para conferir da disponibilidade dos/as mesmos.

As entrevistas decorreram no mês de janeiro de 2021, presencialmente no CE Santa Clara, e no mês de Maio de 2021, com recurso ao uso da plataforma digital, no CE Navarro de Paiva devido a constrangimentos, como o país se encontrar em plena pandemia de COVID-19. Note-se que, se garantiu a distância física na realização das entrevistas presenciais. Foram realizadas 9 entrevistas, sete no CE de Santa Clara e duas no CE Navarro de Paiva. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente. Antes do início da entrevista foi pedido o consentimento informado, explicando que lhes era assegurado o anonimato e a confidencialidade de toda a informação recolhida. Cada entrevista iniciou com o protocolo da entrevista, que serviu de reforço ao consentimento informado e onde, além de explicar os objetivos do estudo, também se solicitou a gravação da mesma. Das entrevistas realizadas, um/a participante não consentiu que a entrevista fosse gravada por áudio, outro/a não consentiu que a sua imagem fosse gravada (no caso das entrevistas realizadas via zoom), os/as restantes concordaram com a

gravação de áudio e imagem. No final de cada entrevista, antes de parar com a gravação, era questionado aos/às participantes se gostariam de relevar algum tópico que não tinha sido falado. Todas as entrevistas foram transcritas.

Contactou-se, também, a reitoria da Universidade do Porto para aferir as questões éticas e proteção de dados na realização das entrevistas, e readaptou-se o consentimento inicial às propostas que foram sugeridas na *Informação aos participantes/Consentimento* revisto com base no modelo que a Universidade do Porto costuma utilizar (Anexo II).

3.2. Procedimentos de análise de dados

Nesta secção serão descritos os procedimentos estatísticos que foram realizados para a posterior análise de dados, e os procedimentos de análise de conteúdo para os dados qualitativos.

3.2.1. Procedimentos de análise estatística descritiva

Na análise do QIRG fez-se uma reestruturação dos temas que passaram a A, B, C e D, e houve uma reestruturação dos itens com base na análise estatística. Vejamos, em detalhe, cada uma destas partes.

O tema A - Filosofia e Instrumentos - desenvolve-se em torno de duas grandes variáveis: *Missão da DGRSP comprometida com a igualdade de género* e *Instrumentos e respostas responsivos ao género*. Relativamente à variável *missão da DGRSP comprometida com a igualdade de género*, que posteriormente vai ser designada por *missão*, esta é constituída por cinco itens (Ver Tabela 2). Por outro lado, a variável *instrumentos e respostas responsivos ao género*, que posteriormente vai ser designada por *instrumentos*, é constituída por oito itens (Ver Tabela 3).

O tema B - Instalações e Espaços físicos - é constituído por variáveis designadas *espaço estrutural e visual dos centros educativos* e *partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE*. A variável *espaço estrutural e visual dos centros educativos*, que posteriormente vai ser designada por *espaço estrutural e visual*, é composta por seis itens (Ver Tabela 4). Relativamente à variável *partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE*, que posteriormente vai ser designada por *partilha de atividades*, esta é reagrupada por seis itens (Ver Tabela 5).

O tema C - Profissionais/Staff - contende com variáveis designadas *ação dos/as profissionais*, *contratação dos/as profissionais* e *formação dos/as profissionais*. A variável *ação dos/as profissionais*, que posteriormente vai ser designada por *ação*, é operacionalizada por nove itens (Ver Tabela 6). Além disso, a variável *contratação dos/as*

profissionais, que posteriormente vai ser designada por contratação, é constituída por cinco itens (Ver Tabela 7). Por conseguinte, a variável *formação dos/das profissionais*, que posteriormente vai ser designada por formação, é composta por quatro itens (Ver Tabela 8).

O tema D - Desenvolvimento e Avaliação da Intervenção - é organizado por variáveis designadas *intervenção responsiva ao gênero*, *características gerais da ITE* e *avaliação da intervenção*. A variável *intervenção responsiva ao gênero*, que posteriormente vai ser designada por IRG, é composta por cinco itens (Ver Tabela 9). Seguidamente, a variável *características gerais da ITE*, que posteriormente vai ser designada por ITE, é constituída por três itens, sendo que o item D6 se ramifica em 10 subitens (Ver Tabela 10). Finalmente, a variável *avaliação da intervenção*, que posteriormente vai ser designada por avaliação, é operacionalizada por quatro itens (Ver Tabela 11).

Para efeitos de construção das escalas o valor 4, correspondente a “não sei/não se aplica”, foi considerado *missing value*.

Note-se que para aprimorar e melhorar a análise estatística criou-se variáveis advindas do reagrupamento dos itens.

Os dados quantitativos foram sujeitos a uma análise estatística descritiva com recurso ao software IBM SPSS Statistics 26. Em primeiro lugar, procedeu-se a um processo de *screening* para reorganizar, uniformizar e adequar as variáveis para a análise estatística posterior, nomeadamente, a identificação dos *missing values* e agregação dos itens para a criação das variáveis-chave do estudo com base nos critérios teóricos que nortearam a construção do instrumento. Para o cálculo das variáveis do presente estudo, somou-se as pontuações dos itens correspondentes (excluindo em que o/a respondente não respondeu ou referiu que não sabia/não se aplicava) e dividiu-se pelos números de itens válidos. Todas as escalas estão dentro de uma amplitude de valores que varia entre 1 a 3. Para medir a consistência interna das variáveis-chave do estudo recorreu-se ao *Alpha de Cronbach* (α). Tendo em conta os valores estatísticos definidos na literatura científica, consideram-se valores ideais alphas entre 0,7 e 0,9 (Creswell & Creswell, 2018).

Para a análise da estatística descritiva recorreu-se a algumas medidas de tendência central (média e mediana) e a medidas de dispersão (desvio-padrão). Além disso, utilizaram-se percentagens para as variáveis categóricas, como o gênero, a função e as habilitações literárias, porque devido à natureza qualitativa destas variáveis esta foi a melhor maneira de as descrever.

Foi também realizada a comparação de médias, através de testes paramétricos como o *independent sample t-test* e o *one-way ANOVA*, para se determinar se havia diferenças estatísticas nas variáveis-chave ou variáveis dependentes acima referidas em função das variáveis género e função desempenhada/cargo profissional devido ao facto de estas variáveis serem importantes nas dimensões a analisar.

3.2.2. Procedimentos de análise de conteúdo

Para a análise das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1995).

Após a transcrição de todas as entrevistas e a construção do corpus, a primeira fase da análise foi a familiarização do material, fazendo uma leitura flutuante das entrevistas passando para leituras repetidas e extensivas. De seguida, avançou-se para processo de codificação aberta criando códigos a partir dos dados recolhidos (entrevistas transcritas). Após esta codificação, procurou-se associar os excertos textuais aos códigos, iniciando-se a construção dos temas definindo e encaixando os excertos com a mesma codificação alargando os códigos a temas mais largos reduzindo-os a subtemas. Com este procedimento cruzou-se também um outro de carácter mais exploratório e indutivo, procurando possíveis temas emergentes advindos do próprio material. Como resultado, construiu-se uma grelha de categorização (Anexo III).

CAPÍTULO III - ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

I. Resultados quantitativos

Neste capítulo serão apresentados os resultados relativamente à caracterização da amostra, concluindo-se com a análise referente às correlações entre as variáveis em estudo.

1. Caracterização da amostra

A amostra total é composta por 25 indivíduos, dos quais 56% (n=14) são do sexo masculino e 44% (n=11) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 23 e os 60 anos (média de 43 anos), com uma mediana de 44 e com um desvio padrão de 10,19. Dois (8%) indivíduos não forneceram informação quanto a esta variável. Relativamente à função que cada participante exerce, 12% (n=3) desempenha cargos de dirigente, 48% (n=12) são técnicos profissional de reinserção social (TPRS), 24% (n=6) são técnicos superior de reinserção social (TSRS), e 16% (n=4) desempenham outros cargos. No que concerne ao tempo de serviço, a nossa amostra válida é de 24 participantes (96,0%) visto que 1 participante não tinha respondido a esta questão. Em média, os participantes

indicam que trabalham há cerca de 10 anos no âmbito da justiça juvenil (mín: 0; máx: 36 anos). Relativamente ao tempo de serviço em CE a média é de 5 anos (mín: 0; máx: 24 anos) e em CE misto é de cerca de 1,5 anos (mín: 0; máx: 8 anos). No que respeita às habilitações literárias, 28% (n=7) da amostra tem o 12º ano (ou similar), 36% (n=9) tem uma licenciatura e 36% (n=9) tem uma/um pós-graduação/mestrado. Estes dados estão sumariados na Tabela 1.

Tabela 1- Caracterização Socio-profissional da amostra

	n	%	Min.	Máx.	X	MED	SD
Idade	23	-	23	60	43,35	44,00	10,19
Género							
Masculino	14	56,0	-	-	-	-	-
Feminino	11	44,0	-	-	-	-	-
Função							
Dirigente	3	12,0	-	-	-	-	-
TPRS	12	48,0	-	-	-	-	-
TSRS	6	24,0	-	-	-	-	-
Outro	4	16,0	-	-	-	-	-
Tempo de Serviço							
Justiça Juvenil	24	-	0	36	9,92	5,50	9,82
Centro Educativo	24	-	0	24	5,10	2,00	7,08
Centro Educativo Misto	24	-	0	8	1,48	0,75	2,08
Habilitações Literárias							
12.º ano (ou similar)	7	28,0	-	-	-	-	-
Licenciatura	9	36,0	-	-	-	-	-
Pós-Graduação/ Mestrado	9	36,0	-	-	-	-	-

n-Número de indivíduos; X-Média; SD-Desvio-padrão

1.2. Caracterização segundo as variáveis

Consistência interna

Agrupou-se os itens em variáveis chave e a fim de aferir a fiabilidade do reagrupamento dos itens foi calculada a consistência interna das variáveis utilizando a medida de *Alpha de Cronbach* (α). Como se pode verificar na tabela, as variáveis *missão* ($\alpha=0,76$), *instrumentos* ($\alpha=0,85$), *partilha de atividades* ($\alpha=0,73$), *ação* ($\alpha=0,76$), *contratação* ($\alpha=0,92$), *formação* ($\alpha=0,80$), *IRG* ($\alpha=0,91$), *ITE* ($\alpha=0,91$), *avaliação* ($\alpha=0,75$) atingem valores de consistência interna considerados bons e elevados. Note-se que a variável *espaço estrutural e visual* não obteve valor de α ($\alpha=0,52$) igual ou superior a 0,7, por não se enquadrar nos valores ideais definidos pela literatura científica, os

resultados relativos a esta variável foram analisados com precaução. Inicialmente, a variável *espaço estrutural e visual* tinha sido operacionalizada por sete itens (B1⁸-B2-B3-B4-B7-B8-B13), no entanto, retirou-se o item B1 devido ao facto de este comprometer claramente o valor de *alfa*, causando uma baixa consistência interna dos itens e, por isso, este item foi analisado individualmente.

Caracterização segundo a variável Missão da DGRSP comprometida com a igualdade de género

A tabela 2 refere-se à caracterização da variável *missão*.

No item A1, para metade (50,0%) dos participantes a missão e os objetivos da DGRSP funcionam bem e têm um compromisso explícito de promover e/ou alcançar a igualdade de género na ITE, mas precisam de melhorias (36,4%). Apenas 13,6% não concorda.

No item A2, 9,5% dos participantes afirmaram que a missão e os objetivos da DGRSP não são responsivos ao género, 38,1% concordaram que a missão e os objetivos da DGRSP são responsivos ao género, mas que precisam de melhorias, e 52,4% dos participantes alegam que a missão e os objetivos da DGRSP são responsivos ao género e funcionam bem.

No item A3, 18,8% dos participantes afirmam que a DGRSP tem parceiros com experiência nas matérias da igualdade de género e funciona bem, contudo 81,3% dos participantes alegam que é necessário melhorias nesta temática.

No item A4, 6,3% dos participantes afirmam que a DGRSP não recolhe e não relata evidências quantitativas e qualitativas, por sexo. 50,0% dos participantes afirmam que a DGRSP recolhe e relata evidências quantitativas e qualitativas, por sexo, contudo 43,8% dos participantes mencionam que é necessário melhorias.

Por fim, no item A6, não só, 35,7% dos participantes afirmam que os estudos realizados para DGRSP não excluem um dos sexos e que as conclusões não se aplicam a ambos os sexos, mas também 35,7% dos participantes concordam que os estudos realizados para DGRSP excluem, intencionalmente ou não, um dos sexos e que as conclusões se aplicam a ambos os sexos, e ainda alegam que é necessário melhorias. Do mesmo modo, 28,6% dos participantes concordam e afirmam que não necessita de melhorias pois funciona bem.

⁸ O item B1: centro educativo estar localizado num espaço seguro e perto das comunidades das quais os/as jovens são provenientes.

Tabela 2-Variável Missão da DGRSP comprometida com a igualdade de género

	(α) ⁹	n	Min.	Máx.	X	SD	Concordo Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
A1: A missão e os objetivos da DGRSP têm um compromisso explícito de promover/alcançar a igualdade de género na ITE		22	1	3	2,36	0,73	13,6%	36,4%	50,0%
A2: A missão e os objetivos da DGRSP são responsivos ao género		21	1	3	2,43	0,68	9,5%	38,1%	52,4%
A3: A DGRSP tem parceiros com experiência nas matérias da Igualdade de Género (e.g. órgãos governamentais, nacionais ou internacionais, Organizações comunitárias...)		16	2	3	2,19	0,40	-	81,3%	18,8%
A4: A DGRSP recolhe e relata evidências quantitativas e qualitativas, por sexo		16	1	3	2,44	0,63	6,3%	43,8%	50,0%
A6: Os estudos realizados pela DGRSP excluem (intencionalmente ou não) um dos sexos, mas assumem que as conclusões se aplicam a ambos os sexos		14	1	3	1,93	0,83	35,7%	35,7%	28,6%
Variável "missão"	$\alpha=0,76$	24	1,40	3,00	2,20	0,46			

Caracterização segundo a variável Instrumentos e respostas responsivos ao género

A tabela 3 refere-se à caracterização da variável *instrumentos*.

No item A5, 10,0% dos participantes afirma que a ITE não é *gender-neutral*, quer isto dizer, a intervenção é diferente em razão de género. Por outro lado, 65,0% dos participantes alega que a ITE é *gender-neutral* mas que precisa de melhorias, contudo 25,0% dos participantes afirmam que esta temática funciona bem.

No item A7, 27,8% dos participantes menciona que os instrumentos de avaliação de risco não são responsivos ao género, no entanto 33,3% dos participantes afirmam que os instrumentos de avaliação de risco são responsivos ao género e funcionam bem, mas 38,9% dos participantes alegam que é necessário melhorias.

No item A8, 15,0% dos participantes não concordam que os programas terapêuticos sejam responsivos ao género. 55,0% dos participantes alegam que os programas terapêuticos são responsivos ao género e funcionam bem, contudo 30,0% dos participantes afirmam que é necessário melhorias nesta vertente.

No item A9, os participantes concordam que o CE ouve as vozes dos/as jovens nos vários níveis de participação, mais corretamente, 60,0% dos participantes alegam que são

⁹ Alpha de Cronbach

necessárias melhorias mas 40,0% dos participantes afirmam que esta intenção de promover a opinião dos/as jovens funciona bem.

No item A10, os participantes concordam que o CE integra uma abordagem relacional responsiva ao género, mais precisamente, 61,1% dos participantes afirmam que esta abordagem funciona bem, contudo 38,9% alega que é necessário melhorias.

No item A11, 5,9% dos participantes não concordam que o CE incorpore uma abordagem individualizada responsiva ao género. Contudo, 64,7% dos participantes concordam com a existência de uma abordagem individualizada responsiva ao género e 29,4% dos participantes afirma melhorias neste tipo de abordagem.

No item A12, 12,5% dos participantes afirmam que os regulamentos internos e os projetos educativos não levam em consideração as necessidades idiossincráticas de rapazes e raparigas. 37,5% dos participantes concordam que os regulamentos internos e os projetos educativos levam em consideração as necessidades idiossincráticas de rapazes e raparigas, mas precisa de melhorias nesta vertente, contudo 50,0% dos participantes alegam que esta vertente já funciona bem.

Finalmente, no item A13, 69,2% dos participantes concordam com o facto de os/as materiais/publicações produzidos/as retratarem os rapazes e as raparigas com base em estereótipos baseados no género, necessitando de melhorias. 30,8% das respostas dadas pelos participantes encontram-se em discordância neste item pois 15,4% dos participantes não concordam com este item, e os restantes 15,4% dos participantes concordam e alegam que funciona bem.

Tabela 3-Variável Instrumentos e respostas responsivos ao género

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Concordo, Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
A5: A ITE é <i>gender-neutral</i> (a intervenção não é diferente em razão do género)	20	1	3	2,15	0,59	10,0%	65,0%	25,0%
A7: Os instrumentos de avaliação de risco (como a YLS/ CMI) são responsivos ao género	18	1	3	2,06	0,80	27,8%	38,9%	33,3%
A8: Programas terapêuticos (como o GPS) são responsivos ao género	20	1	3	2,40	0,75	15,0%	30,0%	55,0%
A9: O CE ouve as vozes dos/as jovens nos vários níveis de participação (e.g. design, escolha, implementação e avaliação de atividades);	20	2	3	2,40	0,50	-	60,0%	40,0%
A10: O CE integra uma abordagem relacional responsiva ao género	18	2	3	2,61	0,50	-	38,9%	61,1%

A11: O CE incorpora uma abordagem individualizada responsiva ao género;	17	1	3	2,59	0,62	5,9%	29,4%	64,7%
A12: Os regulamentos internos e Projetos Educativos levam em consideração as necessidades idiossincráticas de rapazes e raparigas	16	1	3	2,38	0,72	12,5%	37,5%	50,0%
A13: Os materiais/publicações produzidas retratam rapazes e raparigas com base em estereótipos baseados no género	13	1	3	2,00	0,58	15,4%	69,2%	15,4%
Variável “instrumentos”	$\alpha=0,85$	22	1,33	3,00	2,32	0,50		

Caracterização segundo a variável Espaço estrutural e visual dos centros educativos

A tabela 4 refere-se à caracterização da variável *espaço estrutural e visual*.

O item B1 inicialmente seria incluído na variável *espaço estrutural e visual* mas como referido anteriormente, retirou-se este item devido ao facto de este causar uma baixa consistência interna da escala, e por isso vai ser analisado individualmente. O item B1 é composto por uma amostra de 25 participantes, com uma média de 2,40, entre 1 e 3, e com um desvio-padrão de 0,577. 44,0% dos participantes concordam com o facto de o CE estar localizado num espaço seguro e perto das comunidades das quais os/as jovens são provenientes, porém 52,0% dos participantes afirma uma necessidade de melhorias nesta temática. 4,0% dos participantes discordam sobre a localização do CE e de este estar perto das comunidades dos quais os/as jovens são provenientes.

No item B2, 4,0% dos participantes não concordam de o espaço do CE ser acolhedor. 64,0% dos participantes concordam que o espaço do CE é acolhedor mas 32,0% dos participantes alegam que necessita de melhorias.

No item B3, 4,3% dos participantes afirma que o espaço do CE não expõe informação importante sobre os direitos e os deveres dos/as jovens. 65,2% dos participantes concordam com o facto de o espaço do CE expor informação sobre os direitos e deveres dos/as jovens, contudo 30,4% dos participantes alega que haja necessidade de melhorar esta vertente.

No item B4, 11,8% dos participantes afirmam não haver uma inclusão dos/das jovens na tomada de decisão sobre o design e a decoração básica do CE. Porém, 47,1% dos participantes afirmam que existe essa inclusão e que necessita de melhorias, e ainda 41,2% dos participantes simplesmente concordam com a inclusão e alegam funcionar bem assim.

No item B7, 16,7% dos participantes alegam que o CE não promove imagens que neutralizem os estereótipos de género, étnicos e culturais. 50,0% dos participantes afirma que existe um promover na neutralização dos estereótipos de género, étnicos e culturais,

contudo 33,3% dos participantes afirma necessitar de melhorias na neutralização de estereótipos.

No item B8, 17,6% dos participantes não concordam que o CE esteja a promover imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais. 29,4% dos participantes afirma que o CE promove imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais, mas 52,9% alega uma necessidade de melhorias.

Por fim, no item B13, 86,4% dos participantes afirmam que os quartos são espaços seguros, mas que necessita de melhorias (13,6%).

Tabela 4-Variável Espaço estrutural e visual dos centros educativos

	(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
B2: O espaço do CE é acolhedor		25	1	3	2,60	0,58	4,0%	32,0%	64,0%
B3: O espaço do CE expõe informação importante sobre os direitos e os deveres dos/as jovens		23	1	3	2,61	0,58	4,3%	30,4%	65,2%
B4: Raparigas e rapazes são incluídos na tomada de decisão sobre o design e a decoração básica do CE		17	1	3	2,29	0,69	11,8%	47,1%	41,2%
B7: O CE promove imagens que neutralizam os estereótipos de género, étnicos e culturais		18	1	3	2,33	0,77	16,7%	33,3%	50,0%
B8: O CE promove imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais		17	1	3	2,12	0,70	17,6%	52,9%	29,4%
B13: Os quartos são espaços seguros		22	2	3	2,86	0,35	-	13,6%	86,4%
Variável “espaço estrutural e visual”	$\alpha=0,52$	25	1,60	3,00	2,47	0,42			

Caracterização segundo a variável Partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE

A tabela 5 refere-se à caracterização da variável *partilha de atividades*.

Tanto no item B5 como no B6 93,8% dos participantes concordam que o CE permite que os rapazes e as raparigas partilham os mesmos espaços de formação (escolar/base e tecnológica), contudo 6,3% dos participantes não concordam com esta afirmação.

No item B9, 6,3% dos participantes alegam que os rapazes e as raparigas não têm acesso às mesmas atividades desportivas. 75,0% dos participantes afirmam que os rapazes e as raparigas têm acesso às mesmas atividades desportivas e que funciona bem, mas 18,8% dos participantes afirmam que é necessário melhorias.

Tanto no item B10 como no B11 81,3% dos participantes afirmam que os rapazes e as raparigas têm acesso às mesmas atividades de lazer e acesso a todas as opções de formação tecnológica, respetivamente, mas 18,8% (B10) e 12,5% (B11) dos participantes alegam que é necessário melhorias, e 6,3% dos participantes (B11) não concordam com a afirmação de os rapazes e as raparigas terem acesso a todas as opções tecnológicas.

Por fim, no item B12, 64,3% dos participantes não concordam com a afirmação de existir atividades para rapazes e atividades para raparigas, contudo 35,7% dos participantes concordam que existem atividades para rapazes e atividades para raparigas, mais precisamente 21,4% dos participantes afirma que esta prática funciona bem e 14,3% dos participantes alegam que é necessário melhorias.

Tabela 5-Variável Partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE

	(α)	n	Min	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
B5: O CE permite que rapazes e raparigas partilhem os mesmos espaços de formação (Escolar/ Base)		16	1	3	2,87	0,50	6,3%	-	93,8%
B6: O CE permite que rapazes e raparigas partilhem os mesmos espaços de formação (tecnológica)		16	1	3	2,87	0,50	6,3%	-	93,8%
B9: Rapazes e raparigas têm acesso às mesmas atividades desportivas		16	1	3	2,69	0,60	6,3%	18,8%	75,0%
B10: Rapazes e raparigas têm acesso às mesmas atividades de lazer		16	2	3	2,81	0,40	-	18,8%	81,3%
B11: Rapazes e raparigas têm acesso a todas as opções de formação tecnológica		16	1	3	2,75	0,58	6,3%	12,5%	81,3%
B12: Existem atividades para rapazes e atividades para raparigas		14	1	3	1,57	0,85	64,3%	14,3%	21,4%
Variável "Partilha de atividades"	$\alpha=0,73$	16	1,33	3,00	2,62	0,39			

Caracterização segundo a variável Ação dos/as profissionais

A tabela 6 refere-se à caracterização da variável *ação*.

No item C1, 56,5% dos participantes afirmam que os/as profissionais (TSRS e TPRS) usam uma abordagem relacional e baseada em pontos fortes, e que esta abordagem funciona bem, contudo 43,5% dos participantes alegam uma necessidade de melhorias.

No item C2, 16,7% dos participantes mencionam que os/as profissionais não usam uma abordagem interventiva diferenciada para os/as jovens. No entanto, 50,0% dos participantes afirmam a utilização de uma abordagem interventiva diferenciada para os/as jovens contudo necessitando de melhorias, mas 33,3% dos participantes alegam que este tipo de abordagem funciona bem.

No item C3, 52,9% dos participantes afirma que os/as TSRS levam em considerações as diferenças desenvolvimentais de rapazes e raparigas na gestão dos casos, e que funciona bem esta prática, contudo 47,1% dos participantes alega que é necessário melhorias nesta prática.

No item C4, 66,7% dos participantes afirmam que há pessoal feminino a trabalhar em todos os turnos, mas necessitando de melhorias nesta questão (23,8%). Contudo, 9,5% dos participantes alega que não há pessoal feminino a trabalhar em todos os turnos.

No item C5, 53,8% dos participantes não concorda com a afirmação de a contenção de uma jovem ser feita apenas por elementos femininos da equipa profissional ou de segurança, contudo 46,2% dos participantes concorda com esta afirmação necessitando de melhorias.

No item C15, 53,4% dos participantes não apresentam uma opinião coerente nas respostas deste item, mais precisamente, não só 26,7% dos participantes alegam que é mais difícil trabalhar com as raparigas do que com os rapazes necessitando este trabalho de melhorias, mas também 26,7% não concorda com a afirmação anterior. 46,7% dos participantes concorda que seja mais difícil trabalhar com as raparigas do que com os rapazes.

No item C16, 47,1% dos participantes afirma que a equipa profissional incorpora uma compreensão sobre o desenvolvimento e diferenças sexuais e de género mas necessitando esta temática de melhorias (41,2%). Contudo, 11,8% dos participantes discorda com o facto de a equipa profissional incorporar uma compreensão sobre o desenvolvimento e diferenças sexuais e de género.

No item C17, 61,1% dos participantes afirma que os/as supervisores acompanham, treinam e responsabilizam a equipa de profissionais de acordo com os princípios responsivos ao género mas que ainda assim necessita de melhorias, Contudo, 16,7% dos participantes alega que este tipo de acompanhamento, treinamento e responsabilização funciona bem. 22,2% discordam com o item.

Por fim, no item C18, 56,3% dos participantes concordam com o facto de as reuniões de equipa serem realizadas regularmente e incluírem discussões que facilitam a

aprendizagem e as práticas sensíveis ao género, porém ainda necessita de melhorias. 31,3% dos participantes alegam que este tipo de procedimentos já funciona bem. 12,5% dos participantes discorda com o item.

Tabela 6-Variável Ação dos/as profissionais

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Concordo,		
						Não Concordo %	mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
C1: Os/as profissionais (TSRS e TPRS) usam uma abordagem relacional e baseada em pontos fortes	23	2	3	2,57	0,51	-	43,5%	56,5%
C2: Os/as profissionais (TSRS e TPRS) usam uma abordagem interventiva diferenciada para rapazes e raparigas	18	1	3	2,17	0,71	16,7%	50,0%	33,3%
C3: Os/as TSRS levam em considerações as diferenças desenvolvimentais de rapazes e raparigas na gestão dos casos	17	2	3	2,53	0,51	-	47,1%	52,9%
C4: Há pessoal feminino a trabalhar em todos os turnos	21	1	3	2,57	0,68	9,5%	23,8%	66,7%
C5: A contenção de uma jovem é feita apenas por elementos femininos da Equipa Profissionais ou de Segurança	13	1	2	1,46	0,52	53,8%	46,2%	-
C15: Os/as profissionais (TSRS e TPRS) consideram que é mais difícil trabalhar com as raparigas do que com os rapazes	15	1	3	2,20	0,86	26,7%	26,7%	46,7%
C16: A equipa profissional incorpora uma compreensão sobre o desenvolvimento e diferenças sexuais e de género	17	1	3	2,35	0,70	11,8%	41,2%	47,1%
C17: Os/as supervisores/as acompanham, treinam e responsabilizam a equipa de profissionais de acordo com os princípios responsivos ao género	18	1	3	1,94	0,64	22,2%	61,1%	16,7%
C18: As reuniões da equipa são realizadas regularmente e incluem discussões que facilitam a aprendizagem e a prática sensíveis ao género	16	1	3	2,19	0,66	12,5%	56,3%	31,3%
Variável "Ação"	α=0,76	23	1,56	3,00	2,29	0,35		

Caracterização segundo a variável Contratação dos/as profissionais

A tabela 7 refere-se à caracterização da variável *contratação*.

No item C6, 57,1% dos participantes concordam que a contratação do staff leva em consideração a diversidade da população que está a ser intervencionada, mas 28,6% dos participantes alega uma necessidade de melhoria nesta vertente. 14,3% dos participantes não concordam com este item.

No item C7, 56,3% dos participantes concordam que nas contratações foram feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre a população intervencionada, necessitando

um melhoramento nesta vertente (31,3%). 12,5% dos participantes não concordam que na contratação foram feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre a população intervencionada.

No item C8, 43,8% dos participantes concordam que na contratação foram feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre abordagens relacionais e baseadas nos pontos fortes (como fatores protetores), mas necessitando de melhorias (50,0%). 6,3% discorda com o item.

No item C9, verifica-se uma incoerência de respostas pois 60% (30% + 30%) destas concordam e discordam com o item. 40,0% dos participantes concordam que na contratação foram feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre a intervenção com as raparigas, ainda assim necessitando de melhorias.

Finalmente, no item C10, 58,3% dos participantes concordam que na contratação foram feitas perguntas sobre o seu entendimento sobre fronteiras físicas, emocionais e sexuais que deveriam estar presentes na relação entre jovens e técnicos/as, mas apontando uma necessidade de melhorias, e 16,7% dos participantes concordam com a afirmação do item indicando que funciona bem. Contudo, 25,0% dos participantes discordam com o item.

Tabela 7-Variável Contratação dos/as profissionais

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
C6: A contratação do staff leva em consideração a diversidade da população que está a ser intervencionada	14	1	3	2,43	0,76	14,3%	28,6%	57,1%
C7: Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre a população intervencionada	16	1	3	2,44	0,73	12,5%	31,3%	56,3%
C8: Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre abordagens relacionais e baseadas nos pontos fortes (fatores protetores)	16	1	3	2,38	0,62	6,3%	50,0%	43,8%
C9: Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre intervenção com raparigas	10	1	3	2,00	0,82	30,0%	40,0%	30,0%
C10: Na contratação são feitas perguntas sobre o seu entendimento sobre fronteiras físicas, emocionais e sexuais que devem estar presentes na relação entre jovens e técnicos/as.	12	1	3	1,92	0,67	25,0%	58,3%	16,7%
Variável "Contratação"	$\alpha=0,92$	18	1,00	3,00	2,27	0,65		

Caracterização segundo a variável Formação dos/as profissionais

A tabela 8 refere-se à caracterização da variável *formação*.

No item C11, 61,1% dos participantes afirma que a formação dos/as profissionais inclui formadores/as externos e internos para abordar questões emergentes, mas necessitando este item de melhorias. Porém, 27,8% dos participantes concordam com o item e alegam que esta prática funciona bem. 11,1% dos participantes discordam com a afirmação do item.

No item C12, verifica-se respostas que apontam para a concordância, contudo 94,8% (47,4% + 47,4%) dos participantes alegam que a formação dos/as profissionais inclui *role plays*, estudos de caso e acompanhamento de *coaching* e que funcionam bem, porém, afirmam também que é necessário melhorias. 5,3% dos participantes discordam com o item.

No item C13, verifica-se uma variedade de respostas, mais corretamente, 29,4% dos participantes alegam que a formação dos/as profissionais não inclui um treino prático com base teórica para abordagens responsivas ao gênero, porém 29,4% dos participantes discordam com esta afirmação apontando um bom funcionamento desta prática. 41,2% das respostas vão de encontro à concordância neste item, contudo os participantes apontam uma necessidade de melhorias nesta prática.

No item C14, 64,7% dos participantes afirmam que este tipo de treino é fundamental para melhorar a intervenção dos/as profissionais junto dos/as jovens, ainda assim 35,3% refere que necessita de melhorias.

Tabela 8-Variável Formação dos/as profissionais

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Concordo, Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
C11: A formação dos/as profissionais inclui formadores/as internos e externos para abordar questões emergentes	18	1	3	2,17	0,62	11,1%	61,1%	27,8%
C12: A formação dos/as profissionais inclui <i>role plays</i> (dramatizações), estudos de caso e acompanhamento de <i>coaching</i>	19	1	3	2,42	0,61	5,3%	47,4%	47,4%
C13: A formação dos/as profissionais inclui treino prático com base teórica para abordagens responsivas ao gênero	17	1	3	2,00	0,79	29,4%	41,2%	29,4%
C14: Os/as profissionais consideram que este treino é fundamental para melhorar a sua intervenção junto dos/as jovens	17	2	3	2,65	0,49	-	35,3%	64,7%
Variável "Formação"	$\alpha=0,80$	19	1,75	3,00	2,29	0,47		

Caracterização segundo a variável Intervenção responsiva ao género

A tabela 9 refere-se à caracterização da variável *IRG*.

No item D1, 50,0% dos participantes alegam que todos os serviços são baseados nos princípios da responsividade de género, mas que necessitam de melhorias. Porém, 12,5% dos participantes afirmam que todos os serviços são baseados nos princípios da responsividade de género e que funcionam bem. 37,5% dos participantes discordam com o que foi questionado no item.

No item D2 verifica-se um desacordo nas respostas dadas pelos participantes, mais precisamente, 55,6% (27,8% +27,8%) dos participantes concordam e discordam com o que foi questionado no item. Verifica-se que 27,8% dos participantes afirmam que todos os programas e atividades não se baseiam nos princípios da responsividade de género, contudo 27,8% concordam que todos os programas e atividades são baseados nos princípios da responsividade de género e que funcionam bem. 44,4% dos participantes concordam com a afirmação anterior, mas alegam uma necessidade de melhorias.

No item D3 confirma-se a mesma inconsistência de respostas em que 22,2% dos participantes afirmam que a fundamentação teórica da intervenção não é fundamentada em pesquisas sobre diferenças de género, porém 22,2% dos participantes alegam que a fundamentação teórica da intervenção é fundamentada em pesquisas sobre diferenças de género, e que funciona bem. 55,6% dos participantes concordam com a afirmação anterior mas mencionam uma necessidade de melhorias.

No item D7, 38,5% dos participantes afirmam que os serviços de saúde e médicos projetados especificamente para as raparigas são oferecidos no local, mesmo assim 46,2% dos participantes concordam com o facto de haver melhorias. 15,4% dos participantes discordam com o que foi questionado neste item.

Por fim, no item D8, 76,9% dos participantes afirmam que tanto os/as jovens têm igual acesso a qualquer um dos programas/serviços¹⁰ e que funcionam bem, porém 15,4% dos participantes concordam com o facto de haver uma necessidade de melhorias. 7,7% dos participantes afirmam que tanto os/as jovens não têm igual acesso a qualquer programa/serviço.

¹⁰ Os programas/serviços estão referidos no item D6

Tabela 9-Variável Intervenção responsiva ao género

	(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
D1: Todos os serviços são baseados nos princípios da responsividade de género		16	1	3	1,75	0,68	37,5%	50,0%	12,5%
D2: Todos os programas e atividades são baseados nos princípios da responsividade de género		18	1	3	2,00	0,77	27,8%	44,4%	27,8%
D3: A fundamentação teórica da intervenção é fundamentada em pesquisas sobre diferenças de género		18	1	3	2,00	0,69	22,2%	55,6%	22,2%
D7: Os serviços de saúde física e médica projetados especificamente para as raparigas são oferecidos no local		13	1	3	2,23	0,73	15,4%	46,2%	38,5%
D8: Rapazes e raparigas têm igual acesso a qualquer um destes programas/serviços		13	1	3	2,69	0,63	7,7%	15,4%	76,9%
Variável "IRG"	$\alpha=0,91$	22	1,00	3,00	2,12	0,70			

Caracterização segundo a variável Características gerais da ITE

A tabela 10 refere-se à caracterização da variável *ITE*.

No item D4, confirma-se uma vasta concordância nas respostas (95%), ou melhor, verifica-se 45,0% dos participantes afirmam que a intervenção e o tratamento são baseados num modelo holístico e que esta temática funciona bem, no entanto 50,0% dos participantes concorda que é necessário melhorias. 5,0% dos participantes discordam com o que foi declarado.

No item D5, 31,8% dos participantes alegam que os centros educativos oferecem intervenções terapêuticas de níveis diferenciados e que funcionam bem, porém 59,1% dos participantes concordam com o facto de haver uma necessidade de melhorias. 9,1% dos participantes discordam com o que foi mencionado.

No item D6a, 60,9% dos participantes afirmam que o CE oferece programas recreativos, incluindo arte, drama e música, e que estes programas funcionam bem, contudo 34,8% dos participantes concorda com o facto de haver melhorias. 4,3% dos participantes discordam com o facto de o CE oferecer este tipo de programas.

No item D6b, 40,9% dos participantes concordam com o facto de o CE oferecer serviços, mais precisamente, sobre vínculos de apoio comunitário, contudo, 50,0% dos participantes afirmam que é necessário haver melhorias neste serviço. 9,1% dos participantes discordam com o facto de o CE oferecer este tipo de serviço.

No item D6c, verifica-se uma discordância de respostas dadas pelos participantes, mais precisamente, 47,6% (23,8% + 23,8%) concordam e discordam com o facto de o CE oferecer programas focados na família. Todavia, 52,4% dos participantes concordam com o que foi mencionado, mas alegam uma necessidade de melhorias neste tipo de programas.

No item D6d, 65,2% dos participantes concordam com o facto de o CE oferecer oportunidades educacionais e vocacionais aos/às jovens e ainda alegam que este tipo de serviço funciona bem, porém 30,4% dos participantes afirmam que é necessário melhorias neste serviço. 4,3% dos participantes discordam com o facto de o CE oferecer este tipo de serviço.

No item D6e, 58,8% dos participantes afirmam que o CE oferece serviços sobre o tratamento informado do trauma mas que é necessários melhorias neste tipo de serviço, porém 23,5% dos participantes concordam com o facto do CE oferecer este serviço e ainda afirmarem que este funciona bem. 17,6% dos participantes discordaram.

No item D6f, 60,9% dos participantes afirmam que o CE oferece serviços sobre aquisição de competências e que este tipo de serviços funciona bem, contudo 39,1% dos participantes alegam uma necessidade de melhorias neste serviço.

No item D6g, 54,5% dos participantes concordam com o facto do CE oferecer serviços sobre tutorias e ainda este serviço funcionar bem, porém 45,5% dos participantes afirmam uma necessidade de melhorias neste serviço.

No item D6h, 64,3% dos participantes alegam que o CE não oferece serviços sobre a espiritualidade, ainda assim 35,7% dos participantes concordam com o facto de o CE oferecer serviços sobre espiritualidade, mas necessitando de melhorias neste tipo de serviço.

No item D6i, 80,0% dos participantes alegam que o CE oferece programas focados na educação sexual e reprodutora, mas necessitam de melhorias, porém 15,0% dos participantes afirmam que este tipo de programas funcionam bem. 5,0% dos participantes discordam com o facto do CE oferecer programas sobre a educação sexual e reprodutora.

Por fim, no item D6j, 86,4% dos participantes afirmam que o CE oferece programas sobre a saúde mental, contudo destes 50,0% alegam que é necessário melhorias neste tipo de programas e os restantes 36,4% mencionam que este tipo de programas funciona bem. 13,6% dos participantes discordam com as afirmações mencionadas.

Tabela 10-Variável Características gerais da Intervenção Tutelar Educativa

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
D4: A intervenção e o tratamento são baseados num modelo holístico (fisiológico, social, emocional, espiritual e ambiental)	20	1	3	2,40	0,60	5,0%	50,0%	45,0%
D5: Os CE oferecem intervenções terapêuticas de níveis diferenciados (e.g. relacional, familiar, expressiva, cognitiva, dinâmica/sistémica)	22	1	3	2,23	0,61	9,1%	59,1%	31,8%
D6a: Programas recreativos (incluindo arte, drama, música)	23	1	3	2,57	0,59	4,3%	34,8%	60,9%
D6b: Vínculos de apoio comunitário	22	1	3	2,32	0,65	9,1%	50,0%	40,9%
D6c: Programas focados na família	21	1	3	2,00	0,71	23,8%	52,4%	23,8%
D6d: Oportunidades educacionais e vocacionais	23	1	3	2,61	0,58	4,3%	30,4%	65,2%
D6e: Tratamento informado do trauma	17	1	3	2,06	0,66	17,6%	58,8%	23,5%
D6f: Aquisição de competências	23	2	3	2,61	0,50	-	39,1%	60,9%
D6g: Tutorias	22	2	3	2,55	0,51	-	45,5%	54,5%
D6h: Espiritualidade	14	1	2	1,36	0,50	64,3%	35,7%	-
D6i: Educação sexual e reprodutora	20	1	3	2,10	0,45	5,0%	80,0%	15,0%
D6j: Saúde mental	22	1	3	2,23	0,69	13,6%	50,0%	36,4%
Variável "ITE"	$\alpha=0,91$	25	1,17	3,00	2,34	0,46		

Caracterização segundo a variável Avaliação da intervenção

A tabela 11 refere-se à caracterização da variável *avaliação*.

No item D9, 84,6% dos participantes afirmam que os dados sobre os/as jovens são recolhidos regularmente e inseridos num banco de dados existentes, porém destes 53,8% afirmam que é necessário melhorias e os restantes 30,8% mencionam um bom funcionamento. 15,4% dos participantes discordam sobre a recolha regular de dados e a inserção destes num banco de dados.

No item D10, 92,8% dos participantes concordam com o facto de os todos os programas implementados serem avaliados, no entanto destes 57,1% mencionam uma necessidade de melhorias na avaliação e os restantes 35,7% alegam que a avaliação funciona bem. 7,1% dos participantes afirmam que todos os programas implementados não são avaliados.

No item D11, 58,3% dos participantes alegam que a avaliação considera as diferenças de género, porém requer melhorias. 33,3% dos participantes concordam com o facto de

avaliação considerar as diferenças de género e ainda mencionam que funciona bem. Porém, 8,3% dos participantes discorda de a avaliação considerar as diferenças de género.

Finalmente, no item D12, 62,5% dos participantes concordam que é utilizado um instrumento de avaliação de programas responsivos ao género, ainda assim destes 50,0% dos participantes afirmam que é necessário melhorias e os restantes 12,5% mencionam que funcionam bem. 37,5% dos participantes discordam com a afirmação neste item.

Tabela 11-Variável Avaliação da intervenção

(α)	n	Min.	Máx.	X	SD	Não Concordo %	Concordo, mas precisa de melhorias %	Concordo, e funciona bem %
D9: Os dados sobre os/as jovens são recolhidos regularmente e inseridos num banco de dados existente	13	1	3	2,15	0,69	15,4%	53,8%	30,8%
D10: Todos os programas implementados são avaliados	14	1	3	2,29	0,61	7,1%	57,1%	35,7%
D11: A avaliação considera as diferenças de género	12	1	3	2,25	0,62	8,3%	58,3%	33,3%
D12: É utilizado um instrumento de avaliação de programas responsivo ao género	8	1	3	1,75	0,71	37,5%	50,0%	12,5%
Variável "Avaliação"	$\alpha=0,75$	17	1,50	3,00	2,25	0,57		

2. Relação entre as variáveis

Dado o término da caracterização da amostra e da descrição das respostas segundo os itens que correspondem às variáveis chave deste estudo, importa compreender as relações existentes entre estas variáveis, sendo que nos resultados apresentados se destacam as correlações cujo resultado foi estatisticamente significativo.

Assim, encontra-se uma correlação positiva entre a *missão* e as seguintes variáveis: *instrumentos* ($r=0,738$, $p<0,01$), *espaço estrutural e visual* ($r=0,538$, $p<0,01$), a *partilha de atividades* ($r=0,593$, $p<0,05$), a *contratação* ($r=0,591$, $p=0,01$), a *IRG* ($r=0,681$, $p<0,01$), e a *avaliação* ($r=0,955$, $p<0,05$). Neste caso, quem concorda com a missão e os objetivos da DGRSP tende a concordar mais que os instrumentos são responsivos ao género, têm uma opinião mais favorável sobre o espaço estrutural e visual dos CE mistos, sobre a partilha de atividades entre rapazes e raparigas, sobre a contratação de profissionais e a intervenção responsiva ao género em CE, e tendem a concordar mais com a avaliação que é feita em CE.

Seguidamente, verifica-se uma correlação positiva entre os *instrumentos* e as variáveis *espaço estrutural e visual* ($r=0,487$, $p<0,05$), a *partilha de atividades* ($r=0,687$, $p<0,01$), a *contratação* ($r=0,759$, $p<0,01$), a *formação* ($r=0,721$, $p<0,01$), a *IRG* ($r=0,795$, $p<0,01$) e a *avaliação* ($r=0,611$, $p<0,01$). Neste âmbito, os/as respondentes que concordam que os instrumentos são responsivos ao género tendem a ter uma opinião mais favorável relativamente ao espaço estrutural e visual dos CE mistos, sobre a partilha de atividades entre rapazes e raparigas, sobre a contratação e formação de profissionais nas questões do género, sobre a intervenção responsiva ao género em CE e tendem a concordar mais com a avaliação que é feita em CE.

As variáveis *espaço estrutural e visual* e *partilha de atividades* correlacionam-se positivamente, apenas, com a variável *IRG* ($r=0,663$, $p<0,01$; $r=0,518$, $p<0,05$, respetivamente). Neste caso, os/as respondentes que concordam com o espaço estrutural e visual dos CE mistos e com a partilha de atividades entre rapazes e raparigas têm uma opinião mais favorável sobre a intervenção responsiva ao género em CE.

Além disso, a variável *ação* correlaciona-se positivamente com as variáveis *contratação* ($r=0,646$, $p<0,01$) e *ITE* ($r=0,641$, $p<0,01$). Então, quem concorda com a ação dos/as profissionais em CE tende a ter uma opinião mais favorável sobre a contratação destes e sobre as características gerais da ITE.

Por sua vez, a variável *contratação* correlaciona-se positivamente com as variáveis *formação*, *IRG* e *avaliação* ($r=0,490$, $p<0,05$, $r=0,569$, $p<0,05$ e $r=0,533$, $p<0,05$, respetivamente). Ou seja, quem concorda com a contratação de profissionais tende a ter uma opinião mais favorável sobre a formação destes/as nas questões do género, sobre a intervenção responsiva ao género em CE e sobre a avaliação que é feita em CE.

Destaca-se uma correlação positiva entre a variável *formação* e *IRG* ($r=0,642$, $p<0,01$), e entre a *formação* e a *avaliação* ($r=0,693$, $p<0,01$). Neste âmbito, quem concorda com a formação de profissionais nas questões do género tende a ter uma opinião mais favorável sobre a intervenção responsiva ao género em CE e sobre a avaliação que é feita em CE.

Não só a variável *IRG* se correlaciona positivamente com a variável *ITE* ($r=0,501$, $p<0,05$), mas também com a variável *avaliação* ($r=0,787$, $p<0,01$). Então, os/as respondentes que concordam sobre a intervenção responsiva ao género em CE tendem a ter uma opinião mais favorável sobre as características gerais da ITE e sobre a avaliação que é feita em CE.

Por fim, a variável *ITE* correlaciona-se positivamente com a variável *avaliação* ($r=0,670$, $p<0,01$). Neste caso, quem tende a ter uma opinião favorável sobre as características gerais da ITE concorda mais com a avaliação que é feita em CE.

No que diz respeito às variáveis socio-profissionais e de acordo com o esperado, a variável idade correlaciona-se positivamente com a variável tempo de serviço na justiça juvenil ($r=0,528$, $p<0,05$). Assim como a variável tempo de serviço na justiça juvenil correlaciona-se positivamente com o tempo de serviço em Centro Educativo ($r=0,422$, $p<0,05$). A variável tempo de serviço no Centro Educativo não se correlaciona com nenhuma das restantes variáveis. A variável tempo de serviço no Centro Educativo misto correlaciona-se negativamente com a variável *partilha de atividades* ($r=-0,656$, $p<0,01$). Neste âmbito, os/as respondentes com maior tempo de serviço em CEM têm uma opinião menos favorável relativamente à partilha de atividades entre rapazes e raparigas.

3. Diferenças entre as repostas em função do género e função desempenhada nos centros educativos mistos

Analisou-se, inicialmente, a relação de género dos/as profissionais e a sua função desempenhada nos centros educativos mistos com o propósito de perceber se influenciaria a forma como estes/as veem a intervenção. Verifica-se que há diferenças estatísticas na variável *partilha de atividades* em função do género do respondente. As médias dos dois grupos, homens ($X=2,78$) e mulheres ($X=2,36$), são estatisticamente significativas ($p\text{-value}=0,03$) para a variável *partilha de atividades*.

No entanto, não se verifica outra qualquer diferença estatisticamente significativas nas restantes variáveis analisadas em função do género dos profissionais (Tabela 12 em Anexo IV) e da função desempenhada nos centros educativos mistos (Tabela 13 em Anexo IV).

II. Resultados qualitativos das entrevistas aos/às profissionais de Reinserção Social do Tutelar Educativo

Apresentaremos, de seguida, os resultados das entrevistas que se organizam em quatro vetores temáticos fundamentais: 1) Políticas da DGRSP, 2) Instalações e Espaços dos centros educativos, 3) Prática Profissional, 4) Intervenção Tutelar Educativa.

1. Políticas da DGRSP

Referindo-se à missão da DGRSP, 4 em 9 dos/as profissionais afirma que para a DGRSP continuar a alcançar uma maior igualdade de género seria necessário investir a nível dos agentes educativos e na implementação de atividades mais diversificadas.

“a nível dos agentes que prestam serviço há muita coisa a fazer.” (E7, 58 anos, Funções de direção)

“Primeiro fazer uma abordagem destas matérias junto dos agentes educativos que trabalham diretamente com os jovens (...)” (E9, 48 anos, TSRS)

“haver aqui um leque maior de intervenções nesse nível isto é identificar aqui um conjunto de atividades que possam servir de alguma forma melhor o grupo de rapazes e de raparigas tendo em conta as especificidades de género” (E3, 44 anos, Funções de coordenação).

A que acresce a necessidades de se fazerem mais parcerias, como refere E4 *“Mas nós não temos nenhuma. Portanto qualquer uma eu acho que é bem-vinda se for para melhorar porque eu não conheço parcerias”* (E4, 56 anos, TPRS), propondo-se então parcerias entre a DGRSP e entidades com experiência nas matérias de igualdade de género, para *“realizar debates com entidades ou pessoas que representam alguma entidade”* (E2, 43 anos, TPRS), *“criar ações de sensibilização nos centros educativos”* (E3, 44 anos, Funções de coordenação), *“fazerem sessões de esclarecimento.”* (E6, 51 anos, TSRS) e estimularem *“o trabalho em conjunto, ou seja, uma sinergia completa. Aproveitarmos a experiência de uns no sentido de podermos melhorar a nossa missão dentro da direção geral.”* (E8, 50 anos, Funções de direção).

Sobre o facto de a missão e os objetivos da DGRSP serem responsivos ao género, verifica-se que 4 em 9 dos/as profissionais com funções diretivas, de coordenação e TSRS têm mais conhecimento sobre estas questões.

“Permita-lhe que lhe diga uma coisa... desde agora o regulamento que foi agora aprovado e nomeadamente o projeto de intervenção educativo já contém a especificidade pois foram reformulados recentemente e tiveram em conta também esses considerantes” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“no próprio regulamento interno e nos regulamentos de centros educativos já preveem e trabalham as necessidades de uns e de outros. E a própria resposta que está a ser dada, mesmo por exemplo a nível de resposta de vestuário, na resposta de produtos de higiene específicos, ela já está trabalhada portanto não vejo aqui que haja... esse trabalho está a ser feito.” (E9 I, 48 anos, TSRS)

Pelas respostas das entrevistas, a explicação da (des)agregação de género nos estudos tem a ver com o facto de a amostra de raparigas continuar a ser menos representativa que a amostra de rapazes.

“tem a ver com o aspeto cultural, tem a ver um bocadinho com o historial das próprias instituições são muito mais digamos... o grupo-alvo a população é muito mais masculina do que feminina e realmente poderá haver alguns enviesamentos” (E7, 58 anos, Funções de direção)

“A questão aqui é que o número de jovens do sexo feminino tem uma amostra baixa até para poder ser em termos de investigação trabalhadas. (...) a leitura que eu

faço é que o número não vai permitir ter dados... que a amostra não é suficiente.” (E9, 48 anos, TSRS)

Neste campo, os/as profissionais sugeriram recomendações, especificamente, adaptar os estudos aos dois géneros, adequando-os à própria população. Como refere E3 *“Se o estudo foi transmitido ou que foi posto em questão considera só apenas um dos sexos e depois se as conclusões se aplicam aos dois obviamente é um estudo mal-adaptado, não é?! Portanto não contou com a especificidade de género e obviamente a minha opinião nesse sentido é que os estudos deverão ser retificados para que possam ser mais específicos e adaptar à especificidade do género.”* (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

2. Instalações e Espaços dos centros educativos

Espaço estrutural e visual

Sobre o espaço estrutural e visual do CE, os/as profissionais apontam que houve algumas mudanças a nível das necessidades específicas para as raparigas, principalmente nas atividades (desportivas, lúdicas, voluntariado) e na formação (escolar) que passaram a ser mistas. Uma realidade recente, uma vez que até 2019, rapazes e raparigas não partilhavam os mesmos espaços em simultâneo.

“Não vi assim muita coisa implementada, mas eu quando cheguei aqui ao deparar-me por exemplo que cabeleireiro é uma formação que tanto os jovens do género masculino e feminino têm direito a escolher caso seja essa a sua opção, acho que por aí é um exemplo. É um exemplo muito porque tem a ver com a responsividade de género, não é?! É um dos exemplos positivos... um exemplo das mudanças.” (E2, 43 anos, TPRS)

“Houve, não muitas porque nós começamos logo a trabalhar com sistema misto, e misto verdadeiramente misto onde rapazes e raparigas participavam e participam diariamente em todas as atividades em grupos mistos e por isso as alterações foram muito poucas porque já estamos a trabalhar assim. (...) foi mais atenção um bocadinho ao tempo para os cuidados individuais e de higiene e de beleza da rapariga. Foi ter alguma atenção maior relativamente aos cuidados de saúde, foi ter alguma atenção um bocadinho à problemática específica das raparigas e pouco mais.” (E7, 58 anos, Funções de direção)

“Implementamos progressivamente as turmas mistas nos cursos de formação profissional e na escolaridade. Atividades lúdicas e desportivas mistas, portanto, ou seja, em conjunto no centro educativo x que não existiam. Ações de gravidez saudável nos centros educativos x e b. Promoção e reforço das ações dirigidas da autoimagem e autoestima e bem-estar psicológico. Refizemos os projetos educativos, entramos em contacto também com as nutricionistas de serviço para adequar as ementas” (E8, 50 anos, Funções de direção)

“Ora bem, nós começamos com um percurso com atividades muito simples nomeadamente as atividades lúdicas e as saídas, antes da pandemia, que pudessem ser

mistas que não o eram. As atividades desportivas também mistas. As atividades de voluntariado também mistas (...)” (E8, 50 anos, Funções de direção)

Destaca-se, também, uma proposta apresentada por um/a dos/as profissionais, ainda que não identificada por todos os entrevistados, que sublinhou a necessidade de uma maior sensibilidade dos/as profissionais às questões do género.

“Na medida em que começamos de ficar mais atentos e mais predispostos a perceber estas questões ligadas ao género (...) em que efetivamente tem a ver com o género no masculino e género no feminino.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

No entanto, sobre o CE promover imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais, os/as profissionais demonstram uma postura pouco crítica e de algum conformismo. Contudo, não deixam de sugerir que se faça um trabalho a nível da sensibilização.

“Era se calhar uma mentalização do pessoal que lida com os jovens” (E4, 56 anos, TPRS)

“Portanto, isso acaba por ser mais uma vez a necessidade de quem trabalha com esta população também estar sensível para que não haja isso é trabalho ou esse jogo é de rapazes ou esse trabalho é para rapazes ou esse trabalho é para as raparigas.” (E9, 48 anos, TSRS)

Partilha e acesso de atividades e espaço

Quanto à partilha e acesso aos espaços, as respostas dos/as profissionais são unânimes. Há partilha mista referente à atividade (desportivas, lazer, lúdicas, terapêuticas), formação (escolar, tecnológica) e convívio. A separação entre os/as jovens acontece apenas no espaço noturno, por questões de higiene e nas unidades residenciais (quartos):

“aquí as atividades são feitas em conjunto, nomeadamente a escola e a formação tecnológica e a ocupação dos tempos livres é feita misto. (...) aquí existe um contacto.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

“(...) desde a abertura do centro educativo que funcionamos com todas as atividades no regime misto, isto é, promovemos que as atividades formativas e escolares, lúdicas e outras que possam ser frequentadas em conjunto e não em separado. Portanto, jovens masculinos e jovens femininos estão apenas separados fisicamente na altura dos banhos, no recolher dos quartos (...).” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

Nesta interação entre géneros, os/as profissionais evidenciaram vantagens e desvantagens.

As maiores vantagens encontram-se ao nível da estabilidade e equilíbrio dos/as jovens, maior facilidade na gestão dos/as profissionais e integração do/a jovem na comunidade/sociedade:

“As dificuldades praticamente eram as mesmas se calhar até em algum outro sentido um melhoramento comportamentalmente, as coisas estabilizam mais naqueles que estão os dois, rapazes e raparigas. Até há mais equilíbrio” (E2, 43 anos, TPRS)

“A maior vantagem é a promoção das atividades junto dos jovens e o desempenho dos jovens, depois é realmente a... também a gestão de recursos humanos, que é mais fácil e é a integração da normalidade na vida do jovem.” (E7, 58 anos, Funções de direção)

“Portanto, a vantagem é exatamente estarmos a promover uma real e efetiva integração para o direito e uma inserção ativa na comunidade e uma inserção útil digamos assim.” (E8, 50 anos, Funções de direção)

Quanto às desvantagens, uma das que teve maior consenso (4/9¹¹) recai na existência de lideranças e namoros, o que potencia maior aproximação, interação e toque.

“Vou-lhe tentar explicar uma coisa... Tentar-lhe explicar que este tipo de grupos têm lideranças e estes tipos de lideranças depois quando mete namoros, porque mete namoros, não físicos e também físicos mas às escondidas no caso nada é feito dentro... começa a aperceber-te de que há uma aproximação maior e isso traz problemas. Os problemas nunca são bem-vindos e isso também é um foco de problemas.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

“As desvantagens é que quanto maior número de jovens nós termos juntos potenciamos a possibilidade de haver problemas. (...) Portanto, quanto mais indivíduos eu tenho juntos no mesmo tipo de atividade a probabilidade de eu ter ocorrências e interação entre eles é porque vão exigir a necessidade de uma intervenção do agente educativo, portanto estou a potenciar aqui. Tem haver com o número. Pode-nos trazer maiores problemas e até problemas disciplinares e não é isso que nós pretendemos.” (E9, 48 anos, TSRS)

“Portanto, quando os jovens aqui, o facto de estarem fechados, em termos sexuais há aqui uma carga muito grande e, portanto, tem tudo muito uma conexão com o sexo, com a prática do sexo não dentro da prática de sexo enquanto ato de amor mas sim uma coisa mecânica até animalasca por assim dizer. Portanto, nós temos que ter algum cuidado quanto a isso. A necessidade de toque que eles têm (...) Portanto, em que o toque e a partilha de espaços e de experiências ela não pode ter esse tipo de conotação.” (E9, 48 anos, TSRS)

Uma outra desvantagem é encontrada ao nível das questões logísticas, ou seja, não haver um equilíbrio de agentes educativos em proporção do gênero para com o número de jovens institucionalizados.

“O único desnível que poderá haver para responder a quase todas as perguntas que me fez poderá ser nesse sentido ou uma mobilização equilibrada em proporção do gênero que esteja, do sexo que esteja a trabalhar uns para com os outros porque senão... Digamos que é a única sugestão e é a única lacuna/maneira que esteja aqui para haver uma percentagem do número de jovens para os números de técnicos de cada gênero que esteja a trabalhar.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

¹¹ Deve ler-se quatro entrevistados de nove entrevistas realizadas

“as vantagens antes de passar à prática devem ter um bocadinho mais a nível logístico, falar do transtorno logístico e à adaptação de algumas atividades técnicas (...) Passam um bocadinho por aí, a parte logística.” (E2, 43 anos, TPRS)

Não menos importante, enquanto desvantagem sentida pelos/as profissionais, é que o convívio misto é um regulador de grupo, ou seja, e como bem explica o E1 *“As raparigas e os rapazes acabam por se regular umas às outras nomeadamente como? quando nós temos um grupos de rapazes e de raparigas quando alguém chama à atenção a alguém, ninguém gosta de ficar mal à beira das raparigas e têm tendência a criar problemas como também o facto de estar à beira de uma rapariga pode ser regulador da parte dele, nomeadamente se ele quiser mostrar uma parte mais ahhhh sedutor”* (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

Os/as profissionais foram pouco críticos quando questionados sobre o que se poderia fazer de diferente e o que se acrescentaria neste sistema misto: *“Como já lhe disse pra já nada. Já está a funcionar nesse sistema.”* (E7, 58 anos, Funções de direção), mas evidenciaram que há muita trabalho a fazer: *“Lá está, estamos a fazer este percurso. Ainda há muito a fazer... ainda há muito a fazer.”* (E8, 50 anos, Funções de direção)

Em jeito de conclusão, os/as profissionais consideram a partilha mista positiva: que *“(...) tem estado a resultar bem.”* (E9, 48 anos, TSRS) e *“a conclusão é que é para continuar (...)”* (E7, 58 anos, Funções de direção). Os/as profissionais salientam que haver *“aulas mistas e haver atividades mistas dá voz aos/às jovens.”* (E5, 45 anos, Funções de coordenação), que há a tal integração na sociedade e o próprio CE acaba por ser *“um centro educativo integrado, integrativo digamos e não discriminatório (...) Neste momento, aliás isso não me faz o menor sentido poder existir sequer uma separação”* (E8, 50 anos, Funções de direção)

3. Prática Profissional

Sobre a ação

A maioria dos/as profissionais, 8 em 9, indicam que intervir ou trabalhar com as raparigas é diferente e/ou mais difícil do que com os rapazes nas mesmas condições. A justificação que utilizam é a mesma, é de as raparigas serem mais argumentativas, intrigistas, exigentes, impulsivas e manipuladoras, no entanto, conseguem ser mais obedientes, meigas e sensíveis.

“É assim, normalmente as raparigas são mais ahhh têm mais argumentos, acabam por argumentar mais e os rapazes não argumentam mais, não argumentam tanto (...) Então, a gente tem normalmente uma tendência para controlar melhor as raparigas, mas não na parte da argumentação enquanto a gente controla melhor os rapazes e eles

não têm muitos argumentos e a gente consegue impor.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

“Com raparigas. (...) Porque são mais impulsivas, mais reativas sobretudo por isso. Talvez um bocadinho mais manipuladoras, tentam manipular um bocadinho a conversa, a pessoa ou as pessoas em volta... é mais por aí.” (E2, 43 anos, TPRS)

“Os jovens do sexo feminino tendem a ser mais obedientes e mais exigentes.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“(...) as miúdas são muito intriguistas e porque são muito gaiatas e a gente sabe que nestas idades as raparigas são muito mais problemáticas em termos de respeito, e de balburdias e de intrigas...” (E4, 56 anos, TPRS)

“As raparigas são mais manhosas, meigas e conseguem dar a aproximação. (...) Raparigas mais difíceis de interesse porque são mais sensíveis do que os rapazes (...) necessitam de outra atenção que os rapazes não necessitam.” (E5, 45 anos, Funções de coordenação)

Este desafio que parece ser trabalhar com as raparigas, leva os/as profissionais a procurarem estratégias e/ou informações para conseguirem intervir melhor, por exemplo, nas reuniões de Equipa, nas formações que procuram e investindo na leitura sobre o tema.

“As reuniões que nós temos com a equipa técnica quer de conselho pedagógico previne que a gente na análise individual que faz ao percurso de um jovem possa readaptar o mesmo em função do resultado geral digamos assim.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“Sim (...) Procurei ler para saber sobre o assunto, internet... mas a melhor experiência é no dia a dia.” (E5, 45 anos, Funções de coordenação)

“Claro que sim através da formação, sempre formação contínua quer a nível individual quer a nível coletivo. Portanto, sempre a promoção exatamente dessa formação.” (E8, 50 anos, Funções de direção)

Quando questionados sobre a prática dos/as supervisores/as acompanharem, treinarem e responsabilizarem a equipa de profissionais de acordo com os princípios responsivos ao género, não existe uma unanimidade de resposta. Por um lado, temos 3 em 9 profissionais, com funções de coordenação, TPRS e TSRS, que demonstram desconhecimento e afirmam que esta prática não existe, como explica E1 *“Não... Não temos tido esse tipo de formação nem temos tido esse cuidado de passar aos colegas. Não tenho nenhuma orientação sobre isso.”* (E1, 41 anos, Funções de coordenação). Por outro lado, encontramos o discurso, de 2 em 9 profissionais com funções diretivas, que revela que estas práticas são gestão quotidiana do dia-a-dia.

“Então as práticas são exatamente ao nível das reuniões que nós fazemos (...) temos as reuniões gerais, temos reuniões de briefing e também muito importante que eu faço muita questão que é ao nível da gestão do conhecimento. Tudo aquilo que se passa ou possa interferir no centro educativo eu, portanto, faço questão de transmitir a todos e

a todas no centro educativo quer a nível de email quer a nível de reuniões” (E8, 50 anos, Funções de direção).

Relativamente à contenção física dos/as jovens numa situação de crise, os/as profissionais são unânimes na resposta e concordam que esta é e deve ser feita independentemente das características de género da equipa profissional ou de segurança. Um assunto sensível que será discutido na discussão dos resultados pois merece uma atenção especial.

“(...) qualquer elemento adulto com funções de agente educativo ou de segurança que aqui trabalhe e que não seja reconhecido a idoneidade do saber estar não trabalha cá. Portanto, qualquer um que está, está porque já deu provas que é capaz e que sabe estar e sabe respeitar. Caso contrário não trabalharia cá mais.” (E9, 48 anos, TSRS)

“Eu tenho uma jovem que está com um comportamento agressivo, eu preciso de parar e se tivermos uma pessoa, um elemento do sexo masculino para fazer isso e se eu não tiver um elemento do sexo feminino obviamente terei que o fazer. (...) Portanto se eu tiver que parar ali uma contenção e tiver que ser feita por um elemento masculino terá que acontecer” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“No que diz respeito às nossas equipas para fazer a contenção, é assim quem estiver de serviço quer seja homem ou mulher terá que a fazer exatamente. Aliás, na unidade feminina quem estiver de serviço é quem faz. Se tiverem senhoras de serviços são as senhoras, se tiverem senhores de serviço são os senhores. Se tiverem ambos, são ambos.” (E8, 50 anos, Funções de direção)

Uma explicação, para a contenção ser feita independentemente das características de género, apresentada por um/a dos/as profissionais, ainda que não identificada por todos os entrevistados é devido pela contenção ser um ato casual, o facto deste ato ter que ser imediato e da carência de profissionais para o executar, como bem esclarece E3 *“(...) respondendo à sua pergunta, primeiro tem haver com a casualidade da situação e depois pela necessidade da intervenção imediata, a segunda tem haver com os poucos profissionais disponíveis.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)*

Sobre a contratação

Os/as profissionais acham importante que na contratação sejam feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre intervenção com raparigas, mas chamam a atenção da importância em incluir os dois géneros para se avaliar se a pessoa estará ou não apta para intervir com ambos. É fundamental *“aferir do grau de responsabilidade e de sensibilidade nas questões relacionadas com o género.”*, refere E3 (44 anos, Funções de coordenação) para que a prática profissional seja aprimorada:

“Sim. (...) Acho importante porque noto diferenças em relação aos rapazes... comportamentais e neste contexto fechado em centro educativo nota-se diferenças.” (E2, 43 anos, TPRS)

“Acho! (...) Com raparigas e com rapazes, mas porque lá está, eu acho que a personalidade do rapaz e da rapariga têm algumas coisas que não são comuns mesmo. São muito muito de mulher e de muito muito homem e que se a gente tivesse na formação essas diferenças porque existem, não é toda a gente fingir que não existem porque existem. Eu acho que tínhamos muito a ganhar. Em saber como lidar porque há muitos homens que não sabem como lidar com uma rapariga (...) eu acho que é muito importante para saber até que nível ele tem capacidade de lidar com uma mulher, com uma rapariga, com uma jovem” (E4, 56 anos, TPRS)

“Sim, porque devido às atitudes, mutilações, comportamentos das jovens.” (E5, 45 anos, Funções de coordenação)

Sobre a formação

Sobre a necessidade de formação, os/as profissionais foram unânimes em considerá-la como prioridade, especificamente formação (especializada) nas questões do género porque *“um dos grandes entraves muitas vezes é precisamente esse... é o facto de os trabalhadores não serem especializados” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)*. Reforçando esta necessidade foi a existência de discursos com base em estereótipos de género:

“(...) muitos profissionais que nesta área (...) que já trabalham à 20 e tal anos e 30 nisto, e que às vezes a mente parou um bocadinho ao longo destes anos. São pessoas que ainda têm algum preconceito de coisas e eu acho que dar uma formação perceptível e com alguma intensidade para que sobressaísse a igualdade de géneros (...)” (E4, 56 anos, TPRS)

“inclinam para uma formação interna e para a especialização de pessoas que efetivamente saibam desconstruir estereótipos porque nós temos tendência a fazer muito generalidade e é preciso que alguém saiba do assunto e que consiga pegar em exemplos concretos e que desmistifique e sensibilize estas pessoas nomeadamente a mim como é obvio.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

Além desta necessidade sentida, reforçam que a sua formação não inclui um treino prático, com base teórica, para abordagens responsivas ao género, mas também não apresentam uma postura crítica sobre a necessidade deste treino para a sua prática profissional, nem apontam possíveis melhorias.

“Não, é de maneira geral.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

“não tive nenhum treino prático responsivo ao género. Pouca formação tive aqui no centro. Estive dois anos e meio em Caxias, só fiz a formação inicial antes de ir para lá. (...) entretanto neste contexto não tive nenhuma formação relativamente a isso. Só fiz uma vez mas foi há cerca de um ano, em Lisboa, e foi a primeira vez que constatei com esta nova implementação, a responsividade de género.” (E2, 43 anos, TPRS)

4. Intervenção Tutelar Educativa

Intervenção (neutra) em razão do género

Para os/as profissionais com funções de coordenação e funções diretivas, a definição de uma intervenção responsiva ao género recai na especificidade, ou seja, *“a intervenção é direcionada a cada um deles com a sua especificidade.”* (E7, 58 anos, Funções de direção), *“adequada exatamente às necessidades dos rapazes e raparigas.”* (E8, 50 anos, Funções de direção), *“é saber identificar as características de cada um dos géneros (...) uma intervenção responsiva ao género que é perceber as características individuais que estão associados a um comportamento e que de alguma forma consigo identificar uma estratégia diferenciada para aquele grupo”* (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

No entanto, quando se questionou os/as profissionais para definir uma intervenção responsiva ao género, as respostas destes/as coincidiram com a definição de uma intervenção neutra em razão do género.

“Para mim penso que será lidar com o género de maneira igual. (...) Penso que seja uma intervenção que seja igual para ambos dos géneros.” (E1, 41 anos, Funções de coordenação)

“É uma intervenção que respeita aquilo que a pessoa deseja, o objetivo que deseja, de traçar o seu caminho. É uma intervenção que respeita estas opções pessoais e individuais independentemente do género.” (E2, 43 anos, TPRS)

Não podemos descurar, a este nível, que a intervenção *gender-neutral* tem sido a base em torno do qual se tem alicerçado a ITE nos últimos anos, como nos explica E1: *“nós tratamos aqui da mesma maneira. Não há... não temos nem preferência por uns e nem preferência por outros. Os jovens aqui são tratados da mesma maneira, têm as mesmas condições, são avaliadas da mesma maneira, as mesmas formações, tudo é exatamente igual.”* (E1, 41 anos, Funções de coordenação).

Apesar de haver algumas dificuldades em explicar e especificar, existe, juntos dos/as profissionais entrevistados/as, um consenso discursivo de que faz sentido desenvolver a intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil, ora porque *“as maneiras são diferentes, os rapazes são diferentes das raparigas ahhh são diferentes, tudo é diferente.”* (E1, 41 anos, Funções de coordenação), ora porque *“eu acho que há diferenças de género, pronto”* (E4, 56 anos, TPRS). E que essas especificidades deveriam ser levadas em consideração *“nomeadamente com a aplicação de alguns programas e promoção de algumas atividades.”* (E3, 44 anos, Funções de coordenação).

Não deixa de ser importante, contudo, refletir a perspetiva do E9 que diz: *“trabalhar as diferenças de género é afundar as diferenças de indivíduos. São os indivíduos que têm*

de ser respeitados, não os géneros.” (E9, 48 anos, TSRS). Um olhar, que, sendo minoritário no conjunto das entrevistas, traz a lume uma preocupação já colocada por Goodkind (2005) quando discute esta questão de dizermos que os rapazes são diferentes das raparigas, e que cai nos perigos da essencialização de género que podem resultar na reificação das diferenças de género.

Em relação à ITE ser orientada para as diferenças de género, os/as profissionais conseguem indicar 2 pontos positivos e 3 negativos. Os pontos positivos mais expressivos recaem na individualidade do indivíduo e na integração na comunidade, aspetos que já estão contemplados na ITE que é feita em CE.

“o positivo é que sendo uma intervenção mais focada na individualidade do indivíduo talvez haja um desenvolvimento no futuro que seja muito mais concreto, muito mais eficaz na vida do indivíduo.” (E2, 43 anos, TPRS)

“Olhe pontos positivos já o referi aqui também, o facto de nós reconhecermos as características individuais que estejam associadas ao género faz-nos ter uma intervenção mais justa e mais responsiva em relação ao objetivo de intervenção e àquilo que temos que tratar daquele jovem em específico (...) Portanto, se eu for específico, quanto mais específico for em relação aquele jovem cada vez tenho mais certeza que mais eficácia tem esta intervenção.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

Os pontos negativos focam-se em duas principais preocupações. Por um lado, as questões de nível logístico que se prendem com *“o ter pessoas suficientes para conseguir desenvolver o trabalho com cada um deles de forma diferenciada.”* (E2, 43 anos, TPRS). Por outro lado, com o (risco de) discriminação e essencialização da noção de género.

“eventuais pontos negativos para mim é só um... é o podermos correr o risco da discriminação positiva, ou seja, queremos de tal modo fazer uma intervenção responsiva de que se comece de alguma forma a discriminar positivamente quer raparigas ou quer os próprios rapazes. Portanto, o risco é exatamente esse. As coisas têm de ser muito bem ponderadas para não cair também nos exageros não é, e depois na discriminação positiva que poderá depois colocar em causa o desenvolvimento do nosso trabalho.” (E8, 50 anos, Funções de direção)

“queremos esbater aqui a questão do género, não é! E acho que é importante esbater aqui a questão do género mas depois fazemos um trabalho muito diferenciado de rapazes-raparigas e esquecemo-nos que há outros géneros” (E7, 58 anos, Funções de direção).

Sobre programas/serviços

Relativamente aos programas e serviços, através do discurso dos/as profissionais extrai-se que os programas/serviços que eles/as consideram que são aplicados aos/às jovens, e foi unânime entre eles/as, é a existência de programas/serviços focados na família, no tratamento informado no trauma, na educação sexual e reprodutora (considerando-o essencial na intervenção com os/as jovens) e nas tutorias. Foi menos

focado a existência de programa/serviço focados na espiritualidade e a quase não existência de programa/serviço focados na saúde mental, apesar de considerarem que é uma área prioritária de intervenção.

Apesar de haver o programa/serviço focado na família, e os/as profissionais consideram essencial na intervenção com os/as jovens, este ainda se encontra numa fase inicial e/ou experimental:

“O programa em si está numa fase neste momento experimental e por isso nem sequer me atrevo a dar alguma alteração sobre isso... está numa fase experimental.” (E7, 58 anos, Funções de direção)

“Aliás aqui estamos também numa fase inicial que é a intervenção das famílias portanto já está em prática. Portanto, iniciamos também esse programa que é muito bom, portanto é uma nova área a ser trabalhada de forma estruturada em programa não que ela não fosse trabalhada, mas agora em forma de programa e de forma estruturada e organizada e validada” (E9, 48 anos, TSRS)

A ideia geral transmitida pelas respostas dos/as profissionais é que o programa/serviço focado no tratamento informado no trauma é oferecido aos/às jovens, no entanto, nota-se um discurso dúbio em relação a este programa/serviço criando dúvidas sobre a sua efetiva implementação.

“tudo o que é necessário a nível psicológico e assim como o trauma penso eu que é tratado a nível psicológico e até psiquiátrico não é! Aqui os miúdos estão muito bem orientados, tem o gabinete de psicologia e também temos a pedopsiquiatria que nos dá apoio nisso.” (E6, 51 anos, TSRS)

“Nós fazemos efetivamente, mas isso é o processo terapêutico e o acompanhamento psicológico e o processo terapêutico individualizado e direcionado a cada um dos casos. Agora o trauma em termos de contexto geral não lhe consigo responder porque como eu lhe disse do início e partindo sempre deste pressuposto cada caso é um caso, não é?! Não há um trauma que seja genérico, não há um programa que seja genérico para o trauma.” (E7, 58 anos, Funções de direção)

Relativamente ao programa/serviço focado na espiritualidade, os/as profissionais sublinham a sua não existência, contudo apresentam um discurso positivo em relação a uma possível inclusão deste na intervenção. Programas que *“não tem a ver com a religião mas sim com o próprio desenvolvimento pessoal. Isso aí porque não, acho que teria, faria todo o sentido incluir (...)”* (E8, 50 anos, Funções de direção) ou, como refere o E9 *“se me fala em mindfulness e essas coisas e yogas e isso assim... sim. Acho importante, muito importante. Eles precisam (...) Eu já quis implementar, nomeadamente aulas de yoga. Não é fácil de operacionalizar, mas acho fundamental isso no futuro, se vierem a ser feitos protocolos, eu sou a primeira a abraçar essa possibilidade porque a necessidade*

que estes tipos de jovens e que a maior parte deles trazem uma resposta à oposição violenta, é fundamental.” (E9, 48 anos, TSRS)

Quanto ao programa/serviço focado na saúde mental, os/as profissionais considera-o essencial na intervenção com os/as jovem mas remetem esse trabalho para as parcerias que a DGRSP tem com entidades externas ao CE, como os centros de saúde e os hospitais.

“(...) ao nível da saúde mental temos articulado com o centro de saúde e muitas vezes não é fácil em tempo útil por questões de ou estamos condicionados e às vezes é preciso há questões urgentes que é preciso mesmo tratar.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“A nível da saúde mental eles vão ao pedopsiquiatra e não me parece que haja nenhum pra já desajustamento que seja preciso alterar.” (E6, 51 anos, TSRS)

Dos programas/serviços anteriormente mencionados, são apontadas algumas melhorias, a saber:

Nos programas/serviços focados na família, os/as entrevistados/as referem em haver uma intervenção com as próprias famílias do/a jovem, porque como bem explica E6: *“para além de trabalhar o jovem é muito importante trabalhar as famílias porque muitas vezes estes jovens vêm das famílias e vão para as famílias exatamente para o sítio aonde cometeram os crimes, não é! (...) eu penso que um passo grande é trabalhar-se as famílias.”* (E6, 51 anos, TSRS), e uma maior interação entre a família do/a jovem e o CE, tentando aproximar o/a jovem à família para esta estar ocorrente do percurso dele/a em CE.

Haver maior investimento na preparação do programa/serviço tutorial através da formação.

“Segundo, até porque o programa tutorial é efetivamente importante, vou voltar novamente à formação, portanto haver aqui também formações dirigidas ao programa tutoria no sentido de o avaliar nas suas consequências e perceber quais são os seus ganhos que eu sei que são bastantes” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“Das tutorias decerto não vejo porque não, até haver uma pequena formação ou assim a nível disso porque dá ideia que cada um faz à sua maneira e da maneira que vê que é o caminho melhor pra isso, mas de resto... mas talvez uma formaçãozita sim e eu falo por mim.” (E6, 51 anos, TSRS).

Para além das melhorias peculiares acima mencionadas, pelas respostas do/as profissionais estes também sugerem melhorias a programas/serviços de forma mais abrangente que passam por:

- Se direcionar à especificidade e estruturação do programa/serviço:

“Acho que os programas podiam ser um bocadinho mais específicos, mas não deixam de ser adaptados aos tratamentos/comportamentos que efetivamente queremos ver alterados.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“Se poderia ser mais estruturado e poderia conter itens mais alargados?! Podia e isso eu posso fazer uma sugestão não só neste programa, mas em todos” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

- Atualização do próprio programa/serviço, e a este respeito é interessante a perspetiva de E9: *“É a atualização desses mesmos programas com estratégias de maior captação da atenção deles. A aplicação de programas retóricos são poucos na absorção dos temas porque eu acredito muito naquilo que eu já referi que é a educação não formal e muito das vezes estes programas são feitos em formação formal e este tipo de jovens não conseguem estar com atenção durante muito tempo”* (E9, 48 anos, TSRS)

- Mais profissionais para aplicação de programas/serviços:

“Portanto uma melhoria que eu possa fazer novamente vai cair nos recursos humanos porque eu tenho que ter uma pessoa competente que não seja traumatizada, desculpe o termo, por via do excesso de trabalho que dá consequência a isto. Uma das medidas é ter técnicos suficientes que permitam a aplicação em função dos timings determinados consequente.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

Quando questionados se os programas, serviços e atividades são baseados nos princípios da responsividade de género, não se verifica unanimidade por parte dos/as profissionais. Por um lado, temos discursos de não concordância, 3 em 9, mas não deixando de referir a necessidade de os programas, serviços e atividades serem baseados nos princípios da responsividade de género, bem como explica E8 *“(…) para a melhoria da nossa intervenção e da educação destes rapazes e destas raparigas.”* (E8, 50 anos, Funções de direção). Por outro temos discursos de confirmação, 4 em 9, mas poucos expressivos sobre esta temática.

Sobre os instrumentos

Sobre os instrumentos de avaliação de risco, 4 em 9 dos/as entrevistados/as consideram que estes não estão, na generalidade, orientados para as diferenças de género, *“a avaliação é feita de igual para os dois.”* (E5, 45 anos, Funções de coordenação). No entanto, um/a dos/as profissionais acrescenta que se a avaliação quantitativa não diferencia o género, a avaliação qualitativa fá-lo:

“Vou-lhe dizer que na globalidade que os instrumentos de avaliação, os qualitativos que sim, que são orientados (...) As avaliações que nós temos que têm por base uma avaliação quantitativa, não diferencio.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

Como alguns dos instrumentos de avaliação estão validados externamente, a posição dos/as técnicos/as é de algum conformismo na sua utilização, como refere o E8: *“Não está, em geral não está para a parte do género (...). o YLS é um instrumento validado. Não só a nível mundial como também para a população portuguesa. Aliás e pagamos bem para o podermos utilizá-lo. A DGRSP paga ao senhor autor para podermos utilizá-lo, portanto é um instrumento validado, nós não o podemos melhorar porque é um instrumento validado para a realidade portuguesa e um instrumento formal digamos assim. Agora se ele está orientado para a diferença de género?! não está porque ele é geral, para rapazes e para raparigas.”* (E8, 50 anos, Funções de direção)

Sobre a avaliação do projeto-piloto dos CE mistos

Foi questionado aos/às profissionais se eles/as tinham conhecimento se o projeto-piloto que permitiu a partilha de atividades e espaço entre rapazes e raparigas em cumprimento de medida de internamento em CE (primeiro no CE de Santa Clara e mais tarde no CE Navarro de Paiva), tinha sido avaliado, as respostas não foram unânimes. Uns demonstram falta de conhecimento sobre a avaliação desse projeto (3/9), demonstrando, inclusive, algum desconhecimento sobre os objetivos do projeto.

“Que eu tenha conhecimento não. (...) O projeto-piloto iniciado aqui em x como nós decidimos promover atividades conjuntas ou abrir um centro misto digamos assim com atividades conjuntas e nós não temos aqui política disso nem indicadores nem critérios que possam ser avaliados. (...) Aliás eu nem sei muito bem a que se refere esse projeto-piloto, esse projeto-piloto foi esta ideia de a gente construir no centro educativo de forma mista... nunca houve uma indicativa que nos permitisse avaliar depois isto é mais específico que aquilo ou não.” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

“Eu não sei quem vai fazer a avaliação desse projeto. Se foi a DGRSP que nos deu ordem para estarmos a juntar os géneros provavelmente serão eles que têm... ser executados ou não sei se é a nível do diretor. Eu não tenho conhecimento disso. Não tenho conhecimento de quem vai avaliar isso.” (E4, 56 anos, TPRS)

Outros afirmam que a avaliação tem sido feita, ainda que expressem diferentes tipos de avaliação. Para uns, *“o único indicador ou critério de avaliação é mesmo empírico. (...) A avaliação que se possa fazer neste momento é empírica em função ao funcionamento global no centro educativo.”* (E3, 44 anos, Funções de coordenação). Para outros, a defesa da ideia de que há sempre uma avaliação comportamental dos/as jovens e, por isso, não será diferente com o projeto-piloto:

“Se será avaliado esse projeto-piloto? Sim! (...) Nós avaliamos sempre comportamentalmente os jovens independentemente de eles estarem, de ser numa sala mista ou numa formação escolar ou numa formação profissional. A avaliação é sempre independente de estarem só rapazes ou raparigas. Nós estamos sempre a avaliar.” (E2, 43 anos, TPRS)

Para outros, ainda, esta avaliação é obrigatória porque tem de ser apresentada superiormente, como refere E 8: *“Está a ser avaliado como é óbvio. Nós temos grelhas de monitorização das atividades que nos propusemos, (...) logo no início do modelo, e todas essas tarefas foram avaliadas e são avaliadas e depois apresentadas ao senhor diretor geral e à ENIND, ou seja, à estratégia nacional para a igualdade e não discriminação. Nós temos que reportar, fazer, ou seja, apresentar os resultados daquilo que nos propusemos fazer, portanto eles são avaliados formalmente.”* (E8, 50 anos, Funções de direção)

“Sim, ele é avaliado. (...) há determinadas diretivas e orientações que nos são dadas relativamente à partilha de espaços, à necessidade de implementar atividades em conjunto e isso sim é avaliado.” (E9, 48 anos, TSRS).

Temas Emergentes

Ao longo das entrevistas houve temas que emergiram na conversa e que, não tendo uma relação direta com o tema em estudo, não deixam de levantar novas e outras questões que devem ser levadas em consideração. Estes temas são destacados pela pertinência das temáticas e não pelo número de vezes que aparecem.

Um dos temas que vai sobressaindo é a diminuição, clara, do número de jovens internados em CE. *“Basta dizer que neste momento temos cerca de 90 rapazes e raparigas internados nos centros educativos a nível nacional, quando a nossa capacidade é de 164 portanto, está aqui a ocorrer um fenómeno que estamos a tentar perceber.”* (E8, 50 anos, Funções de direção). Segundo as estatísticas da justiça, entre 2010 e 2020 o número de jovens internados em CE diminuiu de 226 para 90, o que se traduz numa quebra de 60,2%. Compreender as causas e motivos desta quebra parece ser um dado relevante e, quem sabe, para investigações futuras.

A carência de recursos e profissionais é outro tema sensível que, aqui e ali, foi sendo sublinhado pelos/as profissionais. *“Às vezes não temos elementos suficientes para conseguir fazer o trabalho a 100%.”*, diz-nos E2 (43 anos, TPRS)

“Todos eles [os projetos da DGRSP] são vistos com grande entusiasmo, todos eles são... têm o seu pragmatismo, são... reconhecem claramente a importância mas todos eles acabam por ser poucos exequíveis pela quantidade e pela qualidade de recursos (...) a conclusão destes programas esbate-se na capacidade de os resolvermos de os aplicar depois no futuro. Por um lado, pela quantidade de recursos, por outro lado, pela qualidade que os recursos que possam ter e refletir na intervenção” (E3, 44 anos, Funções de coordenação).

Neste seguimento, o problema do *burnout* é ficado com preocupação. Segundo Wells e colaboradores (2009) acredita-se que os/as profissionais que trabalham com jovens delinquentes podem experienciar stress no trabalho, em que o *burnout* é um dos fatores

negativos associados a esse stress (Byrd, Cochran, Silverman, & Blount, 2000). O que acresce a necessidade de intervir com os/as profissionais que lidam com estes/as jovens.

“Quando me perguntava por exemplo na questão dos traumas era importante que nós tivéssemos uma unidade ou uma independência que tratasse destas questões associadas ao burnout deste tipo de profissionais que lidam com os jovens com comportamentos como o que nós lidamos. Não é fácil. Portanto, intervir com os jovens e nem se preocupam com quem se preocupa com os jovens...” (E3, 44 anos, Funções de coordenação)

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente investigação teve como objetivo principal compreender a importância de uma intervenção baseada no género no Sistema de Justiça Juvenil e, a partir deste, foram avançados objetivos específicos que vão ser respondidos neste capítulo, a partir do diálogo entre os dados quantitativos e qualitativos que foram recolhidos.

De acordo com a literatura internacional, na década de 90, existia uma ausência de investimento em respostas que fossem sensíveis às questões do género (Carlen, 2007; Ravoira et al. 2012b). Hoje, devido a conquistas de visibilidade, de reconhecimento público e conceptuais (Duarte, 2016) que se desenvolveram nas últimas décadas, já há algumas propostas sobre o que significa oferecer essas respostas (Bloom & Covington, 1998, 2001; Chesney-Lind, et al., 2008; Zahn et al. 2009). No contexto português encontramos-nos numa fase inicial na implementação deste tipo de respostas mais responsivas ao género, quer no reconhecimento da necessidade de prestar serviços orientados para atender às necessidades idiossincráticas (Ravoira et al., 2012b), quer na criação de espaço de visibilidade social no âmbito das políticas de intervenção (Duarte, 2016).

Um dos objetivos específicos era fazer um levantamento das respostas de intervenção ao nível das políticas, dos serviços, dos programas, das práticas e dos seus instrumentos, assim como perceber se estas são ou não responsivas ao género.

Relativamente ao nível das políticas, a intervenção com jovens delinquentes ainda é politicamente neutral em termos de género, contudo a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação veio estabelecer um novo desafio político à DGRSP, provocando um processo de mudanças o que ajudará a ler e a explicar muitos dos dados recolhidos. Os dados quantitativos e qualitativos revelaram que a missão e os objetivos da DGRSP têm, na generalidade, um compromisso explícito de promover/alcançar a

igualdade de género na ITE. Um compromisso que se alicerça, também, segundo os/as inquiridos/as, em parcerias com experiências nas matérias da igualdade de género, mas que não estão imunes à necessidade de intensificação dessas parcerias, estimulando a realização de mais debates, ações de sensibilização nos centros educativos, bem como estimular um trabalho ainda mais colaborativo. Este esforço de fazer conciliar a agenda política e de intervenção, no que às questões da igualdade e equidade de género diz respeito, fez-se sentir, também, em outros países (Bloom e Covington, 1998, 2001; Owen e Bloom, 2000; Walker et al., 201, e Zahn et al., 2009). Ainda sobre as políticas, os dados derivados do questionário, pela sua variedade de respostas, não nos permite perceber se os estudos realizados pela DGRSP excluírem (intencionalmente ou não) um dos sexos e assumem que as conclusões se aplicam a ambos os sexos. Contudo, os/as entrevistados/as apontam que, tendencialmente, há uma exclusão do género feminino, dado que coincide com o que a literatura nacional e internacional tem evidenciado (Duarte, 2012; Duarte & Carvalho, 2013; Hoyt & Scherer, 1998). Além disso, pelas respostas das entrevistas, a explicação da (des)agregação de géneros em estudos tem a ver com o facto de a amostra de raparigas continuar a ser menos representativa estatisticamente comparativamente aos rapazes. Estas lógicas desigualitárias da figura feminina no Sistema de Justiça contribuem para que as análises e intervenções sejam fundamentadas numa neutralidade de género (Zahn et al., 2009) não obstante a literatura apontar que tem havido um aumento das raparigas no Sistema de Justiça Juvenil (Anderson et al., 2019), sugerindo recomendações como o adaptar os estudos aos dois géneros adequando-os à própria população. Coloca-se a hipótese de futuramente apostar na informação criada pela análise de género pois, como evidencia WHO (2011), para se desenvolver ações de resposta ao género é necessário apostar neste tipo de informação pois esta revela necessidades práticas ou estratégias de género.

Estas mudanças advindas do novo desafio político refletem-se, também, na partilha de atividades e espaços nos CE. Aqui os dados recolhidos complementam-se mostrando que existe partilha mista de atividade (desportivas, lazer, lúdicas, terapêuticas), formação (escolar, tecnológica) e convívio. A separação entre os/as jovens acontece apenas no espaço noturno, por questões de higiene e nas unidades residenciais (quartos). É importante notar que até 2019, não havia partilha de espaços e atividades entre rapazes e raparigas que estivessem a cumprir medidas de internamento no mesmo CE, tendo iniciado como um projeto-piloto. Neste sentido, muitos dos relatos e dados recolhidos refletem este período de transição e adaptação a uma nova realidade. Os/as profissionais

concordam com esta integração do género, revelando, claro, vantagens e desvantagens associadas. Afirmam que esta partilha é positiva porque dá voz aos/às jovens, que tem sido apontado pela literatura internacional como um dos passos fundamentais para uma intervenção mais responsiva ao género (Foley, 2008; Garcia & Lane, 2013; Ravoira et al., 2012a), porque permite uma maior integração do/a jovem na comunidade/sociedade, transforma o CE num espaço mais integrativo e não discriminatório, facilita na gestão dos/as profissionais e há uma estabilidade e equilíbrio dos/as jovens. No entanto, apontam desvantagens como a existência de lideranças e namoros, o que potencia maior aproximação, interação e toque, a nível de questões logísticas dos/as profissionais e o convívio misto ser um regulador de grupo.

Os/as entrevistados/as mostraram-se pouco críticos quando questionados sobre o que se poderia fazer de diferente e o que se acrescentaria neste sistema misto. Este dado pode ser explicado, por um lado, por ser uma situação mais recente na qual ainda estão a fazer aprendizagens e, por outro, pela falta de informação sobre o que significa uma intervenção responsiva ao género (Bloom & Covington, 2001) e falta de formação sobre as necessidades idiossincráticas das raparigas e ausência de programas que respondam a essas necessidades (Gaarder, Rodriguez & Zatz, 2004). Esta situação pode ajudar, também, a explicar o facto de os/as profissionais considerarem que é mais difícil e/ou diferente trabalhar com as raparigas do que com os rapazes nas mesmas condições e, quando falam delas, o seu discurso está ligado a uma espécie de condição feminina que se perpetua: serem mais sensíveis, meigas e obedientes, a par de serem mais apelativas e manipuladoras. Esta ideia é reiterada pela literatura internacional (Baines & Alder, 1996; Belknap et al., 1997b; Hodge, Holsinger & Maziarka, 2015; Worrall & Gelsthorpe, 2009) e foi uma conclusão evidenciada no estudo de Duarte (2016), com raparigas e profissionais em CE. Este desafio que parece ser trabalhar com as raparigas, leva os/as profissionais a procurarem estratégias e/ou informações para conseguirem intervir melhor, por exemplo, nas reuniões de Equipa, nas formações que procuram e investindo na leitura sobre o tema.

A opinião sobre a partilha de atividades entre rapazes e raparigas dentro do CE varia, também, em função do género dos/as profissionais. Por exemplo, os trabalhos de Okamoto e Chesney-Lind (2000) mostram que os profissionais masculinos têm receio em trabalhar com raparigas por questões de responsabilidade devido à conceptualização sexualizada da delinquência feminina. Já com os rapazes as preocupações estão mais concentradas nos danos corporais por causa da natureza mais agressiva e violenta dos

crimes praticados por eles. Por outro, as profissionais femininas apresentam receios de trabalhar com os rapazes por questões de prejudicar a reputação e/ou a carreira profissional. Trabalhar num ambiente feminino acarreta desafios particulares para os/as profissionais, como se verifica pelo estudo de Chesney-Lind e Freitas (1999). Um desses desafios prende-se com a contenção física aos/às jovens. Os dados qualitativos recolhidos revelam que a contenção de uma jovem é feita independentemente das características de género da equipa profissional ou de segurança, e que os/as profissionais concordam ser o mais adequado. Futuramente, seria interessante que a equipa profissional ou de segurança recebesse algumas indicações sobre reais expectativas comportamentais e espaço para debater as suas preocupações e receios, como indica (Greene et al., 1998).

A mudança deve refletir-se nas práticas e aqui parece haver algum trabalho a fazer, desde uma maior sensibilização para se promover imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais, assunto sobre o qual os/as profissionais demonstram uma postura pouco crítica e de algum conformismo, até um trabalho mais próximo, por parte dos/as supervisores/as, de acompanhamento e treino nos princípios responsivos ao género. Segundo Bloom et al. (2003a), os princípios responsivos ao género orientam sobre assuntos de gestão, supervisão e tratamento com a jovem, sendo que estes princípios foram desenvolvidos para fundamentar os serviços e tratamentos responsivos ao género (Covington & Bloom, 2006). Segundo os dados, se os programas, serviços e atividades não são baseados nesses princípios, os inquiridos e entrevistados expressam a sua necessidade. Claro que esta mudança, como sublinham Bloom et al. (2003a) implica haver uma agenda política e profissionais interessados na implementação dos princípios responsivos ao género no Sistema de Justiça.

O 1º relatório “*Raparigas no sistema de justiça juvenil: resultados de um estudo sobre a importância de uma intervenção responsiva ao género*” do Projeto Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção indica que os/as profissionais não precisavam de formação e que trabalhar com raparigas estaria mais ligada a características individuais do/a técnico/a. Assim nota-se que houve uma evolução a este nível porque relativamente ao nível da formação, os dados derivados através das entrevistas apontam a necessidade de formação (especializada) nas questões do género como prioridade, corroborando com a literatura internacional (Belknap et al., 1997a; Bloom et al., 2003b). Ainda existem discursos com base em estereótipos de género, indo ao encontro do estudo de Gaarder et al. (2004) que sugere que os/as profissionais que trabalham no Sistema de

Justiça Juvenil apresentam estereótipos de género e étnicos e como as perceções estereotipadas negam a realidade que as raparigas enfrentam.

Além da necessidade de formação referida pelos profissionais, os dados do questionário, reforçados pelas entrevistas, apontam para a necessidade de essa formação incluir treino prático, com base teórica, para abordagens responsivas ao género, indicando que este treino é fundamental para melhorar a sua intervenção junto dos/as jovens. Os/As profissionais demonstram, mais uma vez, alguma dificuldade em concretizar o tipo de melhorias que poderiam ser introduzidas na sua prática profissional, o que nos leva a perceber que essa formação deveria estar integrada, também, na formação-base destes profissionais, seja como TSRS ou TPRS.

A par da formação, surge a importância de, na contratação do pessoal, serem feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre intervenção com raparigas. Os/as profissionais acham importante porque conseguem identificar diferenças em relação aos rapazes, corroborando com o que a literatura evidencia que para atender às necessidades das jovens é necessário que os/as profissionais sejam especializados/as nas fases de desenvolvimento das raparigas na adolescência (Bloom & Covington, 2001). Mas os/as profissionais consideram que este questionamento deveria incluir os dois géneros para se avaliar se a pessoa estará apta para intervir levando em consideração as diferenças de género, como já pontuado pelos trabalhos de Ravoira et al. (2012a).

Foi pedido aos inquiridos que identificassem os serviços e programas que o CE oferece e as respostas mostraram que o CE oferece programas e serviços recreativos, vínculos de apoio comunitário, programas focados na família, oportunidades educacionais e vocacionais, tratamento informado do trauma, aquisição de competências, tutorias, educação sexual e reprodutora e saúde mental. O facto de o CE oferecer estes programas/serviços vai ao encontro do que a literatura destaca que uma intervenção orientada para as diferenças de género apresenta níveis diferenciados para atender às necessidades e pontos fortes das raparigas (Bloom & Covington, 2001). Além disso, pelos/as inquiridos evidenciam melhorias em alguns programas/serviços (vínculos de apoio comunitário, família, tratamento informado do trauma, educação sexual e reprodutora e saúde mental), contudo os/as entrevistados/as foram mais específicos a nível de melhorias nos programas/serviços focados na família e tutorial. Acresce ainda que, os/as entrevistados/as não foram capazes de verbalizar e/ou especificar a efetiva implementação de programas/serviços focado no tratamento informado do trauma e na saúde mental. Futuramente deveria apostar-se nesta efetiva implementação, não só pela

necessidade geral, como também para prestar e desenvolver uma intervenção responsiva e eficaz (Bloom et al., 2003a; Kerig & Schindler, 2013). A este respeito, e como mostra Bloom e Covington (2001), a maioria das raparigas sofreu algum tipo de abuso (físico, sexual e emocional) e os problemas de saúde mental são uma das características identificadas nas raparigas delinquentes.

Na identificação de o CE oferecer serviços e programas, anteriormente mencionados, os/as inquiridos/as e os/as entrevistados/as evidenciam que o serviço/programa focado na espiritualidade não está a ser implementado aos/às jovens. Acresce ainda, dos dados derivados através das entrevistas, a ideia geral dos/as profissionais ser positiva numa possível inclusão de programa/serviço desta natureza na intervenção. A literatura tem apresentado estudos e desenvolvimentos promissores neste tópico (Bluth, Campo, Pruteanu-malinici, Reams, Mullarkey & Broderick, 2016; Dafoe & Stermac, 2013; Deshmukh, 2021; Himelstein, 2011) pelo que, futuramente, pode ser interessante pensar-se em compreender a importância deste tipo de programas na intervenção com os nossos/as jovens privados de liberdade.

Relativamente ao facto de os instrumentos de avaliação de risco serem responsivos ao género, os dados do questionário são inconclusivos pela variedade de respostas, contudo, as entrevistas ajudam a esclarecer que estes instrumentos de avaliação não são orientados para as diferenças de género, algo que é naturalizado pelos/as entrevistados/as, uma vez que a intervenção é *gender-neutral* e os instrumentos utilizados estão validados internacionalmente. Segundo Sharp e Gelsthorp (2009), o grande problema desta situação é que estes instrumentos arriscam uma avaliação que não é adequada aos níveis de risco e às necessidades criminógenas das jovens, a que acresce a ausência de estudos e de avaliação de programas responsivos ao género (Hubbard & Matthews, 2008; Kerig & Schindler, 2013; Walker et al., 2015)

Em relação à avaliação, os dados quantitativos revelam uma concordância de todos os programas serem avaliados o que contribui, segundo Bloom et al., (2003a) sobre a etapa de avaliação, para determinar o sucesso ou o fracasso do programa e analisar os efeitos a curto e a longo prazo da intervenção com as jovens. Contudo, nas entrevistas falou-se especificamente sobre o projeto-piloto, que permite a partilha de atividades e de espaço entre rapazes e raparigas em cumprimento de medida de internamento em CE, e pelas respostas dos/as profissionais, por um lado, estes/as demonstram não ter conhecimento da avaliação e, por outro, afirmam que a avaliação é feita. Coloca-se a hipótese de futuramente se explorar melhor os critérios de monitorização e avaliação.

O segundo objetivo era aceder às perceções dos/as profissionais relativamente à importância de uma intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil. Em resposta ao segundo objetivo, os dados demonstram que a base de intervenção não é diferente em razão de género (*gender-neutral*). Ainda que os/as profissionais reconheçam a importância de esta ser orientada para as diferenças de género, demonstram algumas dificuldades em expressar e especificar o porquê, o que vai ao encontro da ideia de Watson e Edelman (2012) que defendem que há um certo “mistério” em torno desta temática e de como a colocar em prática. Coloca-se a hipótese de futuramente explicitar esta temática porque terminologias responsivas ao género auxiliam a especificar os níveis de resposta e de intervenção (Duarte, 2016).

Os/as profissionais apontam mais pontos negativos (nível logístico, (risco de discriminação e essencialização da noção de género) do que positivos (individualidade do indivíduo e integração na comunidade) de uma intervenção orientada para as diferenças de género. Note-se que só os pontos negativos é que tem a ver especificamente com a intervenção orientada para as diferenças de género pois quando os/as profissionais indicam pontos positivos não conseguem perceber pontos positivos específicos da intervenção responsiva ao género, confundindo isso com o que já se faz na ITE. Mais uma vez, pode estar plasmado, aqui, a dificuldade dos/as profissionais em perceber o que é uma intervenção responsiva ao género, o que os faz perspetivarem esta intervenção de forma mais negativa. Curiosamente, um dos pontos positivos apontados pelos profissionais é precisamente uma das críticas que Goodkind (2005) sublinha ao evidenciar que ter um foco somente no indivíduo, a intervenção é direcionada unicamente para a mudança do indivíduo descartando outras possíveis mudanças como institucionais. Os dados derivados das entrevistas indicam que os/as profissionais conseguem compreender que existem especificidades de género, sendo assim uma mais-valia para realizar uma intervenção eficaz, pois como evidencia Duarte e Vieites-Rodrigues (2015) fazer distinção das especificidades de género é uma particularidade necessária para uma intervenção eficaz.

Limitações

Apesar de fornecer importantes resultados, o presente estudo não está imune a algumas limitações. Primeiramente, começamos com as limitações teóricas. Apesar de a literatura internacional já ter avançado com estudos mais consistentes nestas matérias, a investigação nacional mantém-se ainda escassa. Relativamente às limitações metodológicas, destaca-se o facto de esta investigação ter sido realizada em plena

pandemia de COVID-19 e a entrada no terreno ter coincidido com o período de confinamento que limitou a circulação e os contactos presenciais e fechou as instituições. Foi necessário repensar o estudo adequando algumas entrevistas a serem realizadas através da plataforma digital, e não presencialmente como se tinha delineado. Apontemos, agora, as limitações exteriores a este estudo que se contende à pandemia (COVID-19) mundialmente instaurada limitando a perceção dos comportamentos não verbais, como expressões faciais, dos/as entrevistados/as nas entrevistas presenciais pela utilização de máscaras. Uma outra limitação recai na análise de dados: Por um lado, a amostra em estudo, da vertente quantitativa, foi constituída por apenas 25 participantes que se disponibilizaram, voluntariamente, para responder ao questionário, o que limitou o tipo de análises estatísticas realizadas. Contudo, e apesar de termos consciência que trabalhamos com uma amostra pequena e heterógena, não podemos desconsiderar o facto de o universo de indivíduos que estão a trabalhar nesta área ser igualmente pequeno, e, em Portugal, existirem apenas dois CE mistos. No futuro seria vantajoso alargar o número da amostra. Por outro, a variável *espaço estrutural e visual* apresenta uma consistência interna reduzida e por não se enquadrar nos valores ideais definidos pela literatura científica (Creswell & Creswell, 2018), este valor foi analisado com cuidado.

Para pistas futuras, seria interessante alargar estudos a outros/as atores/as do sistema, como os rapazes e as raparigas institucionalizados/as, para dar voz aos seus relatos e experiências, de forma a informar melhor sobre a intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil. Não só, desenvolver mais estudos exploratórios que pudessem criar ou validar programas específicos e responsivos ao género, mas também criar mais estudos de avaliação dos programas pré-existentes.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho de investigação era o de compreender a importância de uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil inquirindo e entrevistando os/as profissionais que trabalham diretamente com esta temática. No final deste estudo, percebemos que para eles/as é importante apostar-se numa intervenção responsiva ao género, uma vez que percebem que há diferenças de género nas necessidades de intervenção, e que essas diferenças são desafiadoras para a sua prática profissional, mas não conseguem verbalizar e expressar em quê e como. Ou seja, os profissionais sentem que é mais difícil trabalhar com as raparigas, que elas têm características diferentes dos rapazes, que precisariam de mais formação, que não sabem como lidar com esta questão de tratar igual o que é diferente. Há ainda um caminho a percorrer. Um caminho de formação, um caminho de sensibilização, um caminho de desconstrução de estereótipos e um caminho na estrutura profissional. Com base nestas conclusões tece-se algumas recomendações, como o apostar e incluir na formação-base módulos sobre diferenças e idiossincrasias de género na delinquência juvenil, intervenção responsiva ao género e como trabalhar e intervir com raparigas. Acresce ainda, haver uma supervisão técnica das equipas sobre esta temática, proporcionar mais workshops sobre respostas com foco de género, criar mais estrutura profissional contratando mais profissionais, porque um dos temas que foi emergente foi a questão do *burnout*, integrar na contratação questões de conhecimento e de atitude sobre a população intervencionada, direcionar fundos/financiamento para a constituição de um grupo de trabalho sobre as especificidades de género na delinquência juvenil, garantir que a avaliação seja executada para que este projeto-piloto seja implementado, adequar os instrumentos de avaliação de risco às diferenças de género pois tem-se questionado a utilização destes por serem testados na “típica” população da justiça juvenil (rapazes), e por fim, talvez seja interessante uma aplicação dos princípios responsivos ao género porque ter uma abordagem responsiva ao género é seguir estes princípios.

Claro que há uma pergunta (teórica) que impõe e que será importante não perder de vista: O que se ganha e/ou o que se perde ao dizer que as raparigas são diferentes dos rapazes? Reconhece-se a pertinência desta pergunta porque estudar sobre esta temática deve ter-se em consideração as populações diferenciadas (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015) defendendo que *one size does not fit all* (Blanchette & Brown, 2006 cit in Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015), e aonde passa a haver um reconhecimento do género ser uma componente da diversidade (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015). Uma pergunta teórica

que foi introduzida pela autora Goodkind, e que faz (re)pensar sobre como fazer este tipo de intervenção como ganhos a contribuição para um Sistema de Justiça Juvenil que apresenta respostas responsivas nas questões do género, o que levará a um sistema mais equitativo e justo. Além disso, uma contribuição no reconhecimento de que os percursos das jovens e dos jovens no Sistema de Justiça Juvenil podem ser distintos, uma reflexão e análise sobre as noções de género na delinquência que continuam a ser dominadas por terminologias masculinas, uma dialogação entre as literaturas *Gender-Responsive* e *What Works*, um impulsionar em noções de *mainstream* de género que desta forma contribuirá para uma nova visão do Sistema de Justiça Juvenil e novas expressões de discursos conceptuais nas categorias de violência, agressão e delinquência femininas (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015).

Não pensando só nos ganhos, é necessário alertar para possíveis riscos como o processo de essencialização de género, resultante na reificação das diferenças (sociais) de género (Goodkind, 2005) que podem levar à construção de planos sexistas sustentadores de mitos (Bloom & Covington, 2001), e que são salientados pelos/as entrevistados/as. Segundo Greene et al. (1998) forçar as raparigas para um sistema projetado para rapazes e desvincular adolescentes desviantes em razão de género não serão soluções promissoras. Então Bloom e Covington (2001), argumentam que é fundamental garantir que os programas com base no género não se tornem em planos sexistas, mas sim focar em abordagens que sejam sustentadas por teorias e práticas, quer isto dizer, por serviços, programas e instrumentos de avaliação, que sejam sensíveis às necessidades sociais, desenvolvimentais e psicológicas da figura feminina proporcionando um ambiente favorável com profissionais especializados nas questões do género. Por um lado, um outro risco é o facto de, “na justiça juvenil, a agenda política e de intervenção tem-se construído em torno do princípio da avaliação do risco que identifica, classifica e gere os grupos com base nos níveis de perigosidade” (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015, p. 26), direcionando o rumo para as raparigas não apresentarem altos riscos na predição da violência e não serem consideradas perigosas para a sociedade, justificando assim insuficientemente o investimento em respostas baseadas no género (Duarte & Vieites-Rodrigues, 2015). Por outro, é o risco de se ignorar a interseccionalidade entre género e etnia, classe e sexualidade levando a uma negligência e opressão da diversidade de géneros (Goodkind, 2005) e ao não reconhecimento das diversas orientações sexuais, identidades e expressões de género levando assim a continuar a reificar em normas tradicionais de género (Irvine-Baker, Jones & Canfield, 2019). Por fim, o equívoco na utilização dos termos específicos e

responsivos ao género por outros termos leva à ambiguidade e heterogeneidade nas respostas responsivas ao género (Anderson et al., 2019).

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, V., Hoskins, K., & Rubino, L. (2019). Defining Gender-Responsive Services in a Juvenile Court Setting. *Women & Criminal Justice*, 29 (6), 338-354.
- Anderson, V., Walerych, B., Campbell, N., Barnes, A., Davidson II, W., Campbell, C. A., Onifade, E., & Petersen, J. (2016). Gender-Responsive Intervention for Female Juvenile Offenders: A Quasi-Experimental Outcome Evaluation. *Feminist Criminology*, 14 (1), 24-44.
- Andersson, F., Levander, S., Svensson, R., & Levander, M. (2012). Sex Differences in Offending Trajectories in a Swedish Cohort. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 22 (2), 108-121.
- Archer, J. (2004). Sex Differences in Aggression in Real-World Settings: A Meta-Analytic Review. *Review of General Psychology*, 8 (4), 291-322.
- Azevedo, T., & Duarte, V. (2014). Intervenção em Centro Educativo: Discursos a partir de dentro. *Revista Configurações*, 13, 103-117.
- Baines, M., & Alder, C. (1996). Are Girls More Difficult to Work With? Youth Workers' Perspectives in Juvenile Justice and Related Areas. *Crime & Delinquency*, 42 (3), 467-485.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Belknap, J., Dunn, M., & Holsinger, K. (1997a). *Gender Specific Services Work Group*. A Report to the Governor: Moving Toward Juvenile Justice and Youth-Serving Systems That Address the Distinct Experience of the Adolescent Female. Columbus, OH: Office of Criminal Justice Services. Retrieved from <https://www.ojp.gov/pdffiles1/Digitization/177622NCJRS.pdf>
- Belknap, J., Holsinger, K., & Dunn, M. (1997b). Understanding Incarcerated Girls: The Results of a Focus Group Study. *The Prison Journal*, 77 (4), 381-404.
- Bloom, B., & Covington, S. (1998). *Gender-Specific Programming for Female Offenders: What is it and Why is it important?*. Annual Meeting of The American Society of Criminology (pp. 11-14). Washington, DC. Retrieved from <https://www.stephaniecovington.com/site/assets/files/1544/13.pdf>
- Bloom, B., & Covington, S. (2001). *Effective Gender Responsive Interventions in Juvenile Justice: Addressing The Lives of Delinquent Girls*. Annual Meeting of The American Society of Criminology (pp. 1-12). Atlanta: Geórgia. Retrieved from <https://www.centerforgenderandjustice.org/assets/files/7.pdf>

- Bloom, B., Owen, B., & Covington, S. (2003a). *Gender-Responsive Strategies: Research, Practice, and Guiding Principles for Women Offenders*. Washington, DC: National Institute of Corrections. Retrieved from <https://info.nicic.gov/nicrp/system/files/018017.pdf>
- Bloom, B., Owen, B., & Covington, S. (2004). Women Offenders and the Gendered Effects of Public Policy. *Review of Policy Research*, 21 (1), 31-48.
- Bloom, B., Owen, B., Rosenbaum, J., & Deschenes, E. (2003b). Focusing on Girls and Young Women: A Gendered Perspective on Female Delinquency. *Women & Criminal Justice*, 14 (2/3), 117-136.
- Bluth, K., Campo, R., Pruteanu-Malinici, S., Reams, A., Mullarkey, M., & Broderick, P. (2016). A School-Based Mindfulness Pilot Study for Ethnically Diverse At-Risk Adolescents. *Mindfulness*, 7, 90-104.
- Broidy, L., Tremblay, R., Brame, B., Horwood, J., Fergusson, D., Laird, R., Moffitt, T., Nagin, D., Bates, J., Dodge, K., Loeber, R., Lynam, D., & Pettit, G. (2003). Developmental Trajectories of Childhood Disruptive Behaviors and Adolescent Delinquency: A Six-Site, Cross-National Study. *Developmental Psychology*, 39 (2), 222-245.
- Brumbaugh, S., Walters, J., & Winterfield, L. (2010). Suitability of Assessment Instruments for Delinquent Girls. Washington, DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Retrieved from <https://ojjdp.ojp.gov/library/publications/suitability-assessment-instruments-delinquent-girls>
- Byrd, T., Cochran, J., Silverman, I., & Blount, W. (2000). Behind Bars: An Assessment of the Effects of Job Satisfaction, Job-Related Stress, and Anxiety on Jail Employees' Inclinations to Quit. *Journal of Crime and Justice*, 23 (2), 69-93.
- Carlen, P. (2007). A Reclusão de Mulheres e a Indústria de Reintegração. *Análise Social*, XLII(185), 1005-1019.
- Chesney-Lind, M., & Freitas, K. (1999). *Working with Girls: Exploring Practitioner Issues, Experiences and Feelings* (Rep. No. 403). Honolulu, HI: University of Hawaii at Manoa, Social Science Research Institute.
- Chesney-Lind, M., Morash, M., & Stevens, T. (2008). Girls' Troubles, Girls' Delinquency, and Gender Responsive Programming: A Review. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 41 (1), 162-189.

- Comstock, D., Hammer, T., Strentzsch, J., Cannon, K., Parsons, J., & Salazar II, G. (2008). Relational-Cultural Theory: A Framework for Bridging Relational, Multicultural, and Social Justice Competencies. *Journal of Counseling & Development*, 86 (3), 279-287.
- Coutinho, C. (2019). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Covington, S., & Bloom, B. (2006). Gender-Responsive Treatment and Services in Correctional Settings. *Women and Therapy*, 29 (3/4), 9-33.
- Creswell, J., & Creswell, J. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Londres: SAGE Publications.
- Cunha, M. (1994). *Malhas que a Reclusão Tece: Questões de Identidade numa Prisão Feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. Retrieved Agosto 10, 2021, from <http://hdl.handle.net/10400.2/4934>
- Dafoe, T., & Stermac, L. (2013). Mindfulness Meditation as an Adjunct Approach to Treatment Within the Correctional System. *Journal of Offender Rehabilitation*, 52 (3), 198-216.
- Day, J., Zahn, M., & Tichavsky, L. (2015). What Works for Whom? The Effects of Gender Responsive Programming on Girls and Boys in Secure Detention. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52 (1), 93-129.
- Deshmukh, S. (2021). Role of Yoga to Develop Positive Self-Concept in Juvenile Delinquents. *International Journal of Yogic, Human Movement and Sports Sciences*, 6 (1), 7-9.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. (1ª ed). Porto: Húmus.
- Duarte, V. (2015). Delinquência Juvenil Feminina a Várias Vozes: Contributos para a Construção de uma Tipologia de Percursos Transgressivos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, 49-66.
- Duarte, V. (2016). E as Raparigas? A Importância do Género na Intervenção no Sistema de Justiça Juvenil. Preocupações Teóricas, Desafios Práticos. In J. Pedroso., P. Branco & P. Casaleiro (Eds.), *Justiça Juvenil: a Lei, os Tribunais e a (In)visibilidade do Crime no Feminino* (pp. 61-90). Porto: Vida Económica.
- Duarte, V. (2017). Meninas no Sistema de Justiça Juvenil: O Que (Não) Sabemos sobre Intervenção Específica de Género. In Pimentel, E. (Org.). *Criminologia e Política Criminal: Perspectivas* (pp. 57-68). Maceió: EDUFAL.

- Duarte, V., & Carvalho, M. (2013). (Entre) Olhares sobre Delinquência no Feminino. *Ex æquo*, 28, 31-44.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2017). Female Delinquency in Portugal: What Girls Have to Say About Their Offending Behaviors. *Gender Issues*, 34 (3), 258-274.
- Duarte, V., & Cunha, M. (org.) (2014). *Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Género e (In)visibilidades Sociais*. Famalicão: Editora Húmus.
- Duarte, V., & Vieites-Rodrigues, L. (2015). Intervenção com Raparigas Delinquentes: Contributos para uma Discussão focada no Género. In S. Gomes & R. Granja (Eds.), *Mulheres e Crime - Perspetivas sobre Intervenção, Violência e Reclusão* (pp. 15-30), Famalicão: Editora Húmus.
- Fagan, A., Van Horn, M., Hawkins, J., & Arthur, M. (2007). Gender Similarities and Differences in The Association Between Risk and Protective Factors and Self-Reported Serious Delinquency. *Prevention Science*, 8 (2), 115-124.
- Farrington, D., & Painter, K. (2004). *Gender Differences in Offending: Implications for Risk-Focused Prevention*. Londres: Home Office Research, Development and Statistics Directorate.
- Fergusson, D., & Horwood, L. (2002). Male and Female Offending Trajectories. *Development and Psychopathology*, 14 (1), 159-177.
- Foley, A. (2008). The Current State of Gender-Specific Delinquency Programming. *Journal of Criminal Justice*, 36 (3), 262-269.
- Fonseca, A. (2004). *Comportamento Anti-Social e Crime: da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina.
- Gaarder, E., Rodriguez, N., & Zatz, M. (2004). Criers, Liars, and Manipulators: Probation Officers' Views of Girls. *Justice Quarterly*, 21 (3), 547-578.
- Garcia, C., & Lane, J. (2012). Dealing with the Fall-Out: Identifying and Addressing the Role that Relationship Strain Plays in the Lives of Girls in the Juvenile Justice System. *Journal of Criminal Justice*, 40 (3), 259-267.
- Garcia, C., & Lane, J. (2013). What a Girl Wants, What a Girl Needs: Findings from a Gender-Specific Focus Group Study. *Crime & Delinquency*, 59 (4), 536-561.
- Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Gomes, S., & Duarte, V. (Org.) (2018). *Female Crime and Delinquency in Portugal: In and Out of the Criminal Justice System*. London: Palgrave Macmillan.

- Goodkind, S. (2005). Gender-Specific Services in the Juvenile Justice System. A Critical Examination. *Affilia*, 20 (1), 52-70.
- Greene, J., Caracelli, V., & Graham, W. (1989). Toward a Conceptual Framework for Mixed-Method Evaluation Designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11 (3), 255-274.
- Greene, L., Peters, S., & Associates. (1998). *Guiding Principles for Promising Female Programming: An Inventory of Best Practices*, OJJDP. Retrieved from <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED439191.pdf>
- Haguette, T. (1995). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Himmelstein, S. (2011). Mindfulness-Based Substance Abuse Treatment for Incarcerated Youth: A Mixed Method Pilot Study. *International Journal of Transpersonal Studies*, 30 (1-2), 1-10.
- Hodge, J., Holsinger, K., & Maziarka, K. (2015). Assessing the Status of Gender-Specific Programs through the Lens of Juvenile Justice Staff. *Women & Criminal Justice*, 25 (3), 184-200.
- Holsinger, K. (2000). Feminist Perspectives on Female Offending: Examine Real Girls' Lives. *Women & Criminal Justice*, 12 (1), 23-51.
- Hoyt, S., & Scherer, D. (1998). Female Juvenile Delinquency: Misunderstood by the Juvenile Justice System, Neglected by Social Science. *Law and Human Behavior*, 22 (1), 81-107.
- Hubbard, D., & Matthews, B. (2008). Reconciling The Differences Between The "Gender-Responsive" and The "What Works" Literatures to Improve Services for Girls. *Crime & Delinquency*, 54 (2), 225-258.
- Irvine-Baker, A., Jones, N., & Canfield, A. (2019). Taking the "Girl" Out of Gender-Responsive Programming in the Juvenile Justice System. *Annual Review of Criminology*, 2 (1), 321-336.
- Javdani, S., & Allen, N. (2016). An Ecological Model for Intervention for Juvenile Justice-Involved Girls: Development and Preliminary Prospective Evaluation. *Feminist Criminology*, 11 (2), 135-162.
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Gendered Social Forces: A Review of the Impact of Institutionalized Factors on Women and Girls' Criminal Justice Trajectories. *Psychology, Public Policy, and Law*, 17 (2), 161-211.
- JJDP. (2018). *Specialized Responses for Girls in the Juvenile Justice System*. Literature review. Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Retrieved from <https://www.flcourts.org/content/download/402743/file/Girls-in-the-Juvenile-Justice-System.pdf>

- Jordan, J. (2000). The Role of Mutual Empathy in Relational/Cultural Therapy. *In Session: Psychotherapy in Practice*, 56 (8), 1005-1016.
- Jordan, J. (2008). Recent Developments in Relational-Cultural Theory. *Women & Therapy*, 31 (2-4), 1-4.
- Jordan, J., & Hartling, L. (2002). New Developments in Relational-Cultural Theory. In M. Ballou & L. Brown (Eds.), *Rethinking Mental Health and Disorder: Feminist Perspectives* (pp. 48-70). New York: The Guilford Press.
- Junger-Tas, J., Ribeaud, D., & Cruyff, M. (2004). Juvenile Delinquency and Gender. *European Journal of Criminology*, 1 (3), 333-375.
- Kerig, P., & Schindler, S. (2013). Engendering the Evidence Base: A Critical Review of the Conceptual and Empirical Foundations of Gender-Responsive Interventions for Girls' Delinquency. *Laws*, 2 (3), 244-282.
- Landsheer, J., & Van Dijkum, C. (2005). Male and Female Delinquency Trajectories from Pre Through Middle Adolescence and Their Continuation in Late Adolescence. *Adolescence*, 40 (160), 729-748.
- Lipsey, M. (2009). The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-Analytic Overview. *Victims and Offenders*, 4 (2), 124-147.
- Mallicoat, S. (2007). Gendered Justice: Attributional Differences Between Males and Females in the Juvenile Courts. *Feminist Criminology*, 2 (1), 4-30.
- Maruna, S. (2010). Mixed Method Research in Criminology: Why Not Go Both Ways? In A. Piquero., & D. Weisburd (Ed.), *Handbook of Quantitative Criminology* (pp. 123-140), Nova Iorque: Springer.
- Matos, R. (2008). *Vidas Raras de Mulheres Comuns: Percursos de Vida, Significações do Crime e Construção da Identidade em Jovens Reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Miller, S., Malone, P., & Dodge, K. (2010). Developmental Trajectories of Boys' and Girls' Delinquency: Sex Differences and Links to Later Adolescent Outcomes. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38 (7), 1021-1032.
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.

- Moffitt, T., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. (2001). *Sex Differences in Antisocial Behaviour: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in The Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moore, L., & Padavic, I. (2010). Racial and Ethnic Disparities in Girls' Sentencing in The Juvenile Justice System. *Feminist Criminology*, 5 (3), 263-285.
- Nações Unidas. (1999). Report of the Economic and Social Council. Retrieved from <https://digitallibrary.un.org/record/271316>
- Noaks, L., & Wincup, E. (2004). *Criminological Research: Understanding Qualitative Methods*. Londres: SAGE Publications.
- Oggers, C., Moffitt, T., Broadbent, J., Dickson, N., Hancox, R., Harrington, H., Poulton, R., Sears, M., Thomson, W., & Caspi, A. (2008). Female and Male Antisocial Trajectories: From Childhood Origins to Adult Outcomes. *Development and Psychopathology*, 20 (2), 673-716.
- Okamoto, S., & Chesney-Lind, M. (2000). The Relationship Between Gender and Practitioners' Fear in Working with High-Risk Adolescents. *Child & Youth Care Forum*, 29 (6), 373-383.
- Owen, B., & Bloom, B. (2000). *Profiling the Needs of Young Female Offenders: Instrument Development and Pilot Study*. Washington, DC: Office of Justice Programs. Retrieved from <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/grants/182737.pdf>
- Ravoira, L., Graziano, J., & Lydia, V. (2012a). Urgent Work: Developing a Gender-Responsive Approach for Girls in the Juvenile Justice System. *Universitas Psychologica*, 11 (4), 1167-1181.
- Ravoira, L., Lydia, V., Graziano, J., Glesmann, C., & Baker, P. (2012b). *Voices From the Field: Findings From the NGI Listening Sessions*. Jacksonville, FL: NCCD Center for Girls and Young Women. Retrieved from https://www.nccdglobal.org/sites/default/files/publication_pdf/ngi-listening-sessions-report.pdf
- Salisbury, E. (2015). Program Integrity and the Principles of Gender-Responsive Interventions: Assessing the Context for Sustainable Change. *Criminology & Public Policy*, 14 (2), 329-338.
- Sampson, R., & Laub, J. (2005). A life-Course View of The Development of Crime. *The Annals of The American Academy of Political and Social Science*, 602 (1), 12-45.

- Santos, B. (2003). *Reconhecer para libertar: Os Caminhos do Cosmopolitanismo Multicultural. Introdução: para Ampliar o Cânone do Reconhecimento, da Diferença e da Igualdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sharpe, G., & Gelsthorpe, L. (2009). Engendering the Agenda: Girls, Young Women and Youth Justice. *Youth Justice*, 9 (3), 195-208.
- Sherman, F. (2005). *13 Pathways to Juvenile Detention Reform-Detention Reform and Girls: Challenges and Solutions*. Baltimore: The Annie E. Casey Foundation. Retrieved from <https://www.aecf.org/resources/detention-reform-and-girls/>
- Smith, P. (2016). Girls in Traditional and Gender-Responsive Juvenile Justice Placements. *Women & Criminal Justice*, 27 (5), 302-326.
- Sokoloff, K., Sneed, T., Guthrie, B., & Benedict, A. (2008). Program Self-Assessment of the *Program Guidelines for Girls' Services in Connecticut*, DCF-CSSD Girls' Programs Standards and Certification Project. Retrieved from <http://www.ct.gov/dpw/lib/dpw/ExhibitCdcf.pdf>
- Steketee, M., Junger, M., & Junger-Tas, J. (2013). Sex Differences in The Predictors of Juvenile Delinquency. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29 (1), 88-105.
- Stevens, T., Morash, M., & Chesney-Lind, M. (2011). Are Girls Getting Tougher, or Are We Tougher on Girls? Probability of Arrest and Juvenile Court Oversight in 1980 and 2000. *Justice Quarterly*, 28 (5), 719-744.
- Svensson, R. (2004). Shame as a Consequence of the Parent-Child Relationship: A study of Gender Differences in Juvenile Delinquency. *European Journal of Criminology*, 1 (4), 477-504.
- Tewksbury, R. (2011). Qualitative Methodology. In C. Bryant (Ed.), *The Routledge Handbook of Deviant Behavior* (pp. 75-81). Londres: Routledge.
- Walker, S., Munro, A., & Sullivan-Colglazier, C. (2015). Principles in Practice: A Multistate Study of Gender-Responsive Reforms in the Juvenile Justice System. *Crime & Delinquency*, 61 (5), 742-766.
- Watson, L., & Edelman, P. (2012). *Improving the Juvenile Justice System for Girls: Lessons from the States*. Washington, DC: Georgetown Center on Poverty, Inequality and Public Policy.
- Wattanaporn, K., & Holtfreter, K. (2014). The Impact of Feminist Pathways Research on Gender-Responsive Policy and Practice. *Feminist Criminology*, 9 (3), 191-207.

- Wells, J., Minor, K., Angel, E., Matz, A., & Amato, N. (2009). Predictors Of Job Stress Among Staff In Juvenile Correctional Facilities. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (3), 245-258.
- WHO. (2011). *Gender Mainstreaming for Health Managers: A Practical Approach*. Geneva: Department of Gender, Women and Health.
- Wolf, A., Graziano, J., & Hartney, C. (2009). The Provision and Completion of Gender-Specific Services for Girls on Probation. *Crime & Delinquency*, 55 (2), 294-312.
- Wong, T. (2012). *Girl delinquency. A Study on Sex Differences in (Risk Factors for) Delinquency*. Oisterwijk: Uitgeverij BoxPress.
- Wong, T., Slotboom, A., & Bijleveld, C. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7 (4), 266-284.
- Worrall, A., & Gelsthorpe, L. (2009). 'What Works' with Women Offenders: The Past 30 Years. *Probation Journal*, 56 (4), 329-345.
- Zahn, M., Agnew, R., Fishbein, D., Miller, S., Winn, D., Dakoff, G., Kruttschnitt, C., Giordano, P., Gottfredson, D., Payne, A., Feld, B., & Chesney-Lind, M. (2010). *Girls Study Group: Understanding and Responding to Girls' Delinquency*. Estados Unidos da América: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/226358.pdf>
- Zahn, M., Day, J., Mihalic, S., & Tichavsky, L. (2009). Determining What Works for Girls in The Juvenile Justice System: A Summary of Evaluation Evidence. *Crime & Delinquency*, 55 (2), 266-293.
- Zahn, M., Hawkins, S., Chiancone, J., & Whitworth, A. (2008). *Girls Study Group: Understanding and Responding to Girls' Delinquency*. Estados Unidos da América: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/223434.pdf>

WebSite

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/115360036/details/maximized>

ANEXOS

Anexo I: QIRG



QUESTIONÁRIO SOBRE INTERVENÇÃO RESPONSIVA AO GÉNERO EM CENTRO EDUCATIVO MISTO (QIRG)

Introdução

Este questionário sobre Intervenção Responsiva ao Género pretende ser um instrumento que permita analisar a responsividade de género na Intervenção Tutelar Educativa e obter respostas que possam ser usadas para melhorar a qualidade dos serviços e dos programas implementados. Este instrumento foi construído a partir da discussão teórica e dos resultados do Relatório Final “*Raparigas no sistema de justiça juvenil: resultados de um estudo sobre a importância de uma intervenção responsiva ao género*” do Projeto Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção (Duarte, 2016). O QIRG não é um questionário de avaliação da intervenção tutelar educativa, mas um instrumento que pretende caracterizar a intervenção para poder perfilar necessidades. Será aplicado aos Centros Educativos Mistos do país.

Assume que a **intervenção para ser responsiva ao género** tem de criar um ambiente – pela seleção do espaço, pelo recrutamento e formação dos/as profissionais, pelo desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais – que reflita uma compreensão situada da vida de raparigas e rapazes, que responda aos seus pontos fortes e desafios (Bloom e Covington, 2001)

O questionário está dividido em **5 secções**

- Caracterização socio-profissional
- Filosofia e instrumentos
- Instalações e espaço físico
- Profissionais/ staff
- Desenvolvimento e avaliação dos programas

Escala e pontuação

O questionário usa uma escala Likert de quatro pontos para indicar o grau de concordância com os itens apresentados.

- 1 - Não Concordo
- 2 - Concordo, mas precisa de melhorias
- 3 - Concordo, e funciona bem
- 4 - Não sei/ Não se aplica

1 – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL

Idade: _____

Género

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

Função

(coloque uma cruz na opção que se aplique ao momento presente)

Dirigente	<input type="checkbox"/>
Técnico Profissional de Reinserção Social	<input type="checkbox"/>
Técnico Superior de Reinserção Social	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual?	<input type="checkbox"/>

Tempo de serviço

(faça uma estimativa em anos)

Na Justiça Juvenil	<input type="checkbox"/>
Em Centro Educativo	<input type="checkbox"/>
Em Centro Educativo Misto	<input type="checkbox"/>

Habitações Literárias

(coloque uma cruz na opção mais próxima da sua situação)

Até 9º ano	<input type="checkbox"/>
12º ano (ou similar)	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Pós-Graduação/ Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual?	<input type="checkbox"/>

2 - FILOSOFIA E INSTRUMENTOS

Coloque uma cruz (x) na opção que achar mais correta, assumindo que: **1 - Não Concordo; 2 - Concordo, mas precisa de melhorias; 3 - Concordo, e funciona bem; 4 - Não sei/ Não se aplica.** Para cada item, e sempre que se justificar, demonstre através de exemplo(s). A resposta a esta questão aberta é fundamental para o estudo.

	1	2	3	4	Demonstre/ Dê exemplos
A missão e os objetivos da DGRSP têm um compromisso explícito de promover/ alcançar a igualdade de género na Intervenção Tutelar Educativa (ITE)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
A missão e os objetivos da DGRSP são responsivos ao género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
A DGRSP tem parceiros com experiência nas matérias da Igualdade de Género (e.g. órgãos governamentais, nacionais ou internacionais, Organizações comunitárias...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
A DGRSP recolhe e relata evidências quantitativas e qualitativas, por sexo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

2

A ITE é <i>gender-neutral</i> (a intervenção não é diferente em razão do género)	1	2	3	4
Os estudos realizados pela DGRSP excluem (intencionalmente ou não) um dos sexos, mas assumem que as conclusões se aplicam a ambos os sexos	1	2	3	4
Os instrumentos de avaliação de risco (como a YLS/ CMI) são responsivos ao género	1	2	3	4
Programas terapêuticos (como o GPS) são responsivos ao género.	1	2	3	4
O CE ouve as vozes dos/as jovens nos vários níveis de participação (e.g. <i>design</i> ; escolha, implementação e avaliação de atividades)	1	2	3	4
O CE integra uma abordagem relacional responsiva ao género	1	2	3	4
O CE incorpora uma abordagem individualizada responsiva ao género.	1	2	3	4
Os regulamentos internos e Projetos Educativos levam em consideração as necessidades idiossincráticas de rapazes e raparigas	1	2	3	4
Os materiais/ publicações produzidas retratam rapazes e raparigas com base em estereótipos baseados no género	1	2	3	4

3 – INSTALAÇÕES E ESPAÇO FÍSICO

Coloque uma cruz (x) na opção que achar mais correta, assumindo que: **1 - Não Concordo; 2 - Concordo, mas precisa de melhorias; 3 - Concordo, e funciona bem; 4 - Não sei/ Não se aplica.** Para cada item, e sempre que se justificar, demonstre através de exemplo(s). A resposta a esta questão aberta é fundamental para o estudo.

	1	2	3	4	Demonstre/ Dê exemplos
O CE está localizado num espaço seguro e perto das comunidades das quais os/as jovens são provenientes					
O espaço do CE é acolhedor					
O espaço do CE expõe informação importante sobre os direitos e os deveres dos/as jovens					
Raparigas e rapazes são incluídos na tomada de decisão sobre o <i>design</i> e a decoração básica do CE					
O CE permite que rapazes e raparigas partilhem os mesmos espaços de formação (Escolar/ Base)					
O CE permite que rapazes e raparigas partilhem os mesmos espaços de formação (tecnológica)					

O CE promove imagens que neutralizam os estereótipos de género, étnicos e culturais	1	2	3	4	
O CE promove imagens positivas de rapazes e raparigas em papéis não tradicionais	1	2	3	4	
Rapazes e raparigas têm acesso às mesmas atividades desportivas	1	2	3	4	
Rapazes e raparigas têm acesso às mesmas atividades de lazer	1	2	3	4	
Rapazes e raparigas têm acesso a todas as opções de formação tecnológica	1	2	3	4	
Existem atividades para rapazes e atividades para raparigas	1	2	3	4	
Os quartos são espaços seguros	1	2	3	4	

4 – PROFISSIONAIS/ STAFF

Coloque uma cruz (x) na opção que achar mais correta, assumindo que: **1 - Não Concordo; 2 - Concordo, mas precisa de melhorias; 3 - Concordo, e funciona bem; 4 - Não sei/ Não se aplica.** Para cada item, e sempre que se justificar, demonstre através de exemplo(s). A resposta a esta questão aberta é fundamental para o estudo.

	1	2	3	4	Demonstre/ Dê exemplos
Os/as profissionais (TSRS e TPRS) usam uma abordagem relacional e baseada em pontos fortes.					
Os/as profissionais (TSRS e TPRS) usam uma abordagem interventiva diferenciada para rapazes e raparigas					
Os/as TSRS levam em considerações as diferenças desenvolvimentais de rapazes e raparigas na gestão dos casos					
Há pessoal feminino a trabalhar em todos os turnos					
A contenção de uma jovem é feita apenas por elementos femininos da Equipa Profissionais ou de Segurança					
A contratação do <i>staff</i> leva em consideração a diversidade da população que está a ser intervencionada.					
Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre a população intervencionada					
Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre abordagens relacionais e baseadas nos pontos fortes (fatores protetores)					

Na contratação são feitas perguntas de conhecimento e de atitude sobre intervenção com raparigas	1	2	3	4	
Na contratação são feitas perguntas sobre o seu entendimento sobre fronteiras físicas, emocionais e sexuais que devem estar presentes na relação entre jovens e técnicos/as.	1	2	3	4	
A formação dos/as profissionais inclui formadores/as internos e externos para abordar questões emergentes	1	2	3	4	
A formação dos/as profissionais inclui <i>role plays</i> (dramatizações), estudos de caso e acompanhamento de <i>coaching</i>	1	2	3	4	
A formação dos/as profissionais inclui treino prático com base teórica para abordagens responsivas ao género	1	2	3	4	
Os/as profissionais consideram que este treino é fundamental para melhorar a sua intervenção junto dos/as jovens	1	2	3	4	
Os/as profissionais (TSRS e TPRS) consideram que é mais difícil trabalhar com as raparigas do que com os rapazes	1	2	3	4	
A equipa profissional incorpora uma compreensão sobre o desenvolvimento e diferenças sexuais e de género.	1	2	3	4	
Os/as supervisores/as acompanham, treinam e responsabilizam a equipa de profissionais de acordo com os princípios responsivos ao género	1	2	3	4	
As reuniões da equipa são realizadas regularmente e incluem discussões que facilitam a aprendizagem e a prática sensíveis ao género.	1	2	3	4	

5 – DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Coloque uma cruz (x) na opção que achar mais correta, assumindo que: **1 - Não Concordo; 2 - Concordo, mas precisa de melhorias; 3 - Concordo, e funciona bem; 4 - Não sei/ Não se aplica.** Para cada item, e sempre que se justificar, demonstre através de exemplo(s). A resposta a esta questão aberta é fundamental para o estudo.

	1	2	3	4	Demonstre/ Dê exemplos
Todos os serviços são baseados nos princípios da responsividade de género					
Todos os programas e atividades são baseados nos princípios da responsividade de género					
A fundamentação teórica da intervenção é fundamentada em pesquisas sobre diferenças de género					
A intervenção e o tratamento são baseados num modelo holístico (fisiológico, social, emocional, espiritual e ambiental)					
Os CE oferecem intervenções terapêuticas de níveis diferenciados					

(e.g. relacional, familiar, expressiva, cognitiva, dinâmica / sistémica)				
O Centro Educativo oferece os seguintes serviços/ programas:				
- Programas recreativos (incluindo arte, drama, música)	1	2	3	4
- Vínculos de apoio comunitário	1	2	3	4
- Programas focados na família	1	2	3	4
- Oportunidades educacionais e vocacionais	1	2	3	4
- Tratamento informado do trauma	1	2	3	4
- Aquisição de competências	1	2	3	4
- Tutorias	1	2	3	4
- Espiritualidade	1	2	3	4
- Educação sexual e reprodutora	1	2	3	4
- Saúde mental	1	2	3	4
Os serviços de saúde física e médica projetados especificamente para as raparigas são oferecidos no local	1	2	3	4
Rapazes e raparigas têm igual acesso a qualquer um destes programas/ serviços	1	2	3	4
Os dados sobre os/as jovens são recolhidos regularmente e inseridos num banco de dados existente	1	2	3	4
Todos os programas implementados são avaliados	1	2	3	4
A avaliação considera as diferenças de género	1	2	3	4
É utilizado um instrumento de avaliação de programas responsivo ao género	1	2	3	4

Na sua opinião, faz sentido desenvolver uma Intervenção Responsiva ao Género em Centro Educativo? Explique, por favor, a sua resposta.

O questionário terminou.
Muito obrigada pela colaboração.

Anexo II: Consentimento Informado



Informação aos Participantes

Designação do estudo: Diferenças de Género na Delinquência Juvenil: a Importância de uma Intervenção Baseada no Género

Investigadora: Viviana Filipa Moreira Magalhães

Orientação Científica: Professoras Doutoras Carla Sofia Cardoso, da FDUP, e Vera Mónica Duarte, do Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

Contacto de e-mail: up201903665@edu.direito.up.pt

Este documento destina-se a informá-lo sobre o estudo para o qual foi convidado a participar e que está a ser conduzido pela investigadora Viviana Magalhães, no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Criminologia, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Adicionalmente, poderá colocar as questões que entender necessárias, através do contacto acima, de forma a esclarecer todos os aspetos do estudo que considerar menos claros.

A sua participação neste estudo é completamente voluntária. Se aceitar participar e mais tarde mudar de ideias, poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem que o questionem sobre os motivos e sem que seja penalizado por isso.

Qual é o objetivo do estudo?

O objetivo principal deste estudo é perceber a importância de uma intervenção baseada no género, no sistema de justiça juvenil, encontrando-se integrado no Projeto de Investigação *Intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil*, coordenado pela Professora Vera Duarte, do ISMAI.

Em que consiste a sua participação

Pretende-se recolher o seu testemunho através de uma entrevista semi-estruturada, que será realizada por videoconferência com recurso à plataforma online Zoom. Se aceitar, procederemos também à gravação áudio e/ou vídeo dessa entrevista.

De que forma serão tratados os seus dados

A informação recolhida na entrevista será apenas do conhecimento da investigadora e das suas orientadoras, sendo eliminada após a utilização no presente estudo.

Se aceitar que a sua entrevista seja gravada, os ficheiros resultantes serão guardados no computador da investigadora e eliminados assim que efetuada a transcrição da informação relevante para o estudo.

Os resultados do estudo serão divulgados apenas no âmbito desta investigação, sem nunca revelar/divulgar a sua identidade.

Que direitos é que poderá exercer enquanto titular dos dados

Poderá retirar o seu consentimento, desistindo do estudo, bem como exercer os direitos de acesso e eliminação dos seus dados, fazendo essa solicitação por e-mail para a investigadora. Estes direitos apenas poderão ser exercidos enquanto for possível saber quais os dados correspondentes à sua participação, i.e. até à eliminação das notas ou das gravações resultantes da sua entrevista.



Como poderá obter mais informações

Poderá contactar a investigadora responsável pelo estudo, para qualquer esclarecimento ou questão adicional.

Em caso de questões específicas sobre o tratamento dos seus dados pessoais poderá ainda contactar a Encarregada da Proteção de Dados da Universidade do Porto, através do e-mail dpo@reit.up.pt.

Consentimento

Eu, abaixo assinado, _____ (nome completo), compreendi a explicação que me foi prestada sobre o estudo “*Diferenças de Género na Delinquência Juvenil: a Importância de uma Intervenção Baseada no Género*”, a realizar no âmbito do Mestrado em Criminologia da FDUP, para o qual é solicitada a minha participação, tendo tido oportunidade de esclarecer todas as dúvidas.

Sei que poderei revogar o presente consentimento, em qualquer altura, até ao final do estudo, sem necessidade de prestar explicações e sem que isso possa trazer-me quaisquer encargos.

Nestas circunstâncias,

aceito participar neste estudo, tal como descrito na *Informação aos Participantes*

Adicionalmente, informo que:

- Concordo com a gravação áudio da entrevista. Sim ___ Não ___

- Concordo com a gravação de vídeo através da plataforma digital. Sim ___ Não ___

- A Instituição/Entidade que represento autorizou a minha participação neste estudo. Sim ___ Não ___

(Assinatura do/a entrevistado/a)

(Assinatura do/a entrevistador/a)

_____, ____ de _____ de 2021

Anexo III: Grelha de Categorização

Tema	Categoria	Subcategoria
Políticas da DGRSP	Missão e objetivos	Promoção da igualdade de gênero
		Recomendações nas parcerias
		Responsividade de gênero
		(Des)agregação de gênero
Instalações e Espaços dos Centros Educativos	Espaço estrutural e visual	Mudanças orientadas para o gênero
		Sem preocupação com as diferenças de gênero
		Partilha imagens positivas dos/as jovens em papéis de gênero não tradicionais
	Partilha e acesso de atividades e espaço	Partilha dos espaços
		Vantagens
		Desvantagens
		Melhorias
Prática Profissional	Ação	Trabalho com os/as jovens
		Estratégias para intervir
		Práticas de acordo com os princípios responsivos ao gênero
		Contenção
	Contratação	
	Formação	Necessidades
Intervenção Tutelar Educativa	(neutra) em razão do gênero	Definição
		Importância dada à intervenção responsiva ao gênero
		Importante a intervenção
		Pontos positivos
		Pontos negativos
	Programas/Serviços	Identificação dos programas/serviços que existem
		Melhorias propostas
		Programas/serviços essenciais na intervenção
		Com princípios responsivos ao gênero
	Avaliação	Ausência de conhecimento
		Feita a avaliação
		Recomendações
	Instrumentos	Não são orientados para as diferenças de gênero

		São orientados para as diferenças de género
--	--	---

Anexo IV: Diferenças entre as repostas em função do género e função desempenhada nos centros educativos mistos

Tabela 12-Variáveis chave em função da variável género

	Género				
	Feminino		Masculino		p-value
	n	X±SD	n	X±SD	
Variável “missão”	10	2,04±0,62	14	2,31±0,27	0,22
Variável “instrumentos”	8	2,08±0,59	14	2,46±0,39	0,08
Variável “espaço estrutural e visual”	11	2,33±0,42	14	2,58±0,40	0,14
Variável “partilha de atividades”	6	2,36±0,52	10	2,78±0,16	0,03
Variável “ação”	9	2,29±0,50	14	2,30±0,24	0,95
Variável “contratação”	5	2,04±0,77	13	2,36±0,61	0,36
Variável “formação”	6	2,08±0,38	13	2,39±0,48	0,19
Variável “IRG”	9	1,93±0,76	13	2,25±0,66	0,30
Variável “ITE”	11	2,37±0,63	14	2,31±0,28	0,79
Variável “avaliação”	5	2,10±0,72	12	2,31±0,51	0,50

Tabela 13-Variáveis chave em função da função desempenhada nos centros educativos mistos

	Função desempenhada								
	Dirigente		TPRS		TSRS		Outro		p-value
	n	X±SD	n	X±SD	X±SD	n	X±SD		
Variável “missão”	3	2,28±0,25	12	2,33±0,39	6	1,79±0,48	3	2,40±0,53	0,08
Variável “instrumentos”	3	2,23±0,37	12	2,47±0,43	4	1,98±0,74	3	2,28±0,49	0,39
Variável “espaço estrutural e visual”	3	2,67±0,33	12	2,60±0,41	6	2,10±0,31	4	2,46±0,42	0,08
Variável “partilha de atividades”	2	2,73±0,09	10	2,73±0,21	3	2,17±0,73	1	2,67± -	0,15
Variável “ação”	3	2,35±0,14	12	2,25±0,35	6	2,23±0,40	2	2,67±0,47	0,47
Variável “contratação”	3	2,41±0,52	12	2,24±0,65	2	1,90±0,99	1	3,00± -	0,59
Variável “formação”	2	2,00±0,00	12	2,40±0,51	3	2,17±0,52	1	2,25± -	0,59
Variável “IRG”	3	1,80±0,69	11	2,48±0,52	6	1,67±0,57	2	2,00±1,41	0,10

Variável “ITE”	3	2,26±0,25	12	2,27±0,47	6	2,18±0,44	4	2,80±0,39	0,16
Variável “avaliação”	3	1,91±0,14	10	2,35±0,58	3	2,00±0,66	1	3,00± -	0,32